

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Isabela de Souza Ramos

Por que morar no Centro? Uma Perspectiva dos Movimentos de Luta por Moradia

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2024

Isabela de Souza Ramos

Por que morar no Centro? Uma Perspectiva dos Movimentos de Luta por Moradia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras.

São Paulo
2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Ficha
Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Ramos, Isabela de Souza
Por que morar no Centro? Uma Perspectiva dos Movimentos de
Luta por Moradia. / Isabela de Souza Ramos. -- São Paulo:
[s.n.], 2024.
113p. il. ; cm.

Orientador: Maura Pardini Véras.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências
Sociais.

1. Direito à cidade. 2. Ocupação. 3. Centro. 4. MSTC. I.
Véras, Maura Pardini. II. Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências
Sociais. III. Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia – PUC-SP

Prof. Dr. Marcelo Álvares de Lima Depieri - UNIP

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras – PUC-SP
Orientador

Dedico esse trabalho a minha vó Nair, não importa onde eu esteja no mundo ela sempre será o meu lar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Maura Vêras, orientadora desta dissertação, que foi mais que uma mentora, me acolheu e me apoiou sempre que necessário. Obrigada pelo carinho e imensa contribuição.

Aos professores e colegas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, pela troca dentro e fora da sala de aula.

As professoras membros da banca de qualificação, Professora Dra. Bader Burihan e Professora Dra. Lucia Bógus, merecem todo o meu agradecimento pelo incentivo e atenção ao meu trabalho.

A todos os demais professores que tive ao longo da vida, que contribuíram para minha formação.

Aos meus pais, Márcia e José Valério, sem eles nada disso seria possível, obrigada pelo amor incondicional e confiança. Vocês são minha base e meu maior exemplo.

À minha irmã, Maria Cecília, minha pessoa nesse mundo. Obrigada por acreditar em mim e me inspirar.

Ao Pablo, meu maior incentivador. Esteve sempre presente em todos os momentos, me encorajando e apoiando.

À minha família, em destaque as minhas tias professoras, que se dedicaram a estudar e compartilhar conhecimento. Vocês foram fonte de inspiração.

Aos meus amigos, que estiveram presentes nesse processo, com quem pude compartilhar alegrias e frustrações, e tornaram os dias mais leves.

RESUMO

RAMOS, Isabela de Souza. **Por que morar no Centro?** Uma Perspectiva dos Movimentos de Luta por Moradia

A presente dissertação tem como objetivo refletir sobre a relação do MSTC- Movimento Sem teto do Centro- na busca pelo direito à cidade, e entender as razões pelas quais o Centro de SP concentra essas lutas por moradia, sendo o palco dessas disputas. Entendendo que a urbanização brasileira se deu por meio de um modelo espacial e socioeconômico baseado na expulsão dos mais pobres, e que essa expansão capitalista se dá uma vez que, os recursos públicos colocam os investimentos econômicos à frente dos investimentos sociais, (SANTOS, 2005), apontamos que tal dinâmica também se reflete nas questões habitacionais, sendo que a colonização da terra pelo capital financeiro acarreta prejuízos às políticas habitacionais (ROLNIK, 2015). Assim, os segmentos pauperizados ou mais pobres vão sendo excluídos da cidade e dos direitos que essa oferece. Em confronto a esse processo surgiram no Centro de SP movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia, direito este muitas vezes confundido com o direito de ser proprietário de um imóvel, encarado como mercadoria e que pode trazer lucro a seus produtores em lógica empresarial, e não como um direito do cidadão em morar. “(...) mais do que teto, parede e piso, a moradia é direito à cidade, ao ambiente construído, aos equipamentos, ao endereço de cidadão, à paisagem e a seu território. No capitalismo, é encarada como mercadoria cara e custosa.” (VÉRAS, 2016, p. 178). Como metodologia, analiso pesquisas feitas sobre a desigualdade e segregação presentes na cidade de SP, além da distribuição de equipamentos públicos no território e os imóveis ociosos presentes no Centro. A partir dos dados levantados, foi possível concluir que a região central da capital paulista é a mais equipada de bens de serviço e estrutura urbana, e apresenta um considerável número de imóveis vazios. Foi constatado que a área central é uma das mais favoráveis para se morar, ideal para incentivo de políticas habitacionais. É preciso se construir uma nova cidade, que valorize a vida cotidiana, assim como o homem urbano, e que se aproprie do valor de uso, e não o de troca, (LEFEBVRE, 2007).

Palavras-chave: Direito à cidade; Direito à moradia; Centro; MSTC; ocupação.

ABSTRACT

RAMOS, Isabela de Souza. **Why live in the Center?** A Perspective from Housing Rights Movements

The present dissertation aims to reflect on the relationship of the MSTC -Movimento Sem Teto do Centro- in the pursuit of the right to the city, to understand the reasons why the Center of São Paulo concentrates on these housing struggles, being the stage of these disputes. Understanding that Brazilian urbanization occurred through a spatial and socioeconomic model based on the expulsion of the poorest, and that this capitalist expansion occurs since public resources prioritize economic investments over social investments (SANTOS, 2005), it is pointed out that such dynamics also reflect in housing issues, as the colonization of land by financial capital damages housing policies (ROLNIK, 2015). Thus, impoverished or poorer segments are being excluded from the city and the rights it offers. In contrast to this process, social movements have emerged in Center of São Paulo fighting for the right to housing, a right often confused with the property right, viewed as a commodity that can bring profit to its producers in a business logic, rather than as a citizen's right to housing. "(...) more than just a roof, wall, and floor, housing is the right to the city, to the built environment, to facilities, to citizenship address, to landscape, and its territory. In capitalism, it is seen as an expensive commodity." (VÉRAS, 2016, p. 178). As a methodology, I analyze research on inequality and segregation present in São Paulo, as well as the distribution of public facilities in the territory and vacant properties in the Center. From the data gathered, it was possible to conclude that the central region of São Paulo is the most equipped in terms of service assets and urban structure, and it has a considerable number of vacant properties. It was observed that the central area is one of the most conducive to habitation and ideal for implementing housing policies. It is necessary to build a new city that values everyday life, as well as the urban man, and that appropriates the use value, not the exchange value (LEFEBVRE, 2007).

Keywords: Right to the city; Right to housing; Center; MSTC; occupation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - CRESCIMENTO URBANO SP 1890 – 1952.....	23
Figura 2 - POPULAÇÃO TOTAL POR DISTRITO.....	30
Figura 3 - ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	31
Figura 4 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.....	33
Figura 5- PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS E MAIS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO	34
Figura 6 - PROPORÇÃO DE OFERTA DE EMPREGO FORMAL POR DISTRITO..	35
Figura 7 - TEMPO MÉDIO (EM MINUTOS) NO PERCURSO CASA-TRABALHO....	36
Figura 8 - PROPORÇÃO (%) DA POPULAÇÃO QUE RESIDE EM UM RAIOS DE ATÉ 1KM DE ESTAÇÕES DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO	37
Figura 9 - RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL	38
Figura 10 - ÁREAS COM RISCO DE ALAGAMENTO E DESLIZAMENTO	39
Figura 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS LOCAIS DE ABASTECIMENTO NO TERRITÓRIO	40
Figura 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS HOSPITAIS NO TERRITÓRIO	41
Figura 13 - DISTRIBUIÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO TERRITÓRIO.....	42
Figura 14 - DISTRIBUIÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO NO TERRITÓRIO.....	43
Figura 15 - DISTRIBUIÇÃO ESPAÇOS CULTURAIS E MUSEUS NO TERRITÓRIO	44
Figura 16 - DISTRIBUIÇÃO TEATROS, CINEMA E SHOWS NO TERRITÓRIO.....	45
Figura 17- DISTRIBUIÇÃO DE PARQUES NO TERRITÓRIO.....	46
Figura 18 - DISTRIBUIÇÃO DE SHOPPING CENTERS NO TERRITÓRIO	47
Figura 19 - CENTRO PRINCIPAL	50
Figura 20 - MAPA IMÓVEIS E TERRENOS OCIOSOS	56
Figura 21 - LOGO MOVIMENTO SEM TETO NO CENTRO (MSTC)	81
Figura 22 - ESPAÇOS OCUPAÇÃO 9 DE JULHO.....	90
Figura 23 - FOLDERS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MSTC.....	91
Figura 24 - LOGO COZINHA 9 DE JULHO	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - CRESCIMENTO URBANO SP 1872-2022.....	21
Tabela 2 - POPULAÇÃO DISTRITOS DO CENTRO DE SP – 1980,2000 E 2010....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MSTC	Movimento Sem Teto do Centro
MST	Movimento Sem Terra
SP	São Paulo
UT	Urbanismo Tático
SEMPLA	Secretária Municipal de Planejamento
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
KM	Quilômetro
UBS	Unidade Básica de Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
BNH	Banco Nacional da Habitação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
PEUC	Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios
OUC	Operação Urbana Centro
SEHAB	Secretária Municipal de Habitação
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
USP	Universidade de São Paulo

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
LabJor FAAP	Laboratório de Jornalismo do curso de Jornalismo da Fundação Armando Alvares Penteado
IAPETC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas
PROCENTRO	Programa de Reabilitação da Área Central de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. SÃO PAULO – METRÓPOLE DESIGUAL E A SEGREGAÇÃO URBANA	20
1.1. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO	20
1.2. DESIGUALDADE, SEGREGAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA.....	25
2. SÃO PAULO E A CENTRALIDADE	49
2.1. A HISTORIOGRAFIA DO CENTRO.....	49
2.2. Esvaziamento do Centro.....	53
2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL	59
3. DIREITO À CIDADE	64
3.1. PANORAMA DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS EM SÃO PAULO	64
3.2. MORADIA COMO PORTA DE ENTRADA PARA OS OUTROS DIREITOS ..	71
3.3. MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC).....	75
4. OCUPAÇÃO 9 DE JULHO	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE	113

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é analisar as dinâmicas que acontecem no Centro de São Paulo, pesquisando desde o surgimento da cidade e como se deu seu processo de desenvolvimento e expansão, e como essa movimentação afeta a área central. Também é discutido o processo de esvaziamento dessa região e os motivos desse, assim como, as políticas públicas e planos desenvolvidos para esse local, até chegar na sua caracterização atual, e a atuação dos movimentos sociais por habitação nesse espaço. Com a intenção de elucidar a questão: Por que morar no Centro? Entendendo assim, de forma mais clara as lutas por habitação travadas nesse espaço e os motivos que levaram a essas.

O tema foi se estruturando desde a minha pós-graduação, onde comecei a estudar o urbanismo tático¹, as ações voluntárias exercidas pela população em busca do direito à cidade, chegando até as ocupações urbanas, inicialmente em terrenos. Com isso me aprofundei em temas que estudava e tinha grande interesse desde a graduação: urbanismo social, direito à cidade, função social do espaço etc. Assim, durante as pesquisas iniciais do mestrado, procurei primeiramente entender o planejamento da cidade de São Paulo e seu urbanismo geral, o que me levou até seus problemas habitacionais, e posteriormente aos movimentos que lutam por moradia. Aliando assim com meus interesses, o foco da minha pesquisa passou a ser as

¹ [...] O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la, podendo, ainda, mobilizar-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance. Por esta razão, o urbanismo tático é, muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de “fonte aberta” e como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários (BRENNER, 2016, p.09)

dinâmicas habitacionais, os movimentos e como se distribuía e estabeleciam dentro do território.

Durante as pesquisas iniciais, foi constatado a existência de várias ocupações no Centro da capital paulista, algumas dessas já enraizadas nesse espaço. Foi possível notar que esse processo, de luta por moradia, é algo constantemente presente no local e já se estende a vários anos. A curiosidade de compreender essas dinâmicas e responder à pergunta de por que o Centro ser o palco dessas disputas foi o que motivou a realização dessa pesquisa. Buscando contribuir com a temática do direito à cidade e do direito à moradia, assuntos de extrema relevância na atualidade, que têm sido amplamente discutidos e pesquisados. Uma vez que, para Lefebvre (2007), um dos maiores na área, a revolução será urbana.

O Centro de São Paulo foi o ponto de partida do desenvolvimento da cidade, inicialmente forte e comercialmente ativo, ocupado pela elite da época, passa pelo processo de esvaziamento após o crescimento e expansão da metrópole e surgimento de novos centros. Atualmente, enfrentando um cenário com um grande número de imóveis vazios, sofrendo com sua deterioração e marginalização, apesar de continuar sendo um polo comercial e cultural importante para a cidade. Para os residentes e usuários atuais, mesmo tendo perdido seu valor econômico, a área central continua tendo um grande valor usual, devido a todo seu aparato de infraestruturas urbanas, bens de serviço e atrativos de entretenimento. Esse valor também é visto pelos movimentos de luta por habitação que atuam na região, sendo escolhido como instrumento de estudo para fins dessa pesquisa o Movimento Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC).

O MSTC atua no Centro da maior cidade brasileira desde o final do século XX, lutando por uma cidade mais compacta e inclusiva, reivindicando o direito à moradia e à cidade, uma vez que justifica a existência mútua. “Moradia não se resume à propriedade física. ‘Lar’ quer dizer muito mais e inclui vida familiar, segurança, saúde, educação, acesso ao transporte e convivência comunitária.” (MSTC). O movimento está à frente de cinco ocupações e um empreendimento. A pesquisa focou na Ocupação 9 de Julho, essa que provocou o surgimento do movimento e que desde o seu início em 1997, é um forte símbolo da luta por habitação.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos: o primeiro aborda as questões da cidade de São Paulo como um todo, sua fundação, seu processo de desenvolvimento e crescimento até chegar à metrópole que é hoje, recebendo o título de maior cidade brasileira e quinta do mundo. Todo esse processo se deu aos moldes do setor econômico, em detrimento do social, gerando assim uma cidade segregada e desigual, características essas que são discutidas no decorrer do texto, que traz dados e informações que as confirmam; o segundo capítulo foca nas características do Centro da cidade, trazendo sua história, as consequências sofridas pela área durante a expansão da cidade, suas dinâmicas, em específico seu esvaziamento, chegando até a sua caracterização socioespacial atual, sua infraestrutura urbana, as atividades exercidas no local e suas questões habitacionais; o terceiro capítulo retrata aspectos relacionados ao direito à cidade, as políticas e projetos habitacionais relacionados a área central de SP, a atuação do Movimento Sem Teto do Centro, seu surgimento e amadurecimento e faz uma breve contextualização socioespacial atual do Centro; no quarto capítulo, a ocupação 9 de Julho é discutida, sendo usado como exemplo de habitação comunitária, através de pesquisas e falas dos líderes e moradores, assim sendo possível compreender de vez e amarrar a resposta para o

questionamento feito desde o início da pesquisa: Por que morar no Centro? E por fim, as considerações finais, que traz as conclusões e resultados da pesquisa, assim como possíveis desdobramentos para novas abordagens.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, os estudos para o presente trabalho partiram da necessidade de se conhecer e compreender melhor a cidade de São Paulo, seu urbanismo e planejamento, através da compreensão da sua história, seu processo de crescimento e expansão. Textos que contassem a história urbana da capital paulista foram analisados, autores como: Raquel Rolnik, Lúcio Kowarick, Marcos Antonio Osello e Flávio Villaça foram base desses estudos e facilitaram a compreensão do planejamento urbano da cidade de São Paulo, além de estudos do Plano Diretor.

Como o interesse de pesquisa estava voltado ao Urbanismo Tático, o olhar durante as análises da capital paulista foi voltado para essas ações dentro da cidade, conduzindo um caminho até os problemas habitacionais, chegando assim aos movimentos de luta por moradia. Uma vez que, apesar do termo UT ser recente, as suas ações são antigas, Almeida (2016) faz referência às ocupações informais em busca de moradia que acontecem em diversas cidades do mundo. Sendo possível constatar durante as pesquisas a presença dessas na cidade de SP. Nessa, essas ações estão concentradas na área central da cidade, despertando assim a curiosidade de compreender essa dinâmica. Estreitando um pouco mais as pesquisas, de toda cidade de São Paulo, ao seu Centro e aos movimentos de luta por habitação.

Ao ser definido o ponto focal da pesquisa, o Centro, foi necessário conhecer mais a fundo o local e suas dinâmicas, Valéria Cusinato Bomfim, Heitor Frúgoli e Flávio Villaça foram fundamentais para elucidação nesse aspecto: compreender como a expansão da cidade afetou esse espaço, as dinâmicas que ali acontecem e sua caracterização socioespacial durante os anos, até chegar à atualidade. Durante a pesquisa, também foi necessário a compreensão das dinâmicas habitacionais da área e quais foram as políticas públicas e medidas elaboradas para o local que contemplassem a habitação. Para entender o que já foi feito no local e como isso afetou a configuração atual, Helena Menna Barreto Silva e Nabil Bonduki conduziram as pesquisas relacionadas a essas questões.

Do ponto de vista metodológico, para percepção dos fatos pelos olhos dos movimentos de luta por habitação, o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) foi escolhido para ser analisado mais a fundo, assim como a ocupação administrada pelo movimento, a 9 de Julho. Maria da Glória Gohn foi usada como principal bibliografia para compreender esses movimentos no geral. Outros mecanismos foram usados para compreensão específica do MSTC e da ocupação, as redes sociais do movimento e seu site oficial deram suporte a esses estudos. O site oficial do movimento conta um pouco da sua história e das ocupações que administra e também traz suas principais causas e lutas. Em relação às redes sociais, foram analisadas o Instagram do MSTC (@movimentomstc) e da Cozinha 9 de Julho (@cozinhaocupacao9dejulho) e o Facebook do movimento (MSTC- Movimento Sem Teto do Centro), em todos, são divulgados eventos (exposições, shows, feiras etc) que acontecem em sua maioria na ocupação 9 de Julho, além de outras causas e instituições apoiadas pelo MSTC e ações feitas com o intuito da busca pelo direito à

cidade, assim, sendo possível constatar que as redes sociais são o mecanismo que dá suporte à divulgação do movimento e suas ações.

Além da pesquisa bibliográfica, um pequeno levantamento foi feito através dos mapas disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo, em seu site oficial e GEOSampa, e do estudo promovido pela Rede Nossa São Paulo, para compreender as desigualdades presentes no território e a distribuição de bens de serviço e infraestrutura urbana, assim, podendo chegar em um comparativo da relação centro *versus* periferia, suas disparidades e semelhanças e a caracterização espacial de cada um.

E por fim, porém de suma importância para a pesquisa, foi feita a tentativa de conversa e entrevista com pessoas pertencentes ao movimento, alguns contatos foram feitos com líderes, moradores e voluntários, mas esses foram negados, então assim, só foi possível a análise de entrevistas já existentes, presentes em canais do Youtube e podcast, com Líderes do MSTC e moradores da 9 de Julho, além de vídeos disponibilizados pelo movimento gravados durante o processo de ocupação. Esses contribuíram para melhor compreensão, por parte dos líderes da luta, os objetivos e questões levantadas pelo movimento, e em relação aos moradores, como chegaram até a ocupação, seu cotidiano e trajetória, e de ambos, o porquê da escolha do Centro para se ocupar.

1. SÃO PAULO – METRÓPOLE DESIGUAL E A SEGREGAÇÃO URBANA

1.1. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Uma das maiores potências mundiais atuais, quinta cidade mais populosa do mundo e primeira nacionalmente, com 11.451.999 de pessoas, dados esses coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, São Paulo, a moderna cidade, para Mota (2003), chegou onde chegou sustentado por um triple de acontecimentos: a abolição da escravatura, a instauração do regime republicano e o processo de industrialização.

A cidade de São Paulo, de acordo com a Prefeitura da cidade, foi fundada em 25 de janeiro de 1554 com a chegada dos jesuítas, que vieram para a região com a missão de catequização. Construíram no local um colégio, onde ao redor começaram a surgir as primeiras casas. Tornou-se vila em 1561 e passou a ser cidade em 1711, sendo assim chamada de São Paulo de Piratininga (MOTA, 2003). Ainda de acordo com as informações encontradas no site da Prefeitura, no início da sua fundação a economia da cidade era baseada na agricultura de subsistência, que logo depois deu lugar para a lavoura de cana-de-açúcar. Mas foi durante o Ciclo do Café que a cidade testemunhou seu maior desenvolvimento, com as intensas migrações após a assinatura da Lei Eusébio de Queirós, em 1850; com a vinda dos barões do café e construção de suas grandes casas, localizadas em sua maioria no bairro de Campos Elíseos ou na Avenida Paulista; com o surgimento de grandes marcos arquitetônicos, como: o Viaduto do Chá e a Estação da Luz. Tudo isso foi formando e transformando o urbanismo da cidade. A economia cafeeira, de acordo com Azevedo (1958), ainda deu suporte para a industrialização, que ocorreu a partir de 1925, quando a capital

paulista já era um grande aglomerado urbano, mas esse remodelou a cidade. “Nova paisagem urbana, novos e angustiosos problemas, a própria vida da cidade transformada em seus fundamentos.” (AZEVEDO, 1958, p. 06).

A capital transformou-se rapidamente. Em 1886 São Paulo era uma vila com 47.697 habitantes. Em 1900, apenas 14 anos depois, tinha 239.820 e, em 1920, esse número praticamente duplicou, passando para 579.033 habitantes, alcançando o primeiro milhão de habitantes em 1930. Em 1950 o município de São Paulo duplica sua população alcançando 2.198.000 habitantes, neste momento a área urbanizada passa de 130 km² aproximadamente. É possível avaliar as modificações que se faziam necessárias tanto no Centro quanto em outras regiões dele dependente, para que este pudesse suportar o crescimento populacional e a diversificação de funções que acompanhava o processo de urbanização e o desenvolvimento econômico e social. Estas transformações passaram pela reorganização do sistema viário e do transporte coletivo da cidade e alteraram profundamente o espaço urbano do Centro. (GROSTEIN, 1994, p. 11)

Tabela 1 - CRESCIMENTO URBANO SP 1872-2022

Ano	São Paulo	Taxa de crescimento geométrico anual (%)	Região Metropolitana* Total	Taxa de crescimento geométrico anual (%)
1872	31.385		-	
		4,1		-
1890	64.934		-	
		14,0		-
1900	239.820		-	
		4,5		-
1920	579.033		-	
		4,2		-
1940	1.326.261		1.568.045	
		5,2		5,3
1950	2.198.096		2.662.786	
		5,6		6,1
1960	3.781.446		4.739.406	
		4,6		5,6
1970	5.924.615		8.139.730	
		3,7		4,5
1980	8.493.226		12.588.725	
		1,2		1,9
1991	9.646.185		15.444.941	
		0,9		1,6
2000	10.434.252		17.878.703	
		0,8		1,0
2010	11.253.503		19.683.975	
		0,7		0,4
2022	11.451.245		21.483.245	

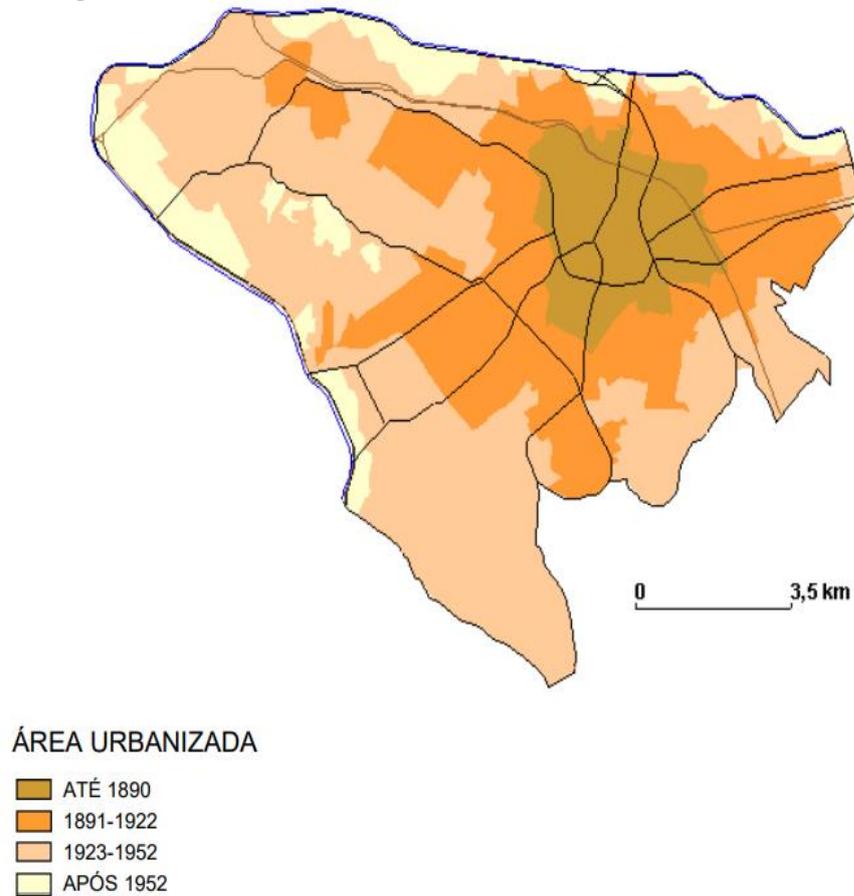
*A Região Metropolitana de São Paulo é formada pelo município de São Paulo e outros 38 municípios adjacentes.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Com todo esse crescimento começou a se discutir a necessidade de elaboração de um plano urbano, uma vez que a expansão da cidade estava acontecendo de maneira caótica e desordenada. Osello (1993) enfatiza a expansão desordenada e as condições insalubres da cidade como os dois maiores problemas para a administração municipal da época. Com isso, foram estabelecidas as primeiras leis urbanísticas do município. Elas definiam normas para loteamentos, determinavam leis sanitárias, dimensionavam as construções urbanas e estabeleciam características mínimas para estas. O autor ainda fala sobre as primeiras obras de saneamento e de infraestrutura urbana, e do embelezamento feito na área central, colocado em prática com princípios europeus, ocorridas após 1899.

Essas obras já apresentavam características de um urbanismo higienista, removendo de algumas áreas uma parcela da população mais pobre e com poucas condições, com a intenção de omitir essa parte da cidade que para alguns era considerada suja e feia, não se encaixando assim a esse novo padrão requerido pela cidade (SILVA, 2006). Assim começam os princípios de segregação espacial, a separação da elite da classe trabalhadora, os mais pobres. Essa população foi obrigada a sair para as periferias da cidade. Essa expansão periférica gerou um crescimento territorial em um ritmo acelerado. A área urbana de São Paulo passou de 180 km² em 1930 para 900 km² em 1988, o que acarretou uma profunda desordem espacial. Isso gerou muitos problemas sociais e econômicos que perduram até os dias atuais (MEYER, 1994).

Figura 1- CRESCIMENTO URBANO SP 1890 – 1952



Fonte: Barbosa (2001)

Outro processo que trouxe modificações no papel econômico da metrópole foi a industrialização, esse enfatizou ainda mais o olhar para as questões urbanas.

(...) com a industrialização da produção assistimos a um processo de urbanização numa escala jamais conhecida. A *Grosstadt*, grande cidade, aglomeração urbana de centenas de milhares, de milhões de habitantes, é produto deste processo. Além de as grandes concentrações, de as densidades serem precedentes à população, é a indústria também que impulsiona o processo de urbanização da sociedade como um todo. (ROLNIK, 2004, p. 73)

Grostein (1994) fala sobre a preocupação de ampliação do Centro e da rede viária, para que esses acompanhassem o ritmo de crescimento da cidade. Prestes Maia era urbanista e o prefeito na época, desenvolveu o Plano de Avenidas, claramente inspirado no Plano Haussmann feito em Paris, procurando assim sanar os

problemas da cidade nesse período, esse foi concluído em 1929 e molda até hoje o urbanismo de São Paulo, sendo um dos planos mais importantes já feitos na capital paulista. Meyer (1994) comenta sobre ele:

O “Plano de Avenidas” de Prestes Maia respondia à demanda do prefeito criando um sistema viário que, muito mais do que resolver o problema do tráfego, lançava a cidade no seu verdadeiro espaço: o território metropolitano. Assim como Haussmann, Prestes Maia buscava, através de eixos e conexões sistêmicas, integrar os bairros centrais e lançar a cidade para fora dos limites convencionais. Sem dúvida alguma, embora no cerne de sua proposta encontremos o pensamento de Ulhôa Cintra, foi ele que, através de seu “Plano de Avenidas”, estabeleceu a estrutura e as características do desenvolvimento da São Paulo moderna. O “perímetro de irradiação”, circundando a área central mais congestionada, estabelecia um Centro devidamente ampliado partindo da Praça da República, passando pelo Parque D. Pedro II, subindo pela Tabatinguera para alcançar a Praça João Mendes e iniciar um trecho que só seria completado nos anos 40 e percorria os viadutos Dona Paulina, Maria Paula, Jacareí, Nove de Julho e finalmente a Rua São Luiz alargada e transformada em avenida. (MEYER, 1994, p. 07)

Osello (1993) também enfatiza os problemas deixados como herança pelo Plano de Avenidas, que não foi integralmente colocado em prática. O autor aponta partes do plano que não foram implementadas, por motivos técnicos ou políticos, uma vez que esse planejamento também estava sendo feito aos moldes do capital financeiro.

Além do Plano de Avenidas, outros planos e projetos urbanos foram apresentados durante todo esse período. Mais ênfase será dada a estes adiante. No entanto, esses planos não contemplavam preocupações sociais e, de maneira indireta e até mesmo diretamente acarretavam prejuízos à população pobre. Rolnik (1997) traz algumas das primeiras diretrizes da legislação municipal, que, além de procurar redesenhar as ruas da área central, trazia em suas entrelinhas proibições que acarretavam a expulsão dos pobres das áreas mais valorizadas da cidade. Isso através de exigências que fazia aos cortiços, casas de operários e cubículos, moradias coletivas que eram o principal meio de moradia da classe operária.

Todas essas exigências estavam muito acima da realidade dos cortiços – habitações coletivas de aluguel que proliferaram nas últimas décadas do século XIX –, fruto do aumento da demanda por moradia e da valorização dos terrenos, que estimulava a superutilização do lote e das construções através da subdivisão de cômodos no maior número possível de cubículos. (MEYER, 1994, p. 07)

Ao discutir acerca do planejamento urbano durante o intenso crescimento demográfico de São Paulo, Bonduki (1994) afirma que apesar da necessidade de construção de novas moradias para abrigar a nova população que chegava à cidade, isso foi feito em número insuficiente, fora que o interesse do estado era mesmo financiar as incorporações imobiliárias, e isso ficou claro nas políticas criadas na época.

Com tudo isso, é possível notar que a preocupação da legislação municipal da época era “limpar” as áreas valorizadas da cidade de São Paulo, através do Plano de Melhoramento da Capital, tendo como objetivo a construção de uma imagem limpa, bonita e moderna em detrimento da expulsão da população menos privilegiada para as áreas mais periféricas da cidade (ROLNIK, 1997). Colocando o interesse econômico acima do social. Esse tipo de urbanismo higienista já foi usado inúmeras vezes, e infelizmente, em alguns casos ainda continua sendo usado, a ideia *hausmanniana* de planejamento urbano provoca na maioria dos casos cidades desiguais e com inúmeros problemas de segregação espacial, como é o caso de São Paulo.

1.2. DESIGUALDADE, SEGREGAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA

Santos (2005) discute a urbanização brasileira e como esta se desenvolveu a partir de um modelo espacial e socioeconômico que se baseava na relegação da

pobreza. “A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física.” (SANTOS, 2005, p. 10). O autor afirma que todas as cidades brasileiras apresentam problemas parecidos, carências em relação a emprego, habitação, transporte, lazer, água, esgoto, educação e saúde são compartilhados, mas que essas falhas são acentuadas quanto maior é a cidade, isso se torna evidente em São Paulo, a maior cidade da América Latina, que se desenvolveu, assim como a maior parte das cidades brasileiras, através de uma lógica capitalista, onde os recursos públicos colocaram os investimentos econômicos a frente dos investimentos sociais.

São Paulo, sobretudo, sediando a economia cafeeira e recebendo um fluxo imigratório intenso (a população da cidade cresceu de 40 000 habitantes em 1886 para 260 000 em 1900 e 580 000 em 1920), apresentava um super dinâmico processo imobiliário, com forte expansão urbana e uma hipervalorização de glebas, terrenos e prédios. Em poucos anos, chácaras de características eminentemente rurais eram loteadas e transformadas em zona urbana, fortemente ocupada. Assim, além da rentabilidade da locação habitacional, o investimento imobiliário garantia não só uma reserva de valor, como um intenso processo de valorização. (BONDUKI, 1994, p. 713).

Marques e Torres (2005) discutem sobre a capital paulista, como um espaço plural e que se tratando do tema: pobreza, apresenta heterogeneidades mesmo dentro de regiões consideradas homogêneas, é possível encontrar em São Paulo locais pobres com infraestrutura de qualidade, mas ao mesmo tempo, grandes parcelas de áreas da cidade apresentam indicadores sociais muito mais frágeis do que a média geral da metrópole. Os autores concluem que essas grandes contradições enfatizam e alarmam acerca da grande desigualdade presente na maior cidade do país. Villaça (2011) acrescenta ao pensamento dos autores ao afirmar que em São Paulo “a segregação urbana tem uma outra característica, condizente com nossa desigualdade: o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e

o dos mais pobres.” (VILLAÇA, 2011, p. 37). O autor ainda afirma que é impossível analisar qualquer aspecto do espaço urbano sem levar em consideração as questões de segregação social e econômica que caracteriza aquele local.

Toda desigualdade, inclusive a urbana, é fruto de um planejamento excludente e segregador, Carlos (2007) aborda o conceito de segregação urbana, sendo essa a negação do urbano, dos meios de infraestrutura e de conviver com os mecanismos da cidade, para ela esse planejamento que segrega pode estar ligado a três fatores: uma estratégia de classe, privilegiando assim a população com maior renda; as intervenções do Estado, seja através de obras de infraestrutura ou criação de normas; e a mercantilização do solo, essa feita pelas imobiliárias e donos de terras. Todos esses fatores são possíveis de serem identificados na cidade de São Paulo e no decorrer do seu processo de expansão, onde a especulação imobiliária faz com que os mais pobres procurem espaços para morar onde essa não atua, sendo esses locais de risco, na maioria das vezes, onde a infraestrutura urbana é precária ou até mesmo, inexistente. Villaça (1998) nomeia essa ação de segregação urbana como segregação involuntária, que ocorre quando o indivíduo e sua família são coagidos a se estabelecerem nestes espaços mais carentes dentro da cidade. O autor também fala sobre a segregação voluntária, a qual chama de segregação ecológica, que se dá quando o indivíduo reside em um local mais afastado do centro urbano por escolha própria, um exemplo desta são os condomínios privados, que para o autor é a forma mais moderna de segregação. Sendo a primeira a ser discutida ao longo do texto.

Mas, que não nos enganemos, apesar de uma parcela das classes mais abastadas estarem fazendo o movimento de se afastarem dos grandes centros voluntariamente, esses continuam compactuando com o mercado e o estado para se

manterem nas áreas mais privilegiadas, indiretamente e até mesmo diretamente. “empresários fazem vaquinha para remover favela’, pois para estes as favelas, mais do que enfeiam a paisagem, desvalorizam seus terrenos, por isso é preciso apagá-las do mapa, expulsando seus moradores para longe.” (CARLOS, 2017, p. 36). A autora ainda fala sobre a preocupação da classe dominante em manter sua hegemonia, mantendo os mais pobres longe de seus espaços, por razões financeiras e até mesmo por questões relacionadas à aporofobia.

Segundo as regras prevalecentes, a maioria da população vê-se alijada do mercado formal de habitação que faz exigências de estabilidade de emprego e renda, além de documentação pessoal. As possíveis “subnormalidades” da moradia da pobreza, trazem um cenário de fragmentação em certa topografia social da desigualdade, empurrando-as sempre para mais longe. (VÉRAS, 1980, 1987, 2004 apud. VÉRAS, 2016, p. 191).

Milton Santos (2007) discorre sobre a segregação involuntária como sendo uma consequência da soma das forças de mercado e decisões do governo, a qual determina, na maioria das vezes, a localização de certos grupos dentro do território, o que ele chama de “migrações forçadas”, essas que tendem a contribuir para o crescimento da pobreza e desigualdades. Maricato (2015) fala sobre a cidade ser patrimônio histórico e social, porém nem todos têm a mesma oportunidade de aproveitá-la, pois o valor de uma propriedade dentro da cidade pode variar dependendo de sua localização. Isso também está relacionado com a distribuição de recursos do governo que privilegia alguns espaços.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição

de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (SANTOS, 2007, p. 107)

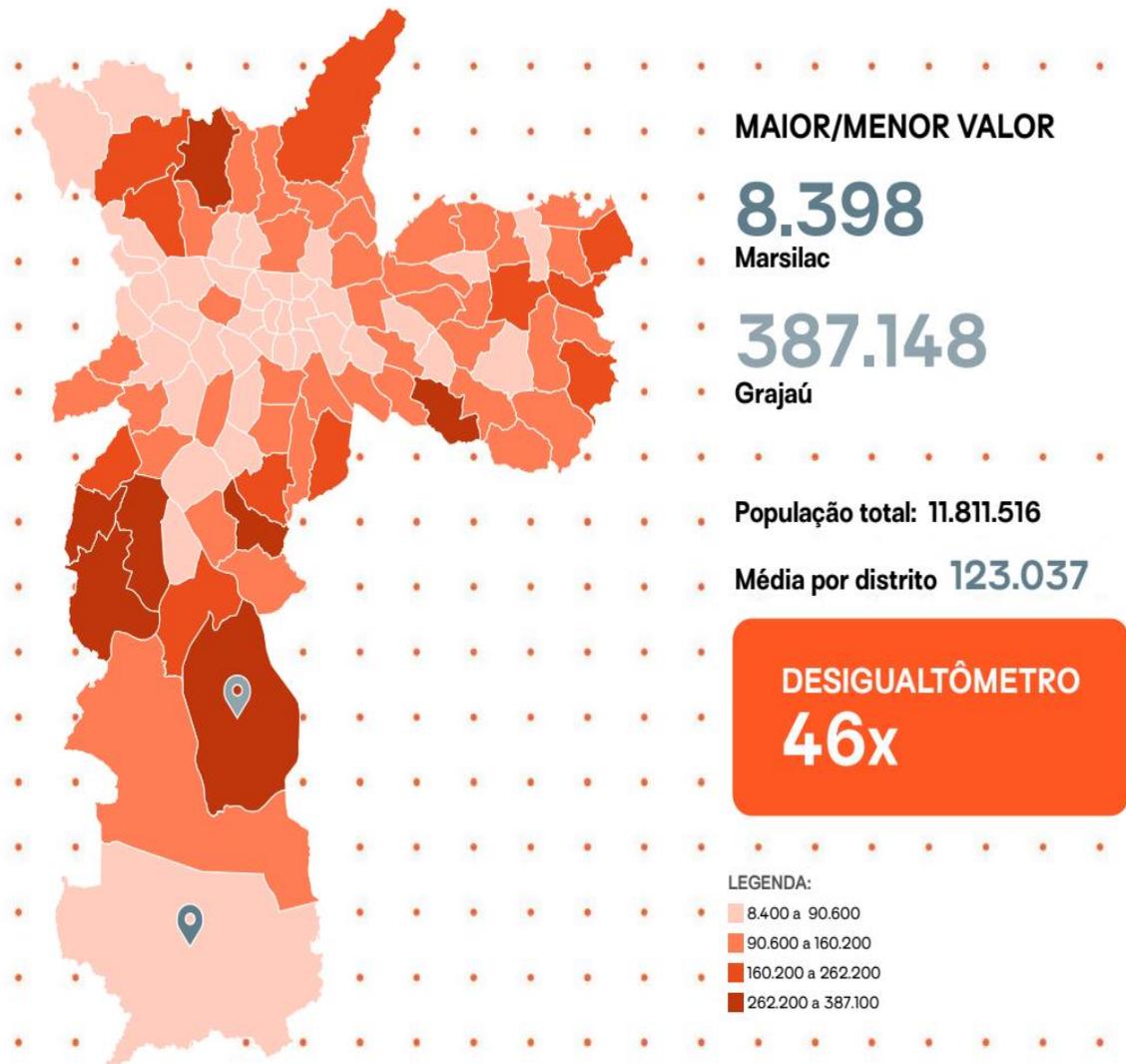
Santos (2007) afirma que o valor do indivíduo é determinado pelo seu contexto geográfico e está diretamente ligado ao acesso aos bens de serviços essenciais, sejam eles públicos ou privados. Porém, esses recursos são distribuídos de forma desigual no território, concentrando-se em certas regiões, chegando até mesmo a não existir em outras. “A distância geográfica é duplicada pela distância política.” (Santos, 2007, p. 118). Os indivíduos que estão inseridos em locais onde bens de serviços são escassos ou inexistentes têm maiores dificuldades de acesso à saúde, educação, lazer, cultura, do direito à cidade sem si, e estão predestinados a permanecer nesses locais.

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada – em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. Contribuem para isso as políticas públicas que, ao desconhecer os aportes dos processos de produção popular para a construção das cidades e da cidadania, violentam a vida urbana. Graves conseqüências resultam desse processo, como os despejos massivos, a segregação e a conseqüente deterioração da convivência social. Este contexto favorece o surgimento de lutas urbanas múltiplas e representativas, ainda que fragmentadas e incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente. (PREÂMBULO, CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2005, p. 01)

Para melhor exemplificação da desigualdade e segregação foram analisados alguns dados, informações e mapas acerca das características espaciais da cidade de São Paulo. A metrópole contém muitas especificidades, porém durante a análise foi possível notar, de maneira mais geral, um contraste existente entre a relação centro *versus* periferia da cidade. As informações foram tiradas do próprio site da prefeitura, GEOSampa e da pesquisa feita pela Rede Nossa São Paulo em relação a desigualdade na cidade de SP, que tinha como intuito calcular o que foi chamado de

desigualtômetro, número que determina quanto mais ou menos determinado aspecto é desigual, segundo a própria rede, esse cálculo é feito através da relação entre o maior e o menor número obtido.

Figura 2 - POPULAÇÃO TOTAL POR DISTRITO

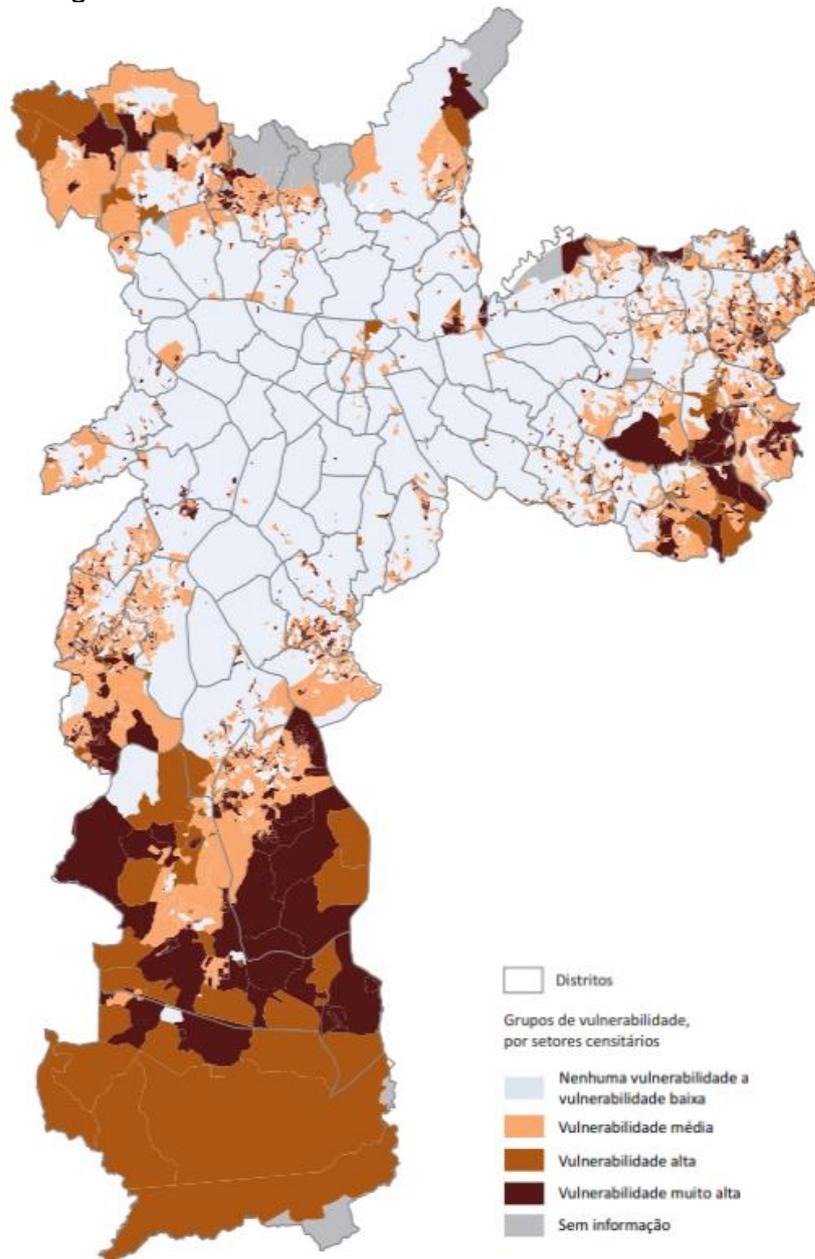


Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2022

No mapa da Figura 1, se nota uma heterogeneidade na distribuição das pessoas dentro do território, isso é normal dentro de uma cidade, e se dá por diversos fatores, alguns bairros podem apresentar funções mais comerciais que residências ou até ser mais verticalizados que outros, isso tudo faz com que essa variação na população de cada bairro/região seja diferente. Porém algumas características podem

ser notadas, os bairros ao centro do mapa, em sua maioria, apresentam as menores populações em relação a bairros mais periféricos, esses com os maiores números de pessoas, com poucas exceções. Uma especificidade à última região mais a sul do mapa, que tem sua maior parcela ocupada por vegetação, isso explica a pouca ocupação.

Figura 3 - ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

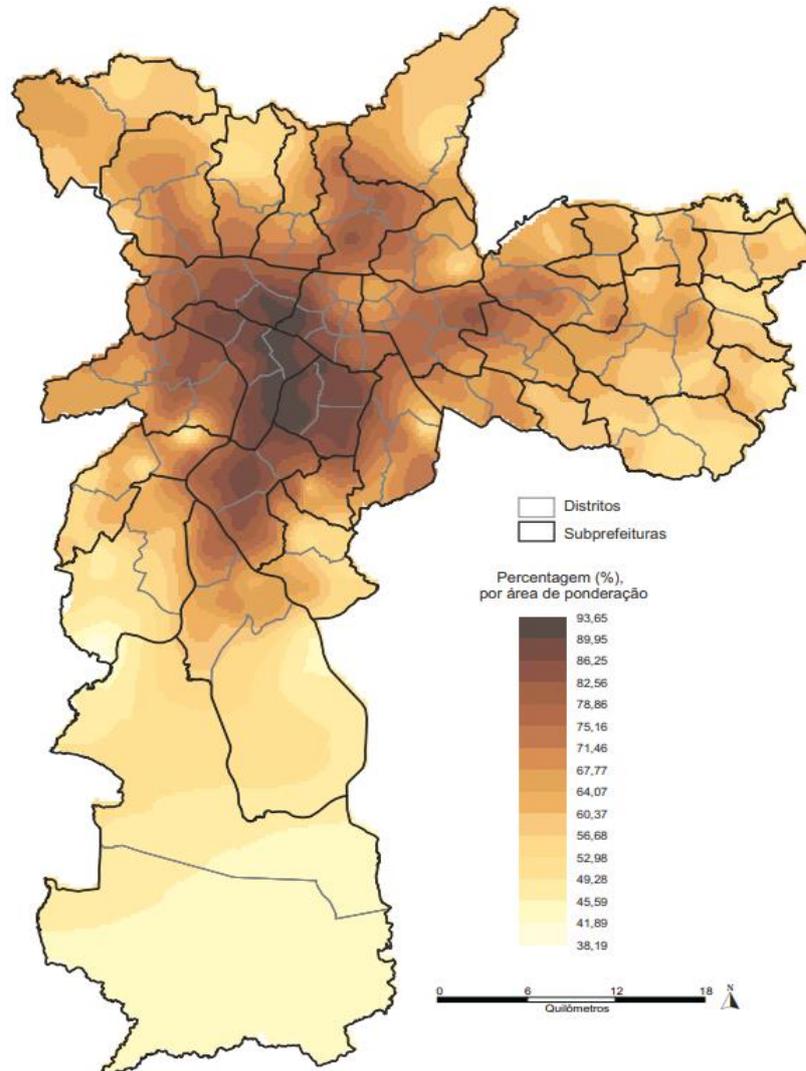


Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA 2007 (Adaptado pela autora)

Os centros urbanos brasileiros, de acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), tem como característica os altos níveis de heterogeneidade quando se trata de socioeconômica, o contraste entre riqueza e pobreza ainda marca a realidade das grandes cidades do país. Essa realidade não seria diferente na maior metrópole brasileira. No mapa acima, é possível começar a perceber a presença dessa desigualdade na cidade de São Paulo. O IPVS-Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, é feito através do cálculo da média entre os subíndices de IVS de infraestrutura urbana, capital humano e da renda de trabalho, trazendo informações mais detalhadas acerca da realidade do município, identificando e localizando espacialmente as áreas que apresentam uma maior vulnerabilidade quando se trata de pobreza. De uma maneira mais geral, sem análise específica de grupos, o mapa mostra uma maior vulnerabilidade em áreas, em sua maioria, periféricas, ao sul e a leste do município, essas sendo áreas mais populosas que as situadas ao norte. O Centro, mesmo com alguns pontos de especificidades, tem como grande maioria áreas de nenhuma ou baixa vulnerabilidade.

Para melhor compreensão dessa vulnerabilidade serão analisados temas mais específicos, de maneira isolada. Os subíndices usados para definir o IPVS servirão como norteadores para sequência dos estudos de caracterização da cidade. Primeiro serão analisados dados que estão vinculados ao capital humano, esse está relacionado a experiências, estudos, conhecimentos adquiridos por um trabalhador ao longo da vida.

Figura 4 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

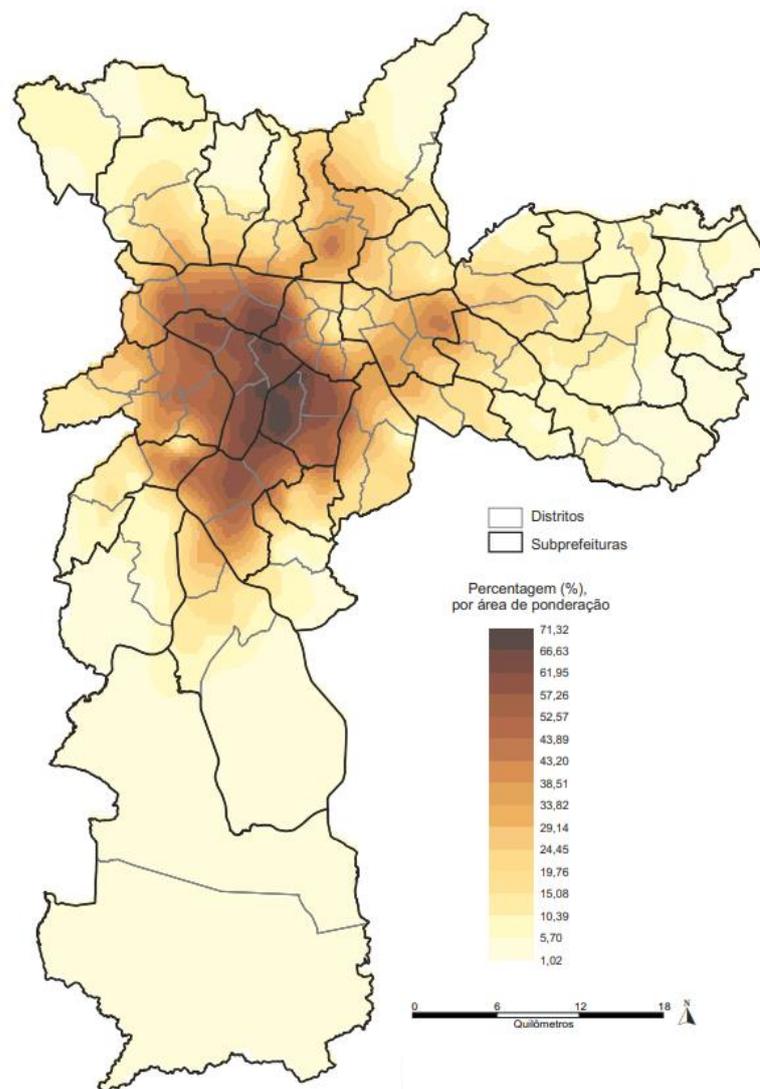


Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2010

O mapa da Figura 4, mostra dados da população com idade suficiente para concluir o ensino fundamental e que já o completaram, isso colocado em porcentagem por área de ponderação. É possível perceber que nas áreas periféricas do mapa a porcentagem de pessoas com esse grau escolar é consideravelmente menor do que no centro do mapa, quanto mais perto desse vai se aproximando maior é o grau escolar, enquanto em áreas mais longínquas não se chega aos 50%. Esse contraste ainda é maior e mais perceptível quando se trata da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo, como mostra o mapa da Figura 5. As pessoas que já

concluíram um curso superior ultrapassam pouco mais de 1% em áreas periféricas, enquanto ao centro do mapa esse número chega aos 70%. Esses dois mapas mostram a realidade da capacitação da população, isso afeta diretamente essas pessoas na disputa por um emprego dentro do mercado de trabalho formal. Inúmeros podem ser os motivos dessa evasão escolar, um deles será melhor discutido à frente. O acesso, às grandes distâncias que muitas vezes esses indivíduos precisam percorrer para chegar às regiões onde essas instituições estão inseridas.

Figura 5- PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS E MAIS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO

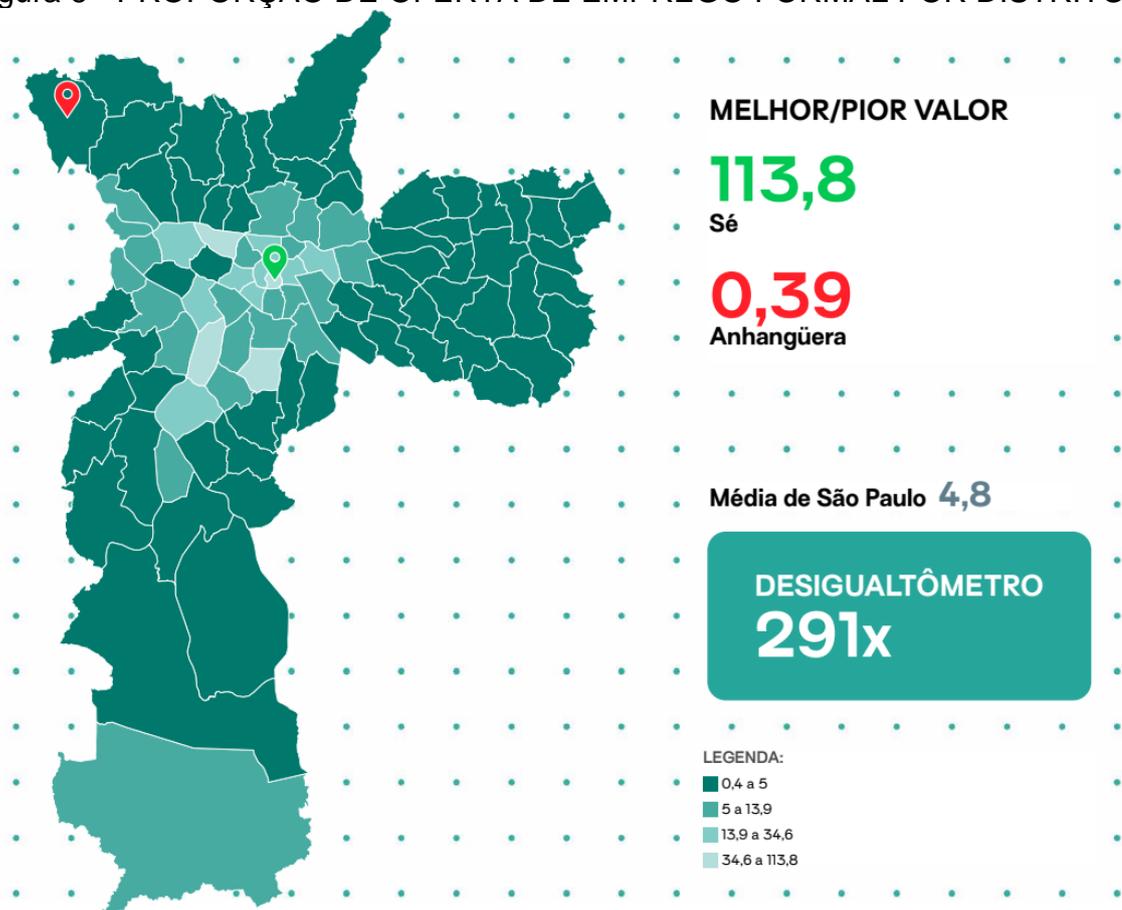


Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2010

Outros mapas que foram analisados são os em relação à renda de trabalho, esses que estão de certa forma relacionados com a escolaridade e grau de instrução, uma vez que essa está ligada diretamente, na maioria dos casos, aos cargos a serem ocupados e na remuneração a ser recebida.

A Figura 6 mostra a taxa de oferta de emprego formal a cada dez habitantes com idade suficientes considerados aptos a trabalhar, e de que maneira ela é distribuída no território. Se nota uma má distribuição dessa dentro da cidade, com um número maior de vagas de trabalho na região central, isso se dá devido a soma de dois fatores, a menor concentração de pessoas residindo na região e o maior número de empresas e polos que oferecem empregos na mesma localização.

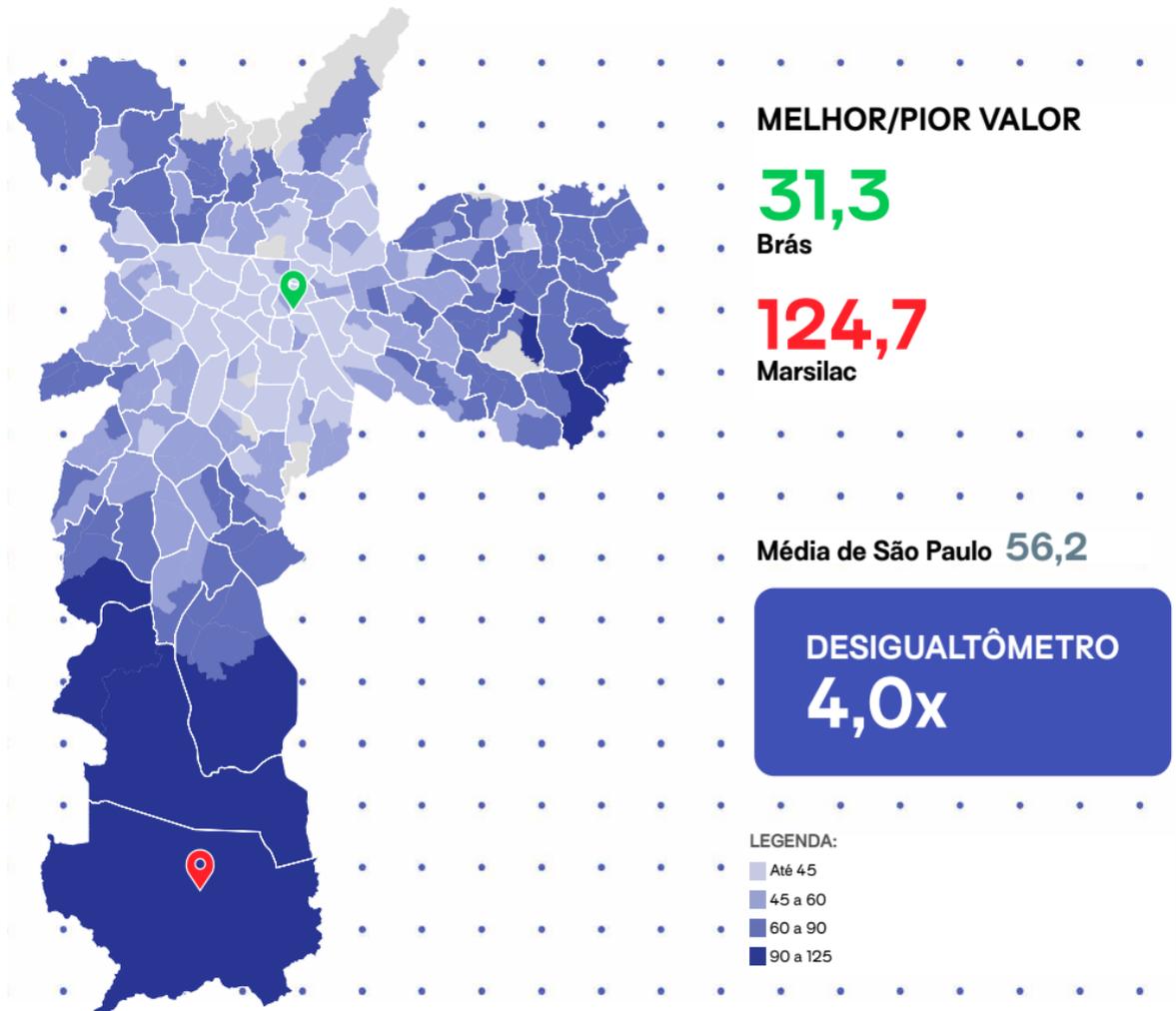
Figura 6 - PROPORÇÃO DE OFERTA DE EMPREGO FORMAL POR DISTRITO



Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2022

Em consequência desse distanciamento entre emprego e mão de obra, se nota a necessidade de percorrer grandes distâncias, isso faz com que a jornada de trabalho aumente e se torne ainda mais cansativa. A Figura 7 traz o tempo médio em minutos que a população de cada região leva para percorrer até o trabalho. Os trabalhadores que estão mais longe do centro do mapa são os mais prejudicados, chegando a ficar no trânsito por até mais de duas horas.

Figura 7 - TEMPO MÉDIO (EM MINUTOS) NO PERCURSO CASA-TRABALHO

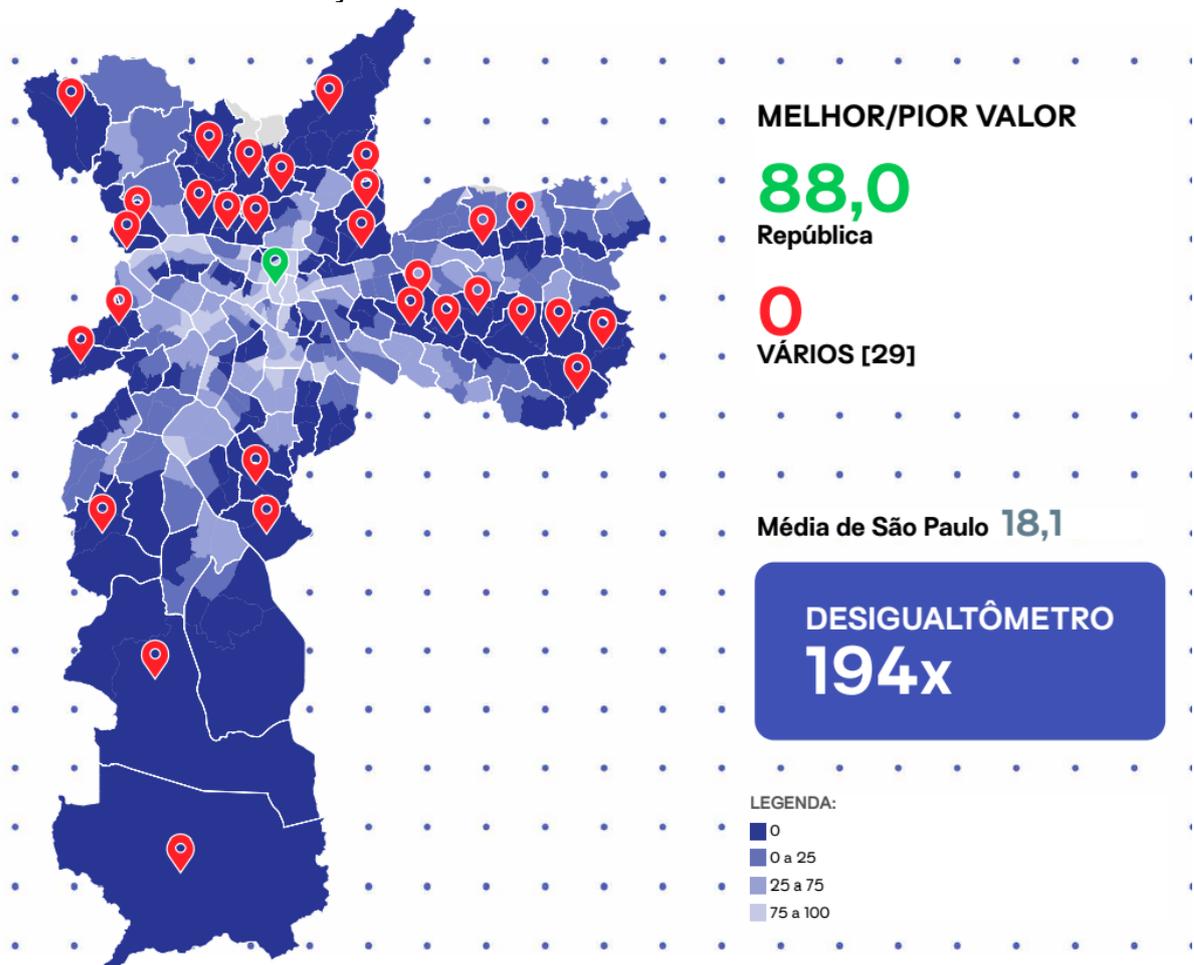


Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2022

Além das longas distâncias que precisam percorrer, outro fator que prejudica a mobilidade da população periférica é a inacessibilidade ao transporte público, como

mostra o mapa da Figura 8, que traz a proporção em porcentagem, da população que reside em um raio de até 1 KM de estações de sistemas de transporte público (trem, metrô e monotrilho), em algumas regiões mais distantes do Centro do mapa essa porcentagem chega a zero.

Figura 8 - PROPORÇÃO (%) DA POPULAÇÃO QUE RESIDE EM UM RAIOS DE ATÉ 1KM DE ESTAÇÕES DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

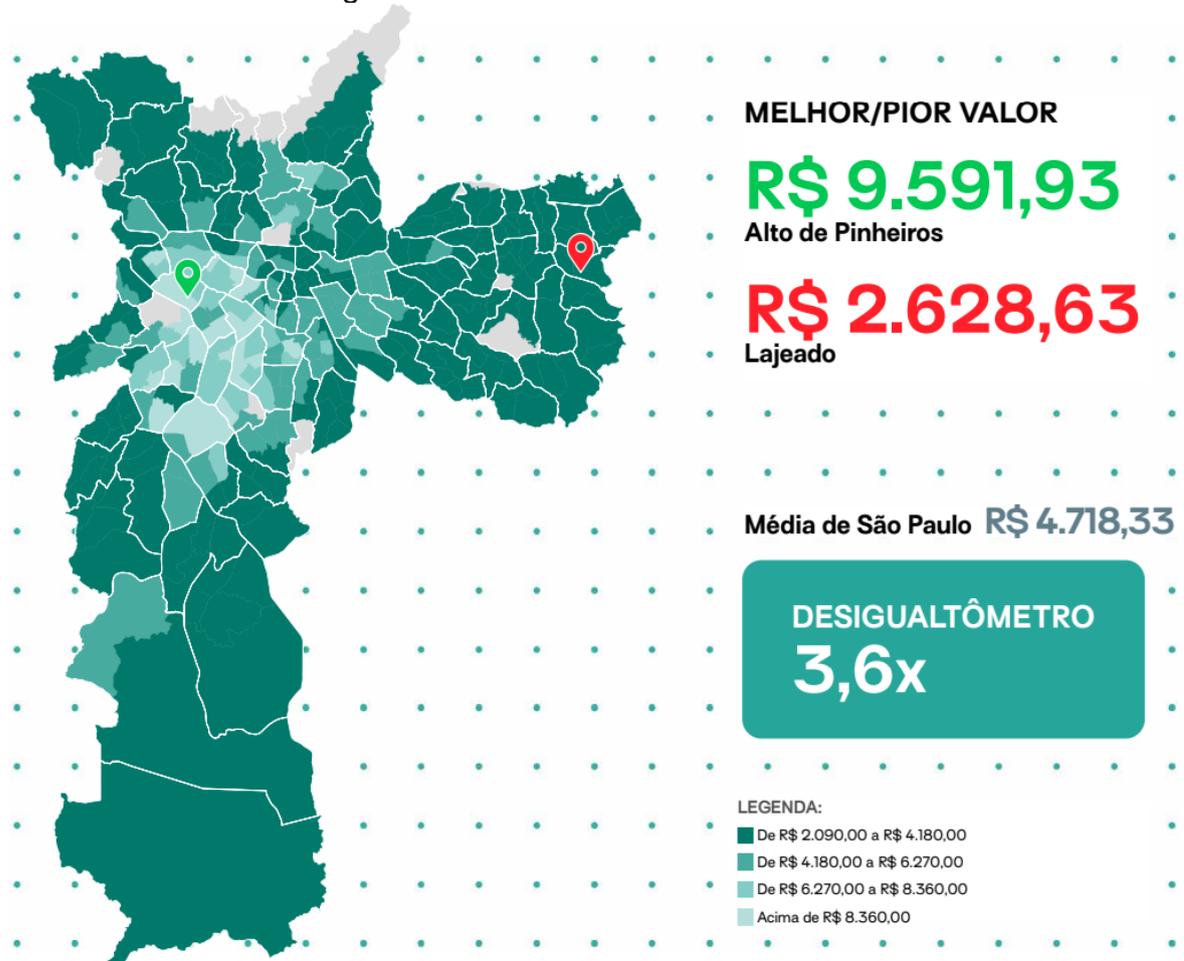


Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2022

Esses índices mostrados acima, grau de formação escolar, acesso ao trabalho, mobilidade, fazem com que a população mais periférica fique mais suscetível a receber salários mais baixos. O mapa da Figura 9, que traz a renda mensal familiar em reais por região, mostra bem essa realidade, os indivíduos que residem na área

central chegam a ganhar até mesmo mais que o dobro daqueles que moram em áreas mais afastadas no Centro.

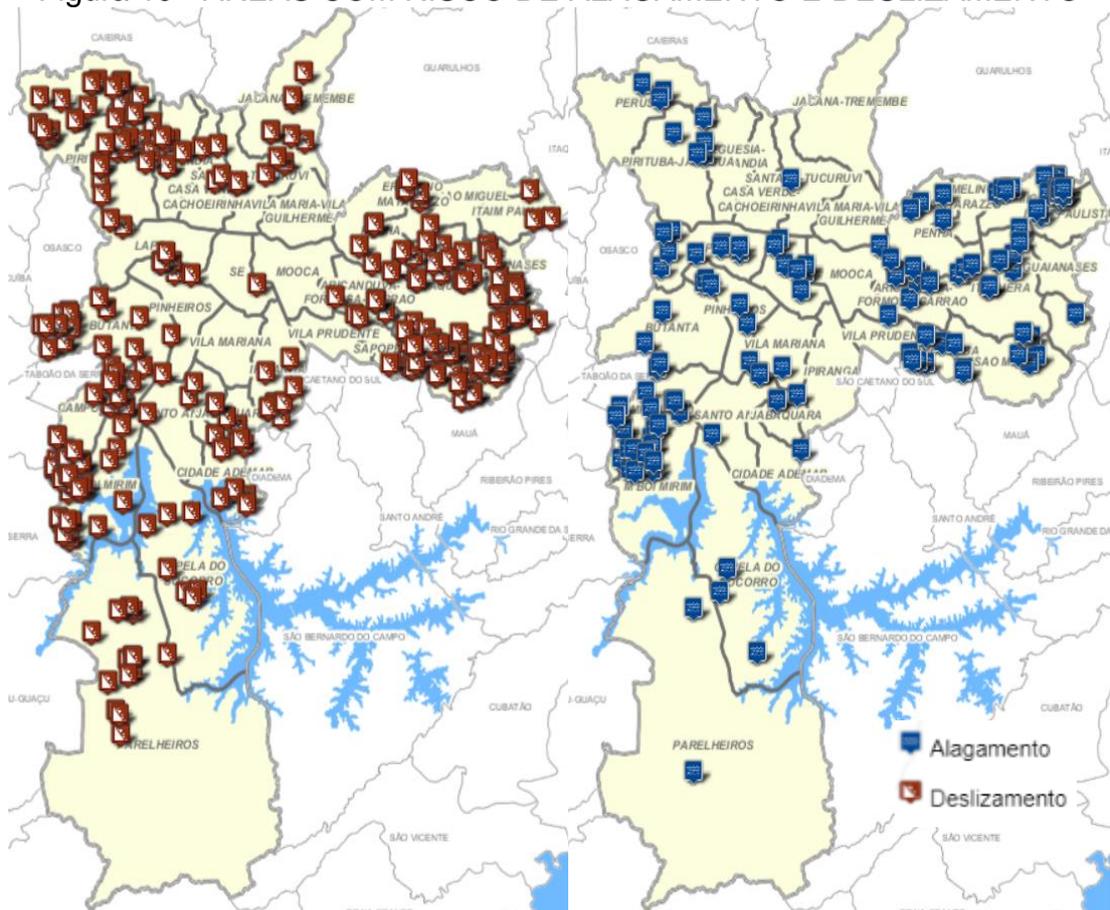
Figura 9 - RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL



Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2022

O fator financeiro pode ser um dos motivos que levam essas pessoas a permanecerem nesses locais, distantes das oportunidades e que carecem muitas vezes de infraestrutura urbana. Como já citado por Santos (2007), a soma das ações do estado e do mercado obrigam essas pessoas a permanecerem nesses espaços, dificultando uma mudança de realidade, mesmo que esses proporcionem riscos até mesmo a vida de seus moradores, como mostra o mapa da Figura 10 abaixo.

Figura 10 - ÁREAS COM RISCO DE ALAGAMENTO E DESLIZAMENTO

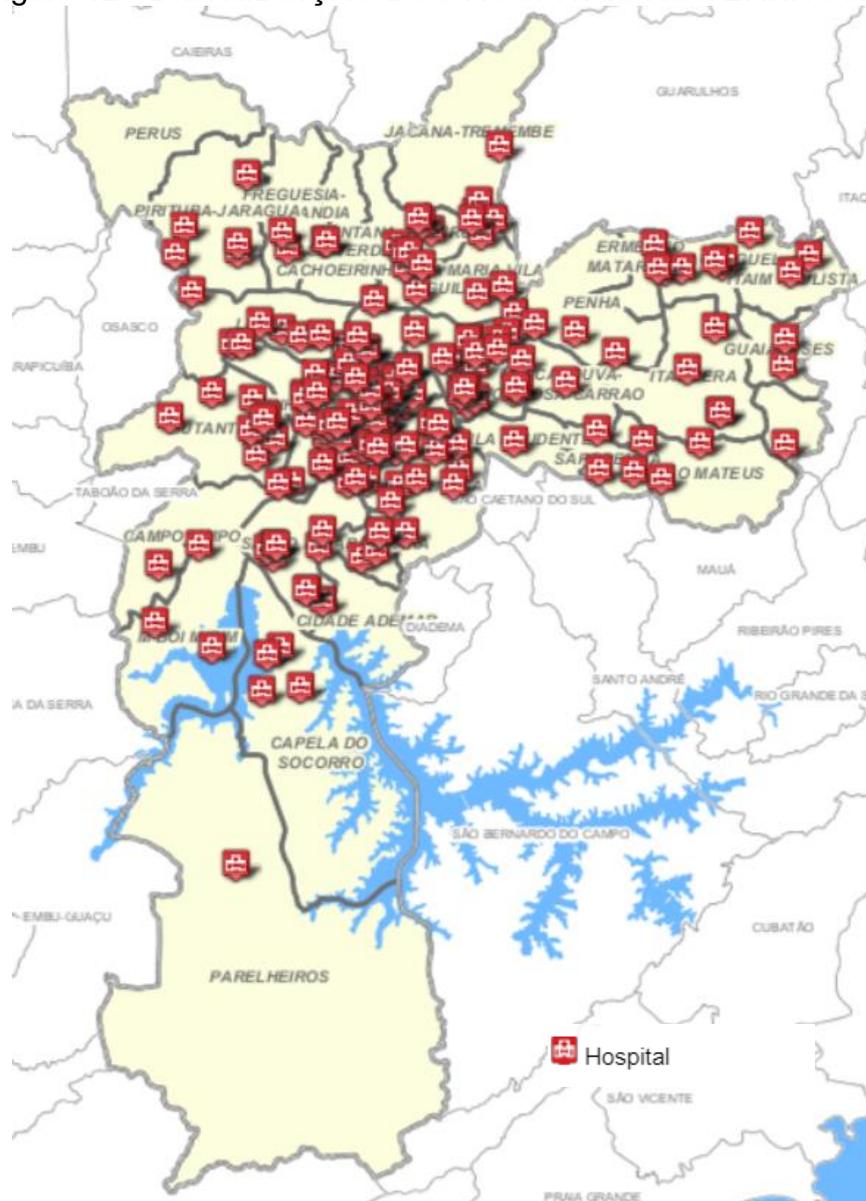


Fonte: GEOSampa

Morar em áreas de risco nunca é uma opção tomada voluntariamente, se trata de uma tentativa de burlar o mercado que não se interessa por essas áreas, uma vez que a valorização é baixa devido às condições. Santos (2007), traz um pensamento marxista ao dizer que esse é um grande problema, quando a propriedade deixa de ser um bem básico para se tornar mercadoria. O autor ainda fala sobre o direito à cidade ir muito além do direito à moradia, que esse também está no direito à infraestrutura urbana de qualidade, a bens públicos de: lazer, cultura, saúde, educação, esporte, transporte, dentre outros. Carlos (2007), concorda: “A partir da sua casa e para manutenção de sua vida, o cidadão usa outros lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho e os lugares de lazer.” (CARLOS, 2007, p. 93).

Outros mecanismos essenciais à vida estão ligados à saúde. De acordo com o GeoSampa, instituições menores de atendimento como: UBS, Ambulatórios especialidades, Posto, Centro de Saúde, dentre outros, são bens distribuídos na cidade, mas essa realidade é um pouco diferente quando se trata de problemas mais complexos que configuram a necessidade de se ir a um hospital. Como mostra a Figura 12, apesar da grande quantidade, a maior parte desses se concentram na área central do mapa.

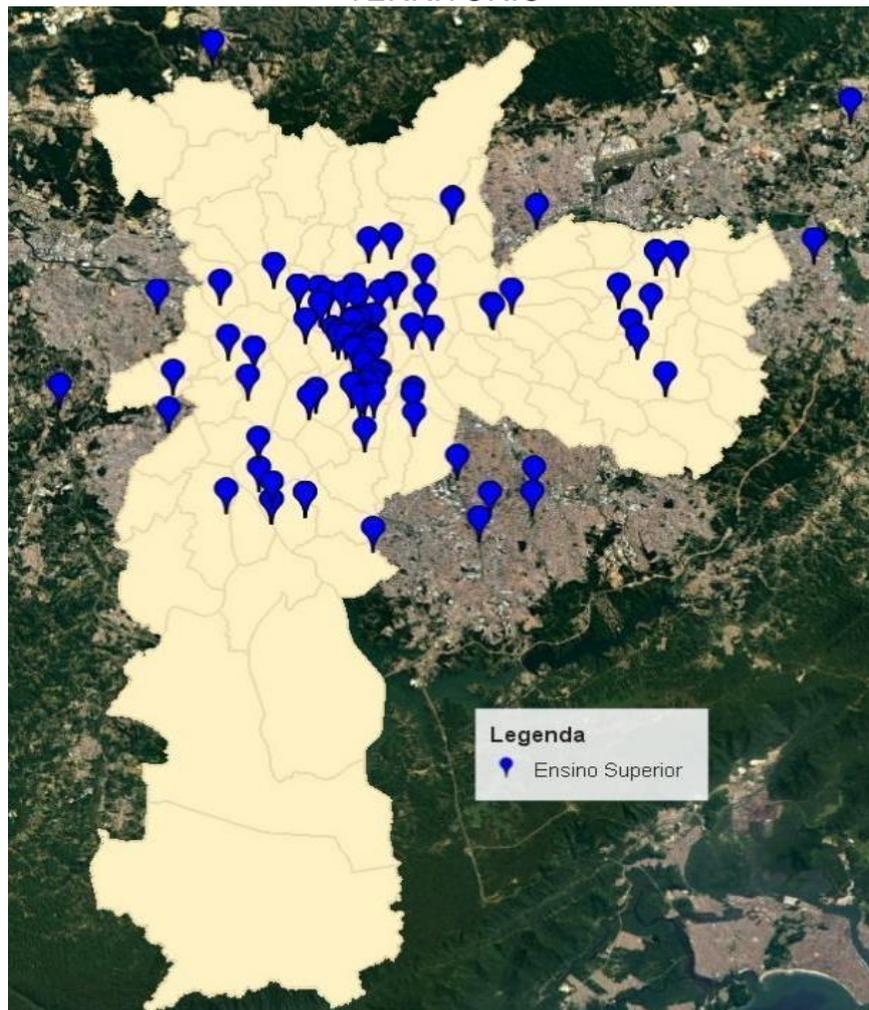
Figura 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS HOSPITAIS NO TERRITÓRIO



Fonte: GEOSAMPA

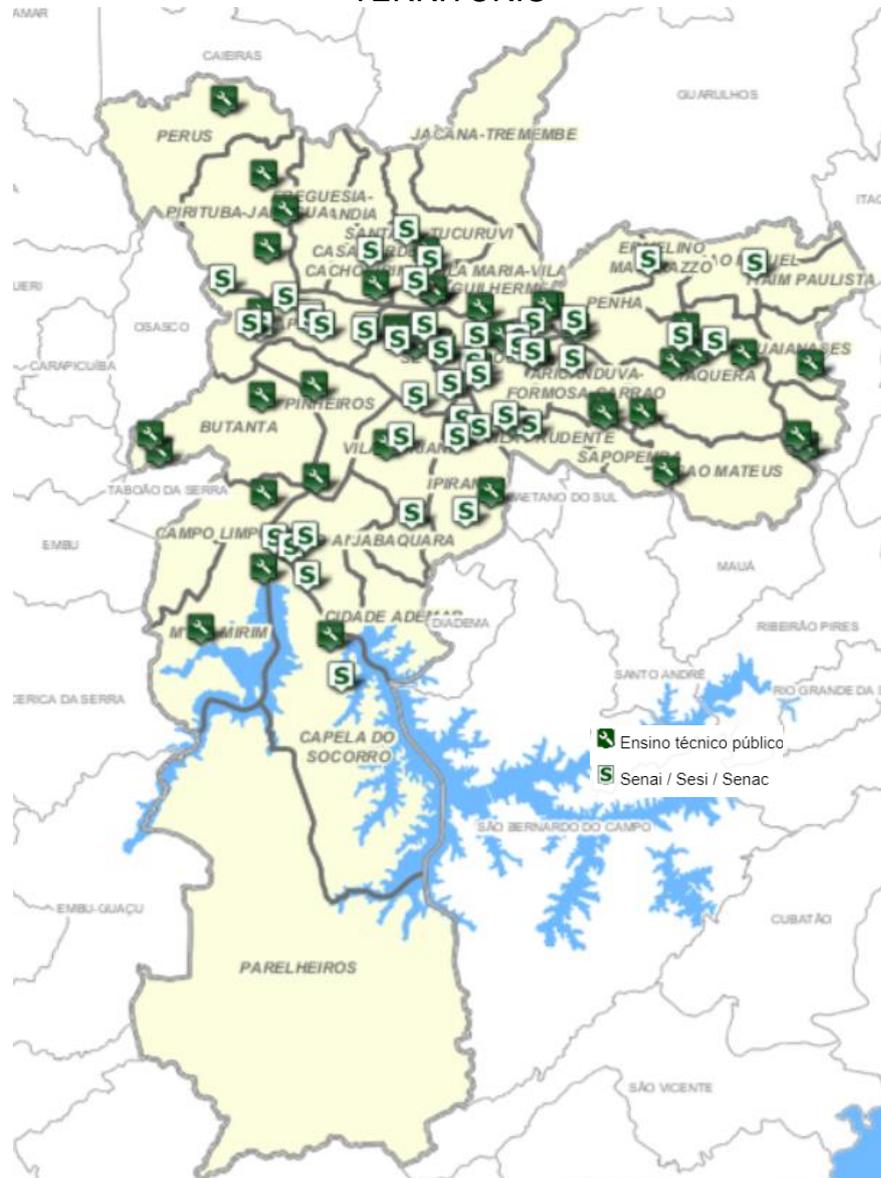
A educação também é parte importante para formação e crescimento do ser humano, o índice de evasão escolar a partir do ensino fundamental que se acentua no ensino superior apresenta dados preocupantes. Esses números possivelmente estão ligados à distribuição dos mecanismos de educação no território. As instituições de ensino superior: cursos técnicos, Senai, Sesi, Senac, faculdades, universidades, centros universitários, dentre outros, se localizam, em sua maioria, no Centro da cidade, dificultando o acesso da população que mora nas áreas mais periféricas. Os mapas das Figuras 13 e 14, mostram bem essa realidade, a distribuição concentrada dos mecanismos de educação de Ensino Superior.

Figura 13 - DISTRIBUIÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO TERRITÓRIO



Fonte: Google Maps, elaborado pela autora

Figura 14 - DISTRIBUIÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO NO TERRITÓRIO

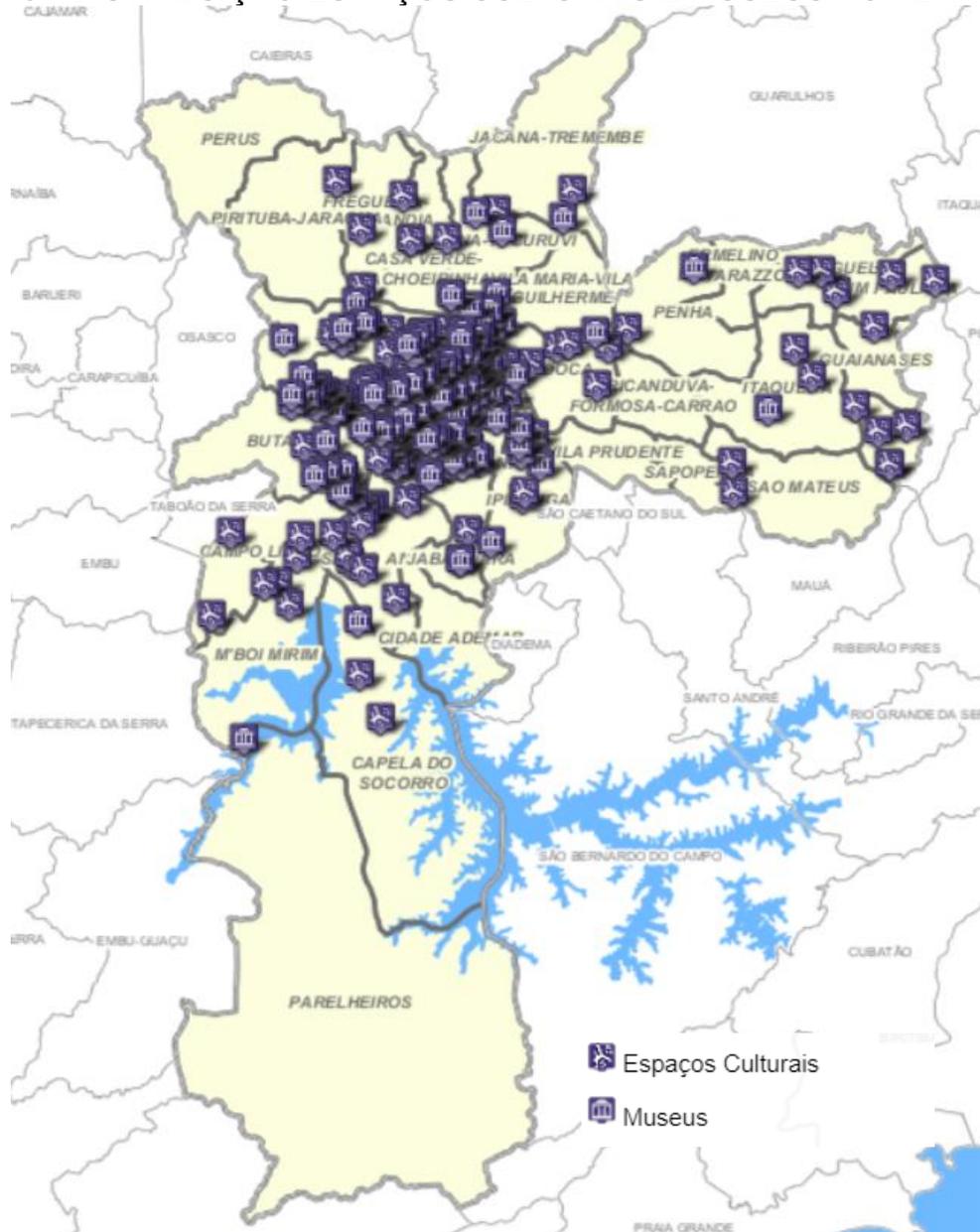


Fonte:GEOSampa

O lazer muitas vezes é esquecido quando se fala de necessidades básicas, mas ele faz parte do direito à cidade, e para Santos (2007), ele é essencial. “No município de São Paulo, cinemas, hotéis, museus, restaurantes e teatros estão concentrados em apenas duas zonas, que são exatamente as zonas centrais, isto é, o Centro Histórico e o Centro Expandido.” (SANTOS, 2007, p. 116). As duas figuras a seguir exemplificam bem a afirmação do autor. Na figura 15, os museus praticamente em sua totalidade estão no centro do mapa, os espaços culturais apesar de

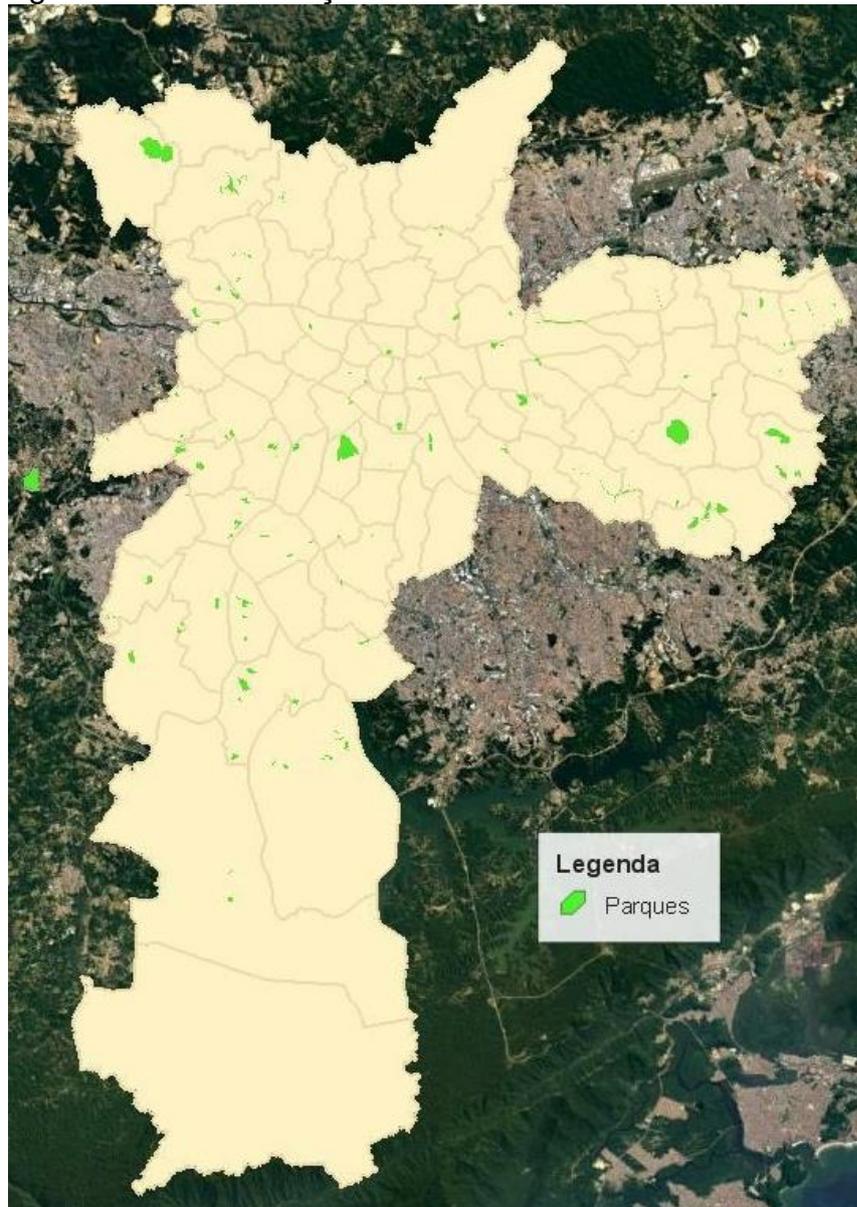
apresentarem uma distribuição menos concentrada, ainda se aglomeram nesta mesma região. Os espaços de espetáculos, shows e cultura audiovisual, na figura 16, se encontram mais espalhados no espaço, mas é inegável que o número desses mecanismos é extremamente maior ao centro do mapa da cidade.

Figura 15 - DISTRIBUIÇÃO ESPAÇOS CULTURAIS E MUSEUS NO TERRITÓRIO



Fonte: GEOSampa

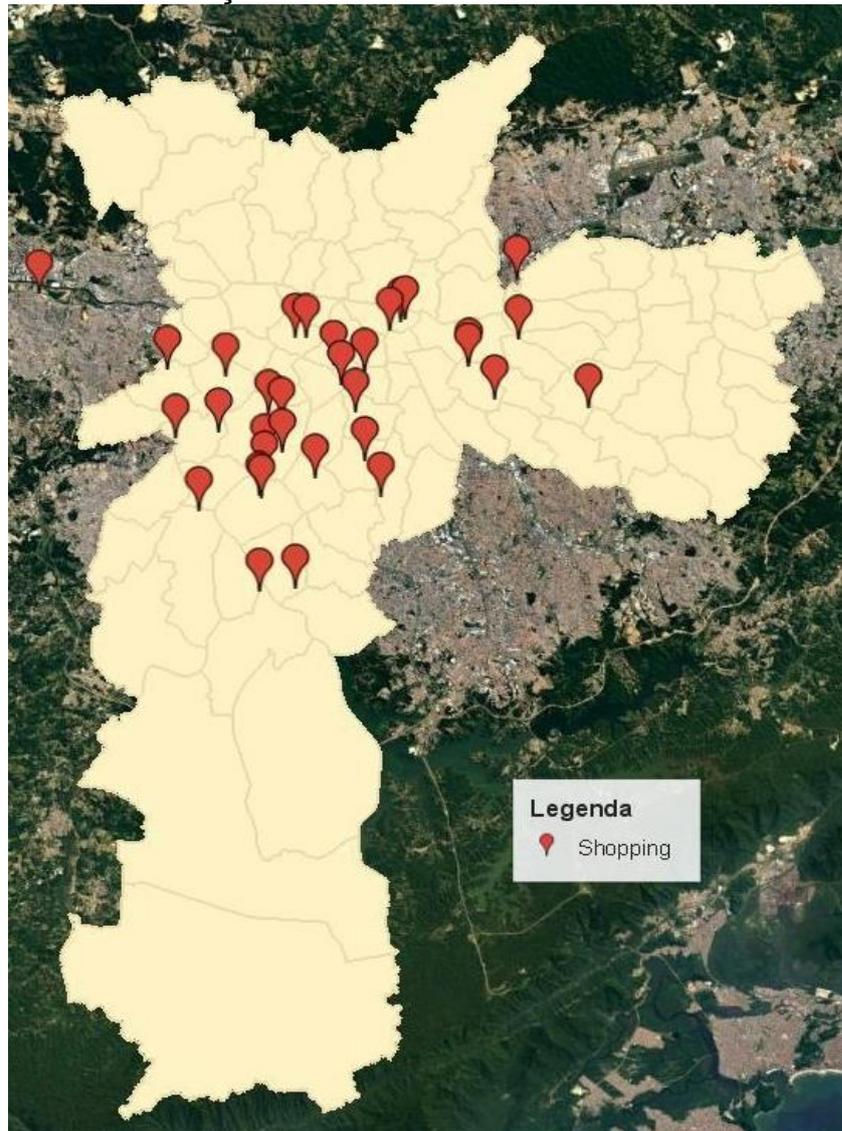
Figura 17- DISTRIBUIÇÃO DE PARQUES NO TERRITÓRIO



Fonte: Google Maps, elaborado pela autora

O Shopping Center, apesar de ser um mecanismo considerado contraditório, por ser segregador e excludente e passar uma falsa ideia de público e acessível, promovendo uma confusão entre público x privada acarretando inúmeros problemas (SANTOS, 2007), também têm sua concentração basicamente na área central da cidade. Mesmo com todas essas controvérsias, o Shopping continua sendo um mecanismo de lazer e comércio.

Figura 18 - DISTRIBUIÇÃO DE SHOPPINGS CENTERS NO TERRITÓRIO



Fonte: Google Maps, elaborado pela autora

O documento elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, intitulado: “Município em Mapas: cultura e território: uma análise da economia e dos espaços culturais na cidade.”, também foi estudado para melhor estruturação dessa narrativa, nele é feito um estudo acerca do histórico e distribuição dos mecanismos de entretenimento e cultura, o texto chega à conclusão que em São Paulo “ainda persiste um padrão de localização que privilegia as áreas mais centrais do município, não por acaso aquelas em geral habitadas por segmentos de renda mais elevada e mais bem servidas pelos sistemas de transportes” (SEMPLA, 2007). Todos esses

dados acerca da distribuição dos mecanismos de infraestrutura urbana, escolaridade, renda e tempo de deslocamento, mostram que os indivíduos com moradia em áreas periféricas, que também são esses a população com menor renda, levam mais tempo no trânsito para ter acesso a lazer, saúde, educação, entretenimento, cultura etc. “Ao falarmos dos deslocamentos da população, estamos falando do tempo.” (VILLAÇA, 2011, p. 53).

Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. Como mostramos, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido. Assim, tanto quanto o clima em São Paulo ou seu espaço urbano, também o tempo não é produto da natureza. No espaço urbano, como em outras esferas sociais, a dominação social se faz mediante desigual distribuição, entre as classes sociais, dos frutos do trabalho. (VILLAÇA, 2011, p. 56)

Dessa forma, é evidente o privilégio de morar na região central de São Paulo, onde se tem acesso facilitado às infraestruturas urbanas, eliminando a necessidade de longos deslocamentos para realizar tarefas diárias como ir à escola, ao trabalho, à feira ou fazer compras, além de desfrutar de atividades de lazer. Em contraste, aqueles que vivem nos bairros periféricos enfrentam maiores dificuldades e desgastes para realizar as mesmas atividades cotidianas. Não apenas enfrentam essa desvantagem logística, mas também são excluídos, de forma velada, de outras oportunidades que a cidade proporciona, como cultura, entretenimento, educação, saúde e até mesmo emprego. Esse cenário promove uma clara segregação urbana, evidenciando que o direito à cidade varia consideravelmente dependendo da localização geográfica. Enquanto alguns desfrutam plenamente desse direito, outros têm seu acesso negado.

2. SÃO PAULO E A CENTRALIDADE

2.1.A HISTORIOGRAFIA DO CENTRO

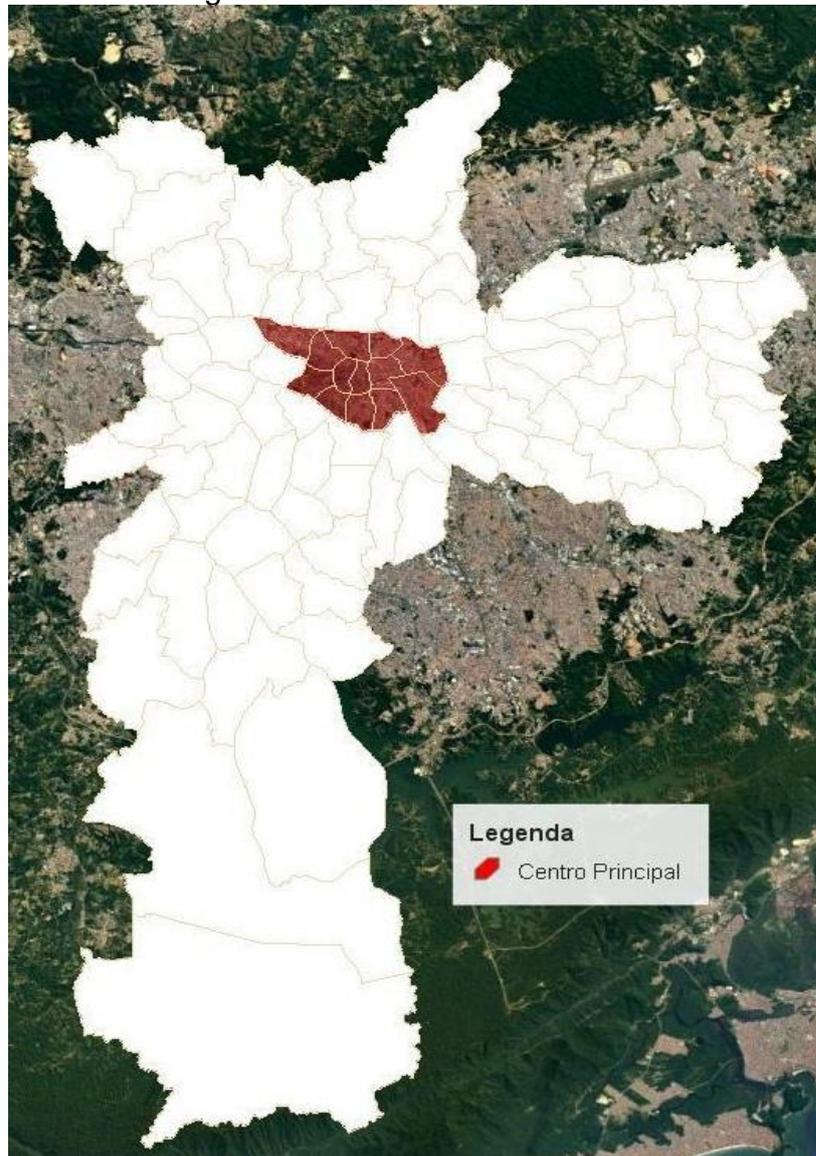
São Paulo, por ser a cidade brasileira mais populosa do país, sendo também da América, com uma extensão territorial de 1.521,202 km², de acordo com o IBGE, acabou por propiciar a criação de diversos centros, porém, segundo Villaça (1994), é comum as cidades apresentarem um número plural desses, mas sempre apenas um é o Centro principal, em se tratando de SP isso não seria diferente. O autor fala sobre esse Centro que se destaca dentro da cidade paulistana; área com maior número de empregos terciários, por mais que esses não sejam os de renda mais alta, e por se tratar da região de mais fácil acesso da região metropolitana. Tineu (2012) discute sobre esses níveis de centralidade, classificando como: alta, média ou baixa. Desse modo, é possível entender que o Centro principal de SP se encaixa na mais alta dessas classificações.

Centralidade Alta: mercadorias e lojas de departamentos, lojas especializadas, universidades, serviços de consultoria e assessoria, clínicas especializadas, teatros, museus, prédios públicos, hospitais especializados. **Centralidade Média:** escolas privadas e públicas, clínica e posto de saúde, cartório e serviços especializados, supermercados. **Centralidade Baixa:** correio, igreja, escolas infantis, negócios pequenos, farmácias, clínicas dentárias, padarias, pequenos comércios. (TINEU, 2012, p. 04)

Para o presente texto, o Centro estudado foi exatamente o que Villaça chamou de Centro Principal. Para melhor compreensão este contempla os bairros: Barra Funda, Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Consolação, Cambuci, Liberdade, Mooca, Pari, República, Santa Cecília e Sé, como mostra a figura 19. Frúgoli (2000), o divide em: Centro Tradicional (da Praça da Sé até a Praça do Patriarca, com eixo

na Rua Direita) e o Centro Novo (da Praça Ramos de Azevedo até a Praça da República, com eixo na Rua Barão de Itapetininga).

Figura 19 - CENTRO PRINCIPAL



Fonte: Fonte: Google Maps, elaborado pela autora

O surgimento e crescimento do Centro se confunde e acompanha o da cidade, por se tratar da área onde tudo começou. Então, como discutido anteriormente, ocorreu um *boom* no crescimento da cidade, e todo esse processo se deu de maneira caótica e desorganizada e o Centro, como região principal da cidade naquela época, foi prioridade para o planejamento urbano.

Meyer (1994) ao discorrer sobre os planos de organização e planejamento do Centro começa falando sobre o Plano de Avenidas, ocorrido nos anos 20 e 30, esses fundamentais para as modificações ocorridas no Centro. Esse plano tinha como meta amenizar o problema do tráfego da região, através de um urbanismo tipicamente haussmaniano, alargando avenidas e criando conexões entre os bairros da região central. De acordo com a autora, esse planejamento não só sanou o problema do tráfego, mas também acrescentava um novo espaço a cidade, a sua região metropolitana, que segue até hoje influenciando e sendo influenciada pela capital.

Surgia assim, nas décadas de 30 e 40, pela necessidade que a região metropolitana gerou, um conjunto de centros secundários, processo esse que foi impulsionado nos anos 50, quando a cidade de São Paulo recebeu o título de primeira metrópole brasileira (MEYER,1994). Ainda de acordo com a autora, todo esse processo, aliado com a urbanização intensa da área central, alterou não somente suas características espaciais, mas também sua funcionalidade, com a descentralização, expandindo para outras regiões da cidade funções que eram exclusivas do Centro principal.

O Centro Histórico da cidade de São Paulo resiste como espaço emblemático da metrópole. Espaço urbano historicamente construído, respondeu permanentemente às transformações associadas ao dinamismo da metrópole. Chegar ao Centro, circular pelo Centro e conectar novas áreas urbanizadas ao Centro foi o mote destas transformações, ainda que a cada período histórico correspondam soluções distintas associadas às tecnologias disponíveis, às opções políticas e ao volume de investimentos públicos e privados. Para isto, avenidas, ruas e praças foram projetadas e lentamente abertas para rapidamente se apinhar de gente e de bondes. Rapidamente congestionadas foram então reorganizadas, sobre nova lógica, e alargadas, abrindo passagem para que mais carros e bondes – a partir de 1924 também ônibus – circulassem e dessem caminho para mais gente. O desenvolvimento econômico impulsionava a cidade que crescia em população e em área urbana. Neste ritmo chegamos à década dos cinquenta, com a base viária do centro estruturada, e novas alterações funcionais propostas. (GROSTEIN, 1994, p. 11)

Frúgoli (2000), fala sobre os anos 50, onde o Centro era considerado um importante espaço cultural e intelectual da cidade. Uma vez que é lá, até os dias atuais, que estão concentrados os principais museus, teatros, cinemas e construções de entretenimento, arte e cultura da cidade. Porém essa ascensão começa a declinar a partir dos anos 50 e 60, com o processo de esvaziamento sofrido, esse será aprofundado no próximo capítulo, como discorre Silva (2001):

Embora com dinâmicas imobiliárias diferentes, todos os bairros do Centro perdem população desde os anos 50 e 60. (...). Em geral, a taxa de redução é maior na década de 90 do que na década de 80. As exceções são os distritos da Mooca e Bela Vista, neste último caso possivelmente ligada à intensa demanda formada por estudantes e profissionais ligados às atividades ao longo da Paulista.

A perda de população do Centro está ligada à saída de pessoas, à redução do tamanho das famílias e à presença de uma população mais idosa, determinando menores taxas de natalidade. A diminuição de população é mais acentuada nos distritos do Centro, mas não ocorre apenas aí, sendo bastante importante também nos bairros mais caros e nos bairros intermediários de São Paulo. Isso contrasta com o crescimento nas periferias, tanto maior quanto mais carente é o bairro. Na média do município, o crescimento nos anos 90 manteve-se relativamente estável, com relação à década anterior. (SILVA, 2001, p. 03)

Atualmente o Centro de São Paulo tem como pontos de comércio: “lojas menores, pequenos escritórios, associações, sindicatos, consultórios, convênios médicos e divisão de alguns edifícios e térreos em shopping popular refletindo o que ocorre nas áreas públicas pelos comerciantes ambulantes informais.” (BOMFIM, 2004, p. 37). A autora ainda acrescenta que a população que ocupa hoje o Centro é cada vez mais residente e flutuante, e tem uma renda menor do que as que ocupavam o espaço anteriormente, com isso, os edifícios de alto custo estão vazios, uma vez que as empresas que os locavam não se interessam mais em residir na região.

Com isso, discute-se um Centro que antes era uma área valorizada e de muito prestígio, mas que com a expansão da cidade e surgimento de novos polos econômicos e comerciais, está em declínio. Como resultado torna-se uma região cada

vez mais procurada pelas camadas populares, muitas vezes através das ocupações. Frúgoli (2000) destaca a falta de estudos sociais nesse espaço, mesmo após a chegada de classes mais populares na região. A área central passa de elitizada para popular, sendo vista até mesmo como uma área marginalizada dentro do espaço urbano. Assim, passando a ser ao mesmo tempo um espaço histórico, cultural, porém, marginal. Essa transição não apenas redefine a dinâmica socioeconômica da região, mas também altera sua percepção e seu papel dentro da cidade. A área central, uma vez prospera e poderosa, agora enfrenta uma nova identidade, marcada pela diversidade social e pelas lutas por espaço e direito à cidade.

O centro tem um significado simbólico, em função da presença do patrimônio histórico e cultural, o que é claramente cabível como justificativa política e social para a aplicação de recursos públicos no processo de recuperação para determinados grupos sociais.” (BOMFIM, 2004, p. 39)

2.2. Esvaziamento do Centro

São Paulo desde sua formação é uma cidade plural e de abundâncias, a primeira metrópole brasileira começa a crescer a partir da colina central e desde então passa a expandir territorialmente cada vez mais, mas sempre com seu Centro forte e ativo, esse que com certo sentimentalismo é retratado por Rolnik (1994), como o “coração da cidade”.

Coração é o elemento vital de distribuição dos fluxos, mas é também o território dos afetos, o lugar da sensibilidade amorosa da cidade. O Centro-coração funcionou assim, durante séculos, como lugar de onde emanavam as decisões de onde partiam os caminhos, onde se realizavam os grandes negócios, mas também com a imagem da própria cidade. (...). Entretanto, o modelo de expansão territorial da cidade viria pouco a pouco minar a própria base da existência do Centro-coração. Em primeiro lugar, o movimento permanente de deslocamento das elites em direção Sudoeste (Paulista/Jardins/ 9 de julho/Faria Lima/ Marginal Pinheiros) desloca a centralidade para este vetor e define uma espécie de Muro de Berlim constituído pelo eixo do Tamanduateí a partir da Várzea do Carmo. A partir

daí, o Centro perde a imagem de centro do poder, embora a estrutura radioconcêntrica da cidade continue a ter no Centro o mais importante entre cruzamento de fluxos e vias. Em segundo lugar, o transporte sobre rodas, ônibus e automóveis, tão responsáveis pela metropolização e, portanto, pujança, transforma este nó numa espécie de pesadelo fumarento e poluído. Finalmente, sua ocupação pelas massas, em uma situação de crescente isolamento e guetificação das elites, acaba por gerar a idéia de que o Centro está “decadente”, embora do ponto de vista de geração e atração de viagens, empregos e atividades econômicas isto não seja absolutamente verdadeiro. (ROLNIK, 1994, p. 116)

A autora descreve acima o declínio desse órgão vital para a cidade, como uma consequência da expansão territorial, do crescimento da cidade e seu progresso. O deslocamento da elite da cidade e das empresas para outras regiões, de acordo com Meyer (1994) teve início nos anos 50 e 60, quando as atividades econômicas passaram a exigir edifícios mais modernos e a Avenida Paulista deu lugar a essas novas construções, assim de maneira gradual o Centro foi perdendo espaço para os novos polos que estavam surgindo. Processo que se intensifica na década de 1980, como afirma Kowarick (2007).

A Tabela 2 elucida as informações já mencionadas no texto, onde se nota uma clara diminuição na população dos bairros do Centro, e como esse processo de esvaziamento foi crescente com o passar dos anos. Kowarick (2007) traz justificativas para o fenômeno, o autor diz que na década de 1990 as ações na área central foram pontuais, com apenas algumas exceções, isso porque o local passou a ser uma área de difícil acesso, houve um aumento da poluição ambiental (sonora, atmosférica e visual), a devastação de muitos espaços, a falta de estacionamentos, além dos problemas no trânsito. Isso tudo contribuiu para a desvalorização e afastamento das pessoas do Centro, até mesmo o poder público colocou a região de lado. A área central então, antes dominada pela elite, dá espaço para uma população menos abastada, que busca melhores condições de vida.

Tabela 2 - POPULAÇÃO DISTRITOS DO CENTRO DE SP – 1980,2000 E 2010

	Censo de 1980	Censo de 1991	Censo de 2000	Censo de 2010
Distritos				
Bela Vista	85.333	71.825	63.190	69.460
Bom Retiro	47.542	36.136	26.569	33.892
Brás	38.592	33.536	25.158	29.265
Cambuci	44.807	37.069	28.717	36.948
Consolação	77.264	66.590	54.522	57.365
Liberdade	82.392	76.245	61.875	69.092
Pari	26.942	21.299	14.824	17.299
República	60.940	57.797	47.718	56.981
Santa Cecília	94.451	85.829	71.179	83.717
Sé	32.933	27.186	20.115	23.651
Barra Funda	17.877	15.977	12.965	14.383
Belém	58.300	49.697	39.622	45.057
Mooca	84.501	71.999	63.280	75.724
Total 13 Distritos Centrais	751.874	651.185	529.734	612.834
Município de São Paulo	8.493.226	9.646.185	10.405.867	11.253.503

Fonte: IBGE- Censos Demográficos, adaptado pela autora

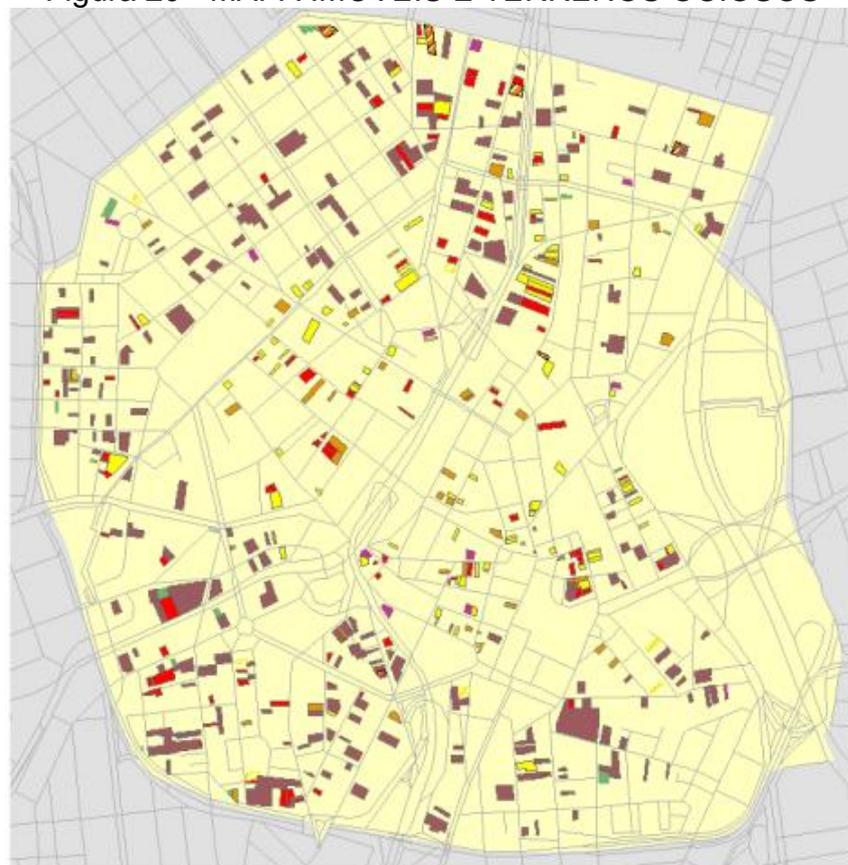
A vacância no centro histórico em 2003, segundo dados de pesquisa, foi estimada em 18% de área construída vazia, sendo 21% composto por área construída destinada a uso residencial e 77% por uso de serviços e comércio, com erro estimado de 15%.

Os espaços edificados vazios na área central são compostos na sua maioria por edifícios destinados a serviços e comércio, com grandes áreas construídas, muitas das quais eram anteriormente destinadas a uso residencial, encontrando-se em estado médio de conservação. Em maior proporção, os espaços edificados vazios são verificados em imóveis verticalizados, com um único proprietário para cada imóvel, sem fracionamento da propriedade e com um período superior a um ano de desocupação. Essa caracterização representa cerca de 65% dos espaços edificados vazios pesquisados. São edifícios que necessitam de reformas e da aplicação de capital para sua operacionalidade. (BOMFIM, 2004, p. 34)

O esvaziamento de um espaço que antes era o maior Centro comercial da cidade tem como efeito o abandono de muitos imóveis vazios, como se pode ver na Figura 20. Segundo Silva (2001) esses edifícios são: comerciais de pequenos escritórios com dez ou mais andares, a maioria sem garagem e ar-condicionado;

edifícios residenciais de grandes apartamentos, porém poucos banheiros e sem garagem; hotéis; e pequenos edifícios com uso misto, comercial e residencial, este último às vezes tem seu térreo ainda ocupado. Com essas características é possível entender que muitos desses edifícios já não atendem as demandas atuais, onde o carro é comum ao dia a dia, e edifícios de escritório e residenciais de médio e alto custo, em sua maioria, apresentam sistema de resfriamento. Com isso, esses edifícios seguem desvalorizados e não despertam o interesse do mercado.

Figura 20 - MAPA IMÓVEIS E TERRENOS OCIOSOS



Fonte: Coteló, 2009

A vacância imobiliária passa a funcionar como indicador urbano, ou seja, o acompanhamento das variações de vacância permite, tanto ao setor público como ao setor privado, o direcionamento e a definição de aplicação de recursos em determinadas áreas. Para o poder público, a alta presença de vacância imobiliária pode significar altas taxas de inadimplência em relação a impostos e tributos, assim como a subutilização de infra-estrutura já implementada. Nestas áreas, por sua vez, a inadimplência passa a significar ao poder público a diminuição de recursos para manutenção e futuros investimentos. Para o setor privado, o acompanhamento das variações da vacância imobiliária possibilita o direcionamento dos investimentos e aplicações de capitais, ou seja, os estudos e modelos procuram prever a obtenção de lucro e renda na aplicação do capital. A presença da vacância mantém uma relação direta com a variação dos valores imobiliários. (BOMFIM, 2004, p. 29)

O esvaziamento, a vacância imobiliária e a degradação do Centro fizeram com que os investimentos no local diminuíssem, sejam esses privados ou públicos, isso prejudicou ainda mais a área. Porém, para muitos o seu valor vai além do lucro e da especulação imobiliária, como afirma Kowarick (2007), para moradores, trabalhadores, transeuntes, ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos, agentes privados, dentre outros, o Centro tem valor de uso, serve de local de trabalho, moradia, além de ser espaço de muitas lutas por habitação digna, pelo direito à cidade e acesso a bens e serviços. Sendo assim, esse espaço é um lugar plural e que permite aos indivíduos se sentirem pertencentes a cidade.

Embora muitos edifícios tenham sido demolidos, por iniciativas individuais ou pelas sucessivas políticas de renovação desde o início do século XX, os bairros centrais mantêm ainda uma amostra importante de todos os tipos residenciais paulistanos. Além dos diferentes modelos de moradias unifamiliares tradicionais, para todos os setores sociais, pode-se encontrar prédios que mostram a evolução dos prédios de apartamentos, desde o início do processo de verticalização, nos 20. Os imóveis tombados pelos órgãos de defesa do patrimônio histórico são cerca de 400, apenas no núcleo mais central. Grande parte deles estão abandonados e em processo de deterioração. Isso se deve à falta de incentivos financeiros e de demandas para diferentes usos. Existem muitos edifícios vazios na área central, tombados ou não, mas não há números precisos. Seguindo os movimentos de moradia, haveriam sido levantados cerca de 300 imóveis nessa situação, residenciais e comerciais. (SILVA 2001, p.07)

Nesse espaço, abastado de infraestrutura urbana e de edifícios vazios, foi onde os movimentos de moradia viram a oportunidade de ingressarem na cidade e

passarem a usufruir dos bens que essa oferece. “O cenário atual do centro evidencia a disputa pela apropriação do espaço urbano central. As ocupações trazem à tona o intenso conflito social que se trava em São Paulo, sendo o Centro o mais importante palco desse conflito.” (BOMFIM, 2004, p. 44). A autora demonstra preocupação com esse impasse, onde os donos dos imóveis tentam impedir a ocupação dos edifícios vazios, e se questiona quanto ao futuro da região, qual grupo será privilegiado e qual grupo será excluído ao longo da resolução desses conflitos. Para ela, é necessário que haja um empenho das gestões na melhor resolução desse problema, que essa seja baseada nos instrumentos urbanísticos e na preocupação com as políticas habitacionais e sociais, de forma a não espoliar grupos sociais já discriminados (encortiçados, moradores de rua, ambulantes, trabalhadores informais, e moradores de ocupação).

Portanto, a constatação do esvaziamento do Centro de São Paulo traz consigo uma série de desafios e problemas que precisam ser enfrentados: especulação imobiliária, marginalização, desvalorização da região e conflitos na área. É de extrema importância que o poder público dê a devida atenção para a região, promovendo assim sua renovação ou requalificação. Algumas políticas já começaram a ser criadas, elas serão discutidas mais à frente, mas pouco foi colocado em prática. Com isso, é necessário que as ações feitas coloquem o social e o direito à cidade como principais impulsionadores do projeto, evitando que tais iniciativas perpetuem a segregação e a desigualdade social já existentes nesse local. A efetivação dessas políticas requer um compromisso real com a inclusão. Somente assim será possível promover uma verdadeira renovação que beneficie a todos os habitantes da cidade e contribua para a construção de um ambiente urbano mais inclusivo e igualitário.

2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

O Centro de São Paulo é o espaço onde a cidade começou, assim sendo seu Centro Histórico. Uma região que foi densamente ocupada durante o seu surgimento pelas atividades econômicas e residenciais, e hoje sofre com as consequências da vacância imobiliária e desvalorização. Segundo Silva (2001), existe uma opinião unânime entre os urbanistas que a área central seria a mais apropriada quando se pensa em habitação. Por ali passam milhares de trabalhadores todos os dias, o local já possui infraestrutura de saneamento, energia, telefonia, além de oferecer transporte público, equipamentos coletivos e serviços em abundância. Muitos desses bens de serviços, para o autor, são pouco utilizados no período da noite, sendo usados 400% a menos do que no período diurno, justificando a necessidade de reforçar as políticas habitacionais na área.

Apesar da vacância imobiliária, o Centro de SP tem um fluxo intenso de pessoas, Kowarick (2007) traz esses dados: existem 530 mil habitantes na área central, 723 mil empregos formais, 3,8 milhões de pedestres passam pela região diariamente, dois milhões de passageiros de alguma forma transitam pela Sé e República pelas 294 linhas de ônibus, 17 estações de metrô ou pelas três ferrovias que por ali passam. Apesar deste grande fluxo, a noite essa dinâmica se altera, dando lugar a um espaço um tanto quanto deserto, uma vez que muitos desses indivíduos que passam por ali moram afastados desse local, e se caso morassem na região, poderiam até mesmo desafogar consideravelmente o trânsito da cidade.

Apesar das afirmações dos urbanistas e de todo o estigma quando se fala de habitação e Centro, será que essa região poderia solucionar o problema habitacional

da cidade? Pereira (2012) traz uma frase que circulou através de vários meios de informação e que foi muito usada por movimentos que lutam por moradia: “O número de imóveis vagos (na região do Centro) supera o déficit habitacional brasileiro.” (PEREIRA, 2012, p. 69). É óbvio que na prática não funciona bem assim, porém, a frase não deixa de ser alarmante e impressionante. Nesse sentido, de acordo com Kowarick (2007), esse espaço tem hoje, aproximadamente, 36 mil moradias vazias, isso sem contar os imóveis desocupados que tem característica comercial ou empresarial. Então, por que não colocar em prática políticas habitacionais na região? Já existem algumas, mas essas serão discutidas um pouco mais a frente. Apesar da existência, essas apresentam-se em âmbitos teóricos, em prática, pouco se foi feito.

Mesmo com o déficit habitacional, o Centro apresenta uma boa infraestrutura urbana, além de oferecer bens de serviços coletivos, é um local comercialmente ativo e com o maior número de empregos terciários formais, fora os ambulantes e profissionais informais. Isso justifica a grande atração que esse espaço tem, com seus muitos atributos a região enfrenta hoje conflitos pela apropriação do seu espaço, (KOWARICK, 2007). Em uma cidade onde o acesso à infraestrutura é crucial para a qualidade de vida dos indivíduos; onde 60% da população enfrenta carências como falta de água, eletricidade, estradas pavimentadas, educação, serviços de saúde e transporte público, fica evidente que a presença de um espaço vazio, com inúmeros recursos de infraestrutura, é um desperdício de recursos (ROLNIK, 1994). A presença de um grande fluxo de pessoas durante o dia, em contraste com o esvaziamento noturno desse espaço, gerando até mesmo insegurança, e a subutilização da infraestrutura local evidencia a necessidade urgente de políticas públicas habitacionais voltadas para o desenvolvimento social da região.

O Centro é tudo isso e muito mais: é vai-e-vem alucinado, local onde o trabalho informal dos homens-cartazes, ofertando serviços baratos, e dos flanelinhas, junta-se a dezenas de milhares de balconistas, sem mencionar as inúmeras oportunidades do trabalho autônomo permanente ou ocasional. Mas há outras distâncias reais e simbólicas: a da quietude e solidão das periferias, onde à noite nada acontece, porque naquelas bandas não há cinemas, a diversão é a TV e alguns bailes, aos quais não se deve ir, pois a caminhada é perigosa. São Paulo não tem mais garoa, o bauru do Jeca, o PariBar do Arouche, as matinês do domingo no cinema Pedro II no ainda não remodelado Vale do Anhangabaú, e, ladeira acima, o Automóvel Club, onde também se jogava xadrez, atrás do Teatro Municipal; o Hotel Esplanada e a casa Degoy em frente ao Mappin Stores, hoje transformado numa grande loja popular. Por outro lado, o Centro oferece uma agitada vida noturna com inúmeros bares, restaurantes e hotéis; campo aberto para infinitos encontros onde também se localizam dezenas de creches, postos de saúde, escolas de 1.º e 2.º graus e várias faculdades privadas; e hospitais, como o da Universidade Santa Casa de Misericórdia, com suas alas antigas e modernas, e alguns dos melhores professores-médicos de São Paulo para atender a população. As periferias estão distantes dessas benesses: empregos formais significam horas de ônibus, mais o trajeto a pé e, quando chove, a lama que não pode ser vista no local de emprego. A escola é longe e, à medida que as crianças crescem, distancia-se mais. E aí o perigo também aumenta, pois a criminalidade é muito alta, e não há policiamento. Esta é a grande distância experimentada pelos moradores dos cortiços: a favela ou a casa de periferia é lugar de bandidagem e muitos homicídios onde ninguém pode andar sozinho. Lá, faltam emprego, serviços e equipamentos públicos de saúde e de educação; não há o fervilhar prazeroso que o Centro oferece às pessoas que buscam distração longe da televisão. (KOWARICK, 2007, p. 182)

Nesse sentido, os movimentos sociais reivindicam a ocupação do Centro através da justificativa de seus espaços vazios. Kowarick (2007) identifica que existem na região central cerca de centenas de milhares de pessoas que moram em cortiços, hotéis, pensões e apartamentos precários, sem contar os que moram nas ruas ou em abrigos da prefeitura. Para o autor, “A Cidade deveria ser franqueada também para as camadas pobres da população.” (KOWARICK, 2007, p. 202). A ocupação desses espaços vazios nada mais é que uma ação política na busca por direitos que são garantidos por lei: moradia, conjuntos de necessidade básica e direito à cidade.

Partimos de um pressuposto já consagrado de que é fundamental a manutenção de uso diversificado, e, portanto, uso residencial nas áreas urbanas centrais. Assumimos outro pressuposto que é o de não expulsão da população originalmente aí moradora, por razões que são éticas e sociais. Condenar a população de baixa renda a viver exclusivamente o exílio da periferia urbana, onde são menores as oportunidades de trabalho, de educação, de saúde, e dificuldade de mobilização de um modo geral, é penalizá-la duplamente. Defende-se aqui, para todos, o DIREITO À CIDADE,

à festa que ela representa, com todos os seus estímulos e oportunidades. A população moradora de cortiços na cidade de São Paulo soma um total de 3,5 milhões segundo SEHAB 1989, ou 700.000, segundo a FIPE, 1993. O primeiro dado está, sem dúvida, superestimado e o segundo, sem dúvida, subestimado em função da metodologia aplicada para o levantamento. Pode se afirmar, no entanto, com certeza, que os moradores de cortiço em São Paulo constituem uma metrópole. A maior parte dessas habitações localiza-se nos bairros centrais, especialmente aqueles construídos nas primeiras décadas do século XX. (MARICATO, 1994, p. 128)

Outro atrativo presente na região do Centro de São Paulo, é a oferta por emprego, Frúgoli (2000) faz um comparativo com outras áreas da cidade por setores:

a) na administração pública, o Centro oferece 79,2% das vagas e a Avenida Paulista 16,6%; b) na área financeira, o Centro 53,9%, enquanto a Paulista e a Faria Lima, tem respectivamente, 29,1% e 10,7% do total de vagas; c) no setor comercial o Centro ainda segue na frente, com 41,5% das vagas, Paulista com 24,5% e Faria Lima com 20,8%. A região central também sai na frente quando se contempla as vagas de todos os setores, tendo 38,5% dos empregos oferecidos no município. Apesar de tudo, ainda é uma região que proporciona muitas oportunidades, tanto no setor formal, quanto no informal. Porém, a maioria desses empregos é do setor terciário, os empregos com salários mais altos estão nas demais regiões, o que implica ainda mais na desvalorização do local e não investimento na área.

O Centro é o lugar mais acessível à maioria da população da metrópole. As regiões da Paulista ou Faria Lima são as regiões mais acessíveis à minoria de renda mais alta que se concentra no Quadrante Sudoeste. Quanto mais os órgãos governamentais se deslocam para o Quadrante Sudoeste mais eles se aproximam dos 25% mais ricos e motorizados da população, e mais se afastam dos 75% mais pobres.

Por outro lado, é também inconcebível que os órgãos públicos se instalem em terra cara (mesmo que alugando) da região Paulista-Faria Lima, abandonando a terra mais barata do Centro. (VILLAÇA, 1994, p. 41)

O Centro da cidade de São Paulo é um espaço plural, dinâmico, palco diverso e de muitos conflitos. Nele se tem presente a cultura e história da cidade, porém, esse espaço se encontra em processo de deterioração; se vê o vai e vem frenético no

período diurno, e um espaço deserto e inseguro no período noturno; um local de muitas oportunidades, mas de muita luta para obtenção desses direitos. Local esse que já foi valorizado e frequentado pelas elites e que hoje é ocupado por classes mais populares, se encontra desvalorizado e cada vez mais abandonado. O poder imobiliário que muitas vezes dita onde os investimentos serão feitos, afasta da área central a possibilidade de se reerguer. É de extrema importância que o poder público olhe e entenda o potencial cultural, social, histórico e comercial dessa região, e comece a investir recursos. É necessário que o Centro passe a ser visto pelo olhar de seus atuais moradores e usuários, além do lucro, com a devida importância que tem e que faz toda diferença para uma grande parcela da população da cidade. Para evitar a formação desses vazios é necessário coibir a especulação imobiliária e, conseqüentemente, ampliar o acesso a áreas urbanizadas. O Estatuto da Cidade regulamenta o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, que obriga o proprietário a dar uma destinação ao seu terreno subutilizado, concretizando o preceito constitucional da função social da propriedade. Cabe aos Municípios editarem normas para aplicação desse instrumento em seu território, sem as quais ele não tem eficácia. O Poder Público local deve especificar em seu Plano Diretor as áreas onde ele será utilizado e promulgar lei específica disciplinando sua aplicação.

O centro de São Paulo constitui uma região privilegiada em relação ao resto da cidade. Trata-se do ponto de maior mobilidade da metrópole, com seu entroncamento rodo-metro-ferroviário. A partir dali, pode-se acessar qualquer ponto da cidade, o que constitui uma característica ímpar se levarmos em conta a trágica situação dos transportes coletivos. Trata-se ainda do local com maior número de empregos na região metropolitana. Nela, estão importantes museus e salas de espetáculo, bem como universidades, escolas públicas e equipamentos de saúde, sedes do judiciário, órgão governamentais. (MARICATO, 2015, p. 61)

3. DIREITO À CIDADE

3.1. PANORAMA DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS EM SÃO PAULO

Região que concentra diversas dinâmicas urbanas, a área central da cidade de São Paulo é um dos pontos mais movimentados do município. É considerado um dos polos comerciais e empregatícios, mesmo com o esvaziamento, suas ruas carregam consigo a história da cidade; espaço de entretenimento e cultura, além de oferecer uma das melhores infraestruturas urbanas da cidade. Isso tudo faz com que a área seja disputada e cobiçada quando se trata do tema habitacional, mesmo que em muitos casos esses imóveis estejam em deterioração. Um espaço que é palco para tantas atividades e conflitos deve ser estudado e pensado de forma para que esses sejam resolvidos. Seguindo esse raciocínio alguns planos e políticas foram pensados para a região, o texto irá focar naquelas que estão relacionadas a habitação. Será discutido um pouco sobre a criação do Banco Nacional de Habitação, o Estatuto das Cidades, que estabelece normas gerais de urbanismo, assim como o Plano Diretor de São Paulo, que traz regras mais específicas para o município, e acerca dos planos e programas voltados ao Centro da capital paulista.

A discussão acerca das políticas habitacionais foi iniciada pela criação do Banco Nacional de Habitação que regulamentou e criou taxas e depósitos compulsórios que começaram a ser cobrados com destinação específica para a produção habitacional, como exemplo o FGTS (BONDUKI, 1994). Sua criação pode aparentar ter viés social, por propor o financiamento de casas populares, porém para Azevedo (1988) foi de ordem política. O BNH surgiu durante o período militar e tinha como intuito agradar a maior parcela da população, essa de renda mais baixa, que

apoiava fortemente o governo populista que havido sido derrubado, acreditava-se que a casa própria mudaria o pensamento da população, passando de contestador a um aliado. Porém, apesar de ter sido um dos grandes motivos para criação do Banco, havia também interesses econômicos. Contudo, é comum para os dois autores citados acima que, apesar de ter sido uma estratégia adotada para contemplar as classes mais desprivilegiadas, isso não ocorreu, tendo em vista que o programa teve maior participação da classe média. Atualmente o BNH foi extinto e suas funções foram atribuídas a Caixa Econômica Federal (MOTTA, 2011).

O BNH, mesmo com suas segundas intenções, promoveu os primeiros debates e ações acerca da questão habitacional, que passou a ser garantida por lei com a Constituição Federal de 1988, que incluiu como um direito social do cidadão (Art. 6º), o direito à moradia, o texto aponta que cabe à União, ao Distrito Federal, aos estados e municípios “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.” (BRASIL, 1988). Já o direito à cidade apenas passou a ser mencionado a partir do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), no Art. 2º inciso I. Através desses outros direitos também começaram a ser garantidos por lei: “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 2001)”. Essas duas diretrizes conferem ao estado a obrigação de garantir um lar aos cidadãos, assim como uma infraestrutura urbana adequada, onde o acesso aos bens de serviço seja garantido.

Os dois instrumentos regulamentadores acima trazem uma série de artifícios que fundamentam tanto o direito à cidade, quanto o direito à moradia, o principal deles,

obrigatório a toda cidade com mais de vinte mil habitantes, o Plano Diretor Municipal, de acordo com o Estatuto da Cidade, tem função de definir conceitos, o parcelamento do solo, normas de construção, basicamente tudo relacionado ao planejamento e ordenamento do território urbano Municipal, de forma a fazer cumprir as funções sociais da cidade, de acordo com o Art. 182 parágrafo 2º do Estatuto, “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.” (BRASIL, 2001), sendo essa de grande importância para o atual texto. A função social traz consigo alguns instrumentos que a fomentam e dão respaldo para que essa seja realmente cumprida, são esses: edificação compulsória, IPTU progressivo predial ou territorial e desapropriação.

A função social é uma das medidas que mais serão citadas no presente texto, uma vez que a área pesquisada sofre com a vacância e tem diversos imóveis abandonados, sendo um dos maiores problemas da área. De acordo com o site da Prefeitura de São Paulo, esse instrumento é colocado em prática: “Cumprir a função social é um dos pontos centrais para a viabilidade de políticas públicas. Ou seja, a propriedade deve ser utilizada em benefício da sociedade, e não apenas de acordo com os interesses do proprietário.” (SÃO PAULO, 2024), o texto ainda cita outros instrumentos: Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos, respectivamente, todos esses aplicados em caso de descumprimento da função social. Instrumentos esses que foram adotados pelo município a partir do Plano Diretor de 2002, e colocados em prática com a Lei Municipal 15.234/2010. A prefeitura ainda expressa preocupação em dar uso a esses imóveis ociosos, uma vez que áreas

podem ser degradadas por esse motivo, e diz já ter iniciado a identificação desses imóveis e a notificação dos proprietários.

2. Função social da cidade e da propriedade urbana:

2.1 Como fim principal, a cidade deve exercer uma função social, garantindo a todos seus habitantes o usufruto pleno dos recursos que a mesma oferece. Isso significa que deve assumir a realização de projetos e investimentos em benefício da comunidade urbana no seu conjunto, dentro de critérios de equidade distributiva, complementaridade econômica, respeito à cultura e sustentabilidade ecológica para garantir o bem-estar de todos os habitantes, em harmonia com a natureza, para hoje e para as futuras gerações.

2.2. Os espaços e bens públicos e privados da cidade e dos cidadãos(ãs) devem ser utilizados priorizando o interesse social, cultural e ambiental. Todos os cidadãos(ãs) têm direito a participar da propriedade do território urbano dentro de parâmetros democráticos, de justiça social e de condições ambientais sustentáveis. Na formulação e implementação de políticas urbanas deve ser promovido o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço e do solo urbano, em condições seguras e com equidade entre os gêneros.

2.3. As cidades devem promulgar legislação adequada e estabelecer mecanismos e sanções destinados a garantir o pleno aproveitamento de solo urbano e de imóveis públicos e privados não edificados, não utilizados, subutilizados ou não ocupados, para o cumprimento da função social da propriedade.

2.4. Na formulação e implementação das políticas urbanas deve prevalecer o interesse social e cultural coletivo sobre o direito individual de propriedade e sobre os interesses especulativos.

2.5. As cidades devem inibir a especulação imobiliária mediante a adoção de normas urbanas para uma justa distribuição dos ônus e benefícios gerados pelo processo de urbanização e a adequação de todos os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano equitativo e sustentável. As rendas extraordinárias (mais-valias) geradas pelo investimento público - atualmente capturadas por empresas imobiliárias e por particulares - devem ser destinadas em favor de programas sociais que garantam o direito à moradia e a uma vida digna aos setores em condições precárias e em situação de risco. (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006, p. 05)

Em se tratando dos planos e projetos desenvolvidos especificamente para o Centro paulistano e suas dinâmicas, nota-se que as preocupações com as questões de esvaziamento e degradação da área são de longa data. Segundo Lima e Bógus (2019), os primeiros planos focados para área central surgiram quando a região já tinha se tornado popular, expressando um pensamento de revitalização um tanto infundada, são esses: o Plano de Revitalização do Centro na gestão Olavo Setúbal (1975-1979), o Plano de Revitalização da Área Central na gestão Reynaldo de Barros

(1980-1983) e o Projeto Luz Cultural na gestão Mário Covas (1983-1985). Os autores ainda se referem a Operação Urbana Anhangabaú, construída nos anos 80 e executada na gestão Erundina (1989-1992), sendo o primeiro projeto urbano de grande porte feito no local. Já na gestão seguinte, Paulo Maluf (1993-1996), essa série de projetos é cessada, sendo apenas retomada na gestão Maluf e Celso Pitta (1997-2000), em consequência da pressão feita por entidades civis, dessas se destacando o Viva Centro, que participou da elaboração de vários planos e discussões sobre a área central, além de ser uma grande apoiadora da luta pela revitalização da área central de SP. De acordo com a própria entidade, ela tem caráter cívico e representativo, é uma associação sem fins lucrativos e apartidária, que tem o intuito de valorização do Centro em todos os aspectos, cultural, histórico, arquitetônico, paisagístico, imobiliário etc., em busca de um espaço mais eficiente, que promova moradia, trabalho estudo, lazer e muito mais.

Entre as iniciativas do Viva Centro está o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (Procentro), que de acordo com Silva (2001) tinha como objetivo a requalificação urbana e funcional do Centro de São Paulo, através da realização de ações públicas e privadas em uma área predeterminada da área central, com a intenção de prevenir a deterioração e desvalorização imobiliária na região e de valorização dos usos de espaços já existentes no local. A autora ainda fala da Lei de Fachadas (Lei 12.350/97), que abordava mecanismos para incentivar a restauração de fachadas dentro do perímetro determinado pelo Procentro.

Votada no mesmo ano da Lei de Fachadas, a Operação Urbana Centro (Lei 12.349/97) veio para substituir a Operação Urbana Anhangabaú (1991), que abrangia partes da área central (SILVA, 2001). A autora fala um pouco sobre os motivos que

levaram a essa substituição; acreditava-se que as regras de zoneamento daquela época dificultavam as construções no Centro, a operação ainda promovia preocupações em relação a preservação do patrimônio arquitetônico existente no local, assim, toda a lei foi elaborada em volta desses dois fatos, não havendo a intenção de financiar obras, mas sim, fortalecer a importância da área central, atraindo investimentos imobiliários, turísticos e culturais para o local. Assim, com a OUC várias regras de zoneamento foram afrouxadas e medidas foram criadas para incentivar construções na área: coeficientes de aproveitamento foram grosseiramente aumentados, assim como o número possível de construção de garagens, houve o incentivo à demolição de imóveis, prédios poderiam ser feitos sem que houvesse a existência de vagas de estacionamento, se permitiu edifícios de uso misto em locais inapropriados e incentivo a restauração oferecendo a possibilidade de transferência desse potencial construtivo para outras regiões. A intenção de todas essas mudanças era atrair mais investimentos para a área, porém os riscos dessas facilitações não parecem ter sido bem avaliados.

A preocupação com a falta de ocupação e degradação na área central de SP também foi expressa por urbanistas e administradores públicos durante o quadriênio 2001-2004 (COTELO, 2009). Segundo o autor, o assunto foi colocado como pauta na agenda política para assuntos de planejamento urbano e habitação, a partir daí foi criado o Programa Morar no Centro, na gestão Marta Suplicy (2001-2004), coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), com a finalidade de aproveitar os edifícios ociosos que estavam em degradação ou ocupados por movimentos ligados ao sem tetos, para que esses fossem reformados ou servissem como construção de habitação popular, seus principais objetivos eram:

- melhorar as condições de vida dos moradores do Centro;
 - viabilizar moradia adequada para pessoas que moram ou trabalham na região;
 - evitar o processo de expulsão da população mais pobre, que muitas vezes ocorre em políticas de reabilitação de centros urbanos.
- Suas principais diretrizes eram:
- priorizar a reforma de prédios vazios;
 - combinar soluções habitacionais com iniciativas de geração de rendas;
 - buscar a diversidade social nos bairros centrais. (COTELO, 2009, p. 617)

Cotelo (2009) ainda fala sobre que fim tomou o Programa, e afirma que esse não foi colocado em prática, entre as razões dadas estão problemas orçamentários e jurídicos, ele também faz críticas ao lugar escolhido para implantação do projeto, o que diz ser um local de renda média mais elevada, com isso haveria um impasse na questão da diferença de renda, o autor até diz que deveriam ter sido mais tolerantes com a segregação urbana. Nessa última colocação o autor comete um equívoco, uma vez que a intenção do projeto era justamente evitar a segregação espacial e promover mais diversidade no local.

Com isso, é nítido perceber que há uma preocupação acerca dos conflitos vivenciados pelo Centro de SP, muito é proposto há muitos anos, porém pouco foi realmente colocado em prática. Mesmo sendo opinião unânime entre os urbanistas que esse espaço é mais do que adequado para habitação, com infraestrutura de saneamento, energia, transporte, equipamentos, comércio e lazer. Muito falado, desde o Plano Diretor de 1991, sobre a necessidade de reforçar a habitação no local. Silva (2001) concorda que muito foi proposto, mas pouco foi concretizado, prova disso são as discussões acerca desses problemas que já se desdobram a muitos anos e se mantêm até os dias atuais. É preciso um plano de ação que valorize esse espaço, sem segregar os que ali já vivem e que traga a população que ali já exerce alguma atividade (trabalho, lazer, estudo etc.) para o local, com isso, tornando o Centro um lugar vivo, tanto de dia, quanto de noite.

(...) há ambulantes, favelados e inquilinos sujeitos a despejos e expulsão e/ou remoção; desempregados, *homeless*, trabalhadores que se submetem diariamente a penosos deslocamentos para o emprego, congestionamento, poluição, degradação ambiental. Nossos nômades, em sua maioria, são ainda prisioneiros da luta pelo mínimo de sobrevivência, muitas vezes olhando passar ao seu lado o automóvel importado com seu ocupante falando inglês no seu celular. A cidade de gelo aqui tem a frieza de uma cidade máquina – o não-lugar, o virtual, o anônimo global. (VÉRAS, 1995, p. 18)

3.2. MORADIA COMO PORTA DE ENTRADA PARA OS OUTROS DIREITOS

Lefebvre (2007) afirma que a essência social do ser humano se manifesta no cotidiano e que esse se dá através do urbano, e ainda completa que a cidade e a vida do homem estão conectadas de maneira inseparável, assim como o futuro desse indivíduo. Todas as relações e ações que esse sujeito toma ao longo da vida estão em algum grau relacionadas ao urbano, ainda mais nos dias de hoje, onde de acordo com Vêras (2016), 85% da população brasileira vive em cidades, assim como metade do planeta. Santos (2007) acrescenta ao pensamento deste autor quando afirma que o homem está fadado a ser julgado pelo local onde vive, sua localização dentro da cidade. Isso se dá pela acessibilidade de oportunidades, os privilégios que a cidade oferece, e isso se traduz em tempo, preço e frequência.

O direito de morar, para Santos (2007) muitas vezes é confundido com o direito de ser proprietário de um imóvel, com um pensamento marxista, ele afirma que o problema está nos altos custos das construções, na preocupação com o lucro e não com o morar. Uma vez que o morar vai além de se ter um teto, “mais do que teto, parede e piso, a moradia é direito à cidade, ao ambiente construído, aos equipamentos, ao endereço de cidadão, à paisagem e a seu território. No capitalismo, é encarada como mercadoria cara e custosa.” (VÉRAS, 2016, p. 178). Quanto maior a oferta de bens de serviço e o direito à cidade que um local oferece, maior será o

custo do morar, uma vez que os investimentos no local estão ligados diretamente ao seu valor de troca.

(...) o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação. (GOTTDIENER, 2010, p.127)

Isso tudo afasta o indivíduo do urbano. “Assim, o espaço público se esvazia de sentido e transforma-se de lugar onde se desenvolve a vida de relações, em mera passagem.” (CARLOS, 2007, p. 66). O Centro de São Paulo é um exemplo de espaço de passagem, após seu esvaziamento suas atividades se tornaram apenas diurnas, com as pessoas passando por ali rapidamente, servindo apenas de caminho para o trabalho, escola, ou demais afazeres do dia a dia. A autora ainda completa, que mesmo sendo uma cidade de muitas dinâmicas e excessos, esses acabam produzindo vazios e ausências. A sensação de não pertencimento ao espaço faz com que o usuário apenas passe por ali sem notar a cidade, sem viver o urbano, apenas more nela. Para Santos (2007) isso se dá devido a transformação do indivíduo de cidadão para um mero usuário. Carlos (2007) concorda, “o habitante se transforma em simples morador e, nesta condição, ganha status de cidadão apenas quando realiza sua condição de usuário de serviços, o que esvazia o sentido da cidadania, até a sua negação total.” (CARLOS, 2007, p. 88). A autora ainda acrescenta, que dessa forma se produz um vazio no cheio, o que ela chama de “espaço amnésico”, onde a vida não acontece.

Carlos (2007) fala sobre o caso específico de São Paulo, que passou por várias transformações e mudanças ao longo de seu processo de crescimento e

desenvolvimento, tendo como impulsionador o setor financeiro. A utilização do solo como mercadoria, segundo a autora, remodela as dinâmicas urbanas, desloca dentro da cidade as atividades comerciais, industriais e administrativas para que favoreçam o setor imobiliário, que usa da especulação imobiliária para benefício próprio. Todo esse processo foi sofrido pelo Centro da cidade, que de um espaço valorizado, se tornou um “espaço amnésico”. Com isso tudo, para a autora se:

(...) produz o que chamo de estranhamento, pois a rapidez das transformações na metrópole, obriga as pessoas a se readaptarem constantemente às mudanças impostas pela produção espacial. Isto é, diante de uma metrópole, onde as formas mudam e se transformam de modo cada vez mais rápido, os referenciais dos habitantes da metrópole se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado. (...). As ruas tornam-se perigosas, estranhas e, sobretudo, ausentes de rostos conhecidos. A mudança da vizinhança deteriora a vida do bairro, esvazia as relações de vizinhança, e com isso as pessoas passaram a ficar mais trancadas em casa. O bairro, que se apoiava em uma rede de significados, esvazia-se decompondo o tempo e limitando os espaços da casa e da rua. O umbral da porta passa a ser o novo limite; não há pessoas e nem crianças nos pequenos jardins, e há a sensação de insegurança. Antes as pessoas se encontravam nas compras, nas calçadas, agora se afundam no mundo da vida privada. (CARLOS, 2007, p. 83)

Santos (2007) ainda fala sobre o indivíduo que não é cidadão, o autor afirma que “Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza.” (SANTOS, 2007, p. 143), uma vez que o modelo econômico e o modelo territorial se aliam para definir quem deve ser mais ou menos pobre, pois os bens sociais que deveriam ser oferecidos gratuitamente pelo poder público, se encontram longe e são comercializados.

[...] o território é causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e sobretudo entre os homens. Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem. (SANTOS, 2007, p. 134)

Os autores aqui apresentados concordam que o direito à moradia é muito mais amplo do que apenas ter uma casa para morar. Carlos (2007) fala sobre o sentido do habitar, que ele parte da casa, mas se estende a rua, aos parques, as praças, aos locais de trabalho, de lazer, e todo esse conjunto de lugares apoiam a vida cotidiana com base nos seus usos, quando um indivíduo usufrui de um espaço, vive uma experiência naquele local, ele passa a se identificar e se sentir pertencente. Porém, para a autora quando o ato de habitar e morar não coexistem, o indivíduo começa apenas a consumir os serviços da cidade, não se sentindo parte dela. Isso denota a importância de aliar o direito à moradia e o direito à cidade, uma vez que para se morar e ser um cidadão, de acordo com os autores aqui citados, é preciso ter acesso a infraestrutura urbana, a cidade em si. Para Lefebvre (2008) é preciso se construir uma nova cidade, que valorize a vida cotidiana, assim como o homem urbano, e que se aproprie do valor de uso e não o de troca.

O morar perto da infraestrutura urbana, nesse caso do Centro, traz benefícios não só para aquela população, mas para toda cidade. A Comissão de Estudos sobre Habitação na área Central da cidade de São Paulo (2001), fala sobre as vantagens de uma cidade menos segregada: reduziria deslocamentos, assim reduzindo custos e o desgaste da população, e melhoraria o trânsito. A comissão ainda fala da necessidade de aproximação da moradia e do trabalho e rompimento da ideia de que habitação social deve ser feita na periferia.

Portanto, quando falarmos da possibilidade de recuperação da área central, ao longo dos trabalhos desta Comissão de Estudo, o fundamental é recuperar o centro sem repetir processos históricos de exclusão que têm acontecido na cidade de São Paulo. Isso porque, ao observar a história da cidade de São Paulo, vamos constatar que as intervenções urbanas feitas na cidade, em especial nas áreas centrais, ao longo do século XX, foram, em geral, renovações que geram exclusão, ou seja, renovações que se fizeram excluindo a população de baixa renda como se deterioração fosse sinônimo,

ou consequência do fato de gente pobre morar nesses lugares. (SÃO PAULO, 2001, p. 03)

Dessa forma é possível concluir que o ato de morar leva consigo muito mais do que apenas se ter uma casa, existe a necessidade de se estar inserido de maneira adequada dentro da cidade, com acesso aos bens de serviços. O Centro é um espaço propício para fazer valer esse direito, de acordo com Silva (2001), o fato da existência de prédios vazios, assim como o desinteresse do setor imobiliário nesses, faz com que a área central seja um local oportuno para o desenvolvimento de programas habitacionais, além de ser uma boa estratégia para reativar o espaço. “Manter o Centro vivo todos os dias da semana e todas as horas do dia exige, entre outros usos, que a moradia seja também admitida e incentivada. O sucesso de qualquer plano de revitalização da área central exige um programa habitacional.” (MARICATO, 1994, p. 131). Portanto, é nítido que o direito à moradia carrega consigo uma série de outros direitos: acesso aos bens de serviço, melhores condições de vida, trabalho, cultura, lazer, escola, e o mais importante de todos, direito à cidade, de fazer parte do urbano e se sentir pertencente àquele lugar, deixando de ser um mero usuário para ser cidadão.

3.3. MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)

Nos anos 50 e 60 teve início o processo de esvaziamento do Centro de São Paulo, deixando no local diversos imóveis vazios e sem uso. Com isso, no final do século XX, uma parcela da população explorada se organiza e expõe os problemas sociais e econômicos da cidade e ocupam alguns desses edifícios, em busca de melhores condições e visibilidade, questionando o direito à moradia, a função social

da propriedade, e até mesmo a aplicação dos recursos públicos (BOMFIM, 2004). A autora vê essa ação como uma reação à segregação espacial/social sofrida por determinados grupos, marcas de uma cidade que tem “aproximadamente 25% da população vivendo em condições habitacionais precárias: dois milhões em favelas, 600.000 em cortiços e 10.000 nas ruas.” (BOMFIM, 2004, p. 42 apud. IBGE, 1991; FIPE, 1997, 2003), isso tudo, sem entrar na questão da falta de equipamentos públicos e infraestrutura urbana no território.

Esses números são ainda mais expressivos quando falamos da situação atual, de acordo com o Mapa da Desigualdade de 2022, lançado pela Rede Nossa São Paulo, 9,4% da população da cidade mora em favelas, tendo 1.747 cadastradas pela Secretaria de Habitação e cerca de 399.330 domicílios, ainda segundo a Secretaria, então cadastrados 1.478 cortiços, esses apenas ligados às subprefeituras da Sé e Mooca. Os números são ainda mais alarmantes quando se trata da população que mora na rua, segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), a população em situação de rua era de 31.884 pessoas, em 2021. Estudo feito pela POLOS/UFMG aponta que cerca de 5.039 pessoas foram viver nas ruas da capital paulista, isso só durante os 5 primeiros meses de 2022. Sendo o Centro local de maior concentração da população em situação de rua, dos cortiços e ocupações. Todos esses dados mostram a precariedade habitacional de SP. Para Vêras (1987) a crise habitacional se dá uma vez que uma grande parcela da população não possui meios de adquirir uma casa.

O consumo da habitação passou a ser uma questão de salário, compondo os custos de reprodução da força de trabalho. No capitalismo os trabalhadores necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver e com seu salário comprar os elementos necessários à vida e à de sua família, entre os quais a habitação. Assim, o consumo da habitação faz parte da questão social mais

ampla, da distribuição de renda do país e das flutuações do mercado de trabalho e das lutas dos trabalhadores. (Verás, 1987, p. 41)

Todo nesse processo de exclusão gerado pelo crescimento territorial e populacional das cidades, e o capitalismo cada vez mais excludente provocou nos anos 70 a organização de camadas mais populares, excluídos politicamente, que buscavam maior igualdade e participação política, essa ação aconteceu em muitos países, inclusive no Brasil CARDOSO (2008). “A desilusão com os últimos governos mobilizadores e o inesperado sucesso do golpe de 1964 recolocam em pauta os temas da democracia e da participação-cooptação dos trabalhadores.” (CARDOSO, 2008, p. 321). A autora afirma que a retomada da luta das classes mais populares no país foi alavancada pela eterna exclusão que sofriam e pela iminente ameaça à democracia.

O Estado, nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos mas seu principal interlocutor. No plano das análises, os anos 90 enfatizaram duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social. A primeira, já presente na década anterior, apresentará como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 88, e que tem de desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, pressionar ou demandar. Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação está inscrito nas leis, é uma realidade virtual. A segunda, relativa à exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passarão a ser imperativas, causadoras de restrições e situações que Durkheim certamente caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poder paralelas etc. (GOHN, 1997.p 288)

A espontaneidade e a consciência compartilhada da exclusão sofrida e da falta de privilégios dos movimentos ocorridos nos anos 60, tiveram papel transformador em todas as lutas que se tem hoje (CARDOSO, 2008). A autora ainda aponta exemplos desses movimentos na cidade de São Paulo, onde em 1980, no meio da transição democrática, muito se questionou acerca da “recessão econômica e à pobreza, (...) a

importância do território para a cidadania, lutas sociais, falência das políticas sociais, participação e movimentos sociais.” (CARDOSO, 2008, p. 180).

O que é apresentado como traço inovador da participação popular é sua espontaneidade e seu senso de justiça que garantem, ao mesmo tempo, sua independência das elites e dos partidos e a justeza de suas demandas decididas entre iguais. Por apresentarem estas qualidades, supostamente, os movimentos populares são apresentados como instrumentos políticos novos. E isto porque: 1) Questionam o Estado autoritário, obrigando a uma democratização; 2) Fazem reconhecer a presença dos oprimidos; 3) Como novos atores políticos, colocam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, porque têm a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças. (CARDOSO, 2008, p. 327)

Gohn (1997) fala sobre o novo panorama na prática e na teoria acerca dos movimentos sociais populares urbanos que surgiram nos anos 80. De acordo com ela, começam a ocorrer nesse período lutas pelo acesso à terra e pela posse dessa e por moradia, além de invasões, ocupação de casas e prédios abandonados. Nesse mesmo período movimentos são articulados, como por exemplo: dos transportes, de favelados, de desempregados, por saúde, além das associações de moradores que se articularam na criação de organizações macro.

Nesse contexto, de acordo com Silva (2001), os movimentos populares organizados a favor da luta por melhoria dos cortiços e por moradia no Centro de São Paulo, apesar de existirem desde os anos 80, obtiveram nesse período poucos resultados. Apenas a partir de 1997 começaram a surgir as ocupações organizadas na zona central, a primeira delas a chamar mais atenção foi a do prédio da Secretaria da Fazenda (na Rua do Carmo) , sem uso a mais de uma década, a partir daí outras vieram, a ocupação do INSS (na avenida Nove de Julho), do conjunto de casas da USP (na Rua Pirineus), dos prédios da Secretaria de Cultura do Estado (na Rua do Ouvidor e Alameda Cleveland), da Caixa Econômica Federal (na Rua Roberto Simonsen), e de alguns imóveis particulares. “Essas ocupações têm sido feitas tanto

para encontrar uma solução de moradia para as famílias ocupantes como para denunciar o problema habitacional e o abandono de edifícios públicos e privados no centro.” (SILVA, 2001, p. 24). Muitas dessas ocupações, ainda segundo a autora, foram rapidamente reprimidas, porém algumas conseguiram sobreviver, em 2000 havia na área central 15 edifícios ocupados, esses abrigavam cerca de 1500 pessoas.

É importante salientar que o urbanismo das cidades brasileiras se deu de forma a favorecer o mercado capitalista, como discutido por Santos (2007), onde o autor fala sobre as cidades terem sido criadas aos moldes e para servir a economia, e não a sociedade. Dessa forma foram criados espaços de segregação, onde o capital manda, onde os indivíduos são apenas moradores que fazem esse funcionar. Rolnik (2015) fala sobre a colonização da terra pelo capital financeiro, que causa prejuízos às políticas habitacionais:

(...) a colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças é um processo global poderoso que, mesmo diante de crises como a de 2008, continua como movimento hegemônico. Ela enraizou-se e penetrou em contextos diversos, sob o protagonismo de atores locais e globais. As políticas habitacionais e urbanas, assim como o urbanismo e gestão fundiária, analisados ao longo deste livro, não foram neutras em relação a esse processo. Pelo contrário, operaram ativamente no sentido de criar as condições materiais, simbólicas e normativas para transformar territórios vividos em ativos abstratos (ROLNIK, 2015, p. 378)

Com isso, cabe à população encontrar maneiras de habitar, essas muitas vezes insalubres, precárias e com riscos de vida a esses indivíduos, mas, infelizmente, não lhes é dada opção. Entre os meios encontrados para moradia, está a ocupação de terra, colocado por Vêras (2016) como uma das situações mais extremas de pobreza no habitar, “sem legitimidade da propriedade ou posse, em aglomerados que a municipalidade convencionou chamar de ‘habitações subnormais’.” (VÉRAS, 2016, p. 196). A autora fala sobre como o processo histórico da cidade de São Paulo contribuiu

para esse tipo de moradia, a maioria em áreas periféricas, desvalorizadas, em fundos de vales, encostas, áreas de preservação ambiental, próximas a rios, áreas inadequadas para esse fim, e ainda as ocupações dos movimentos que lutam por moradia.

Ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação. (SANTOS, 2005, p.10)

Contra todo esse processo excludente os movimentos foram ficando cada vez mais fortes. Carlos (2007) evidencia que desde os anos 80, já se reivindicava a construção de um novo projeto para a cidade, buscando o fim da propriedade privada do solo urbano, através da reforma urbana, que atualmente tem como forte símbolo o Movimento Sem Terra (MST). É possível perceber que a luta por moradia digna já se arrasta há muito tempo. A autora ainda diz que, essa luta não é apenas por moradia, mas sim por teto mais serviços, contra as formas de apropriação privada, contra os moldes do mercado e dos seus interesses, que atualmente tem autonomia acerca do território, mudando assim o jeito de se pensar e fazer cidade.

Em consequência, movimentos que lutam pelo direito à moradia/cidade começaram a se articular no Centro de SP, o texto irá focar no Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), esse que tem relações com o MST, e tem ganhado força nos últimos anos. De acordo com o próprio movimento, ao ser questionado o porque de ocupar a área central? Eles respondem que é em busca de moradia digna, além de uma cidade mais compacta e inclusiva, o direito à cidade sempre está presente em seus discursos, “Moradia não se resume a propriedade física. ‘Lar’ quer dizer muito

mais e inclui vida familiar, segurança, saúde, educação, acesso ao transporte e convivência comunitária.” (MSTC). Nas falas é possível notar as semelhanças entre a luta por moradia e os autores aqui apresentados, morar é um conjunto entre teto e acesso à cidade.

Figura 21 - LOGO MOVIMENTO SEM TETO NO CENTRO (MSTC)



Fonte: Facebook Movimento Sem Teto no Centro (MSTC)

Com base em informações coletadas nas redes sociais e nos sites oficiais do MSTC, será apresentado um pouco sobre esse movimento e sua luta. Nascido em 2000, o Movimento Sem Teto atua em boa parte do território paulistano, porém tem como palco principal o Centro. Foi fundado por mulheres, que na época eram líderes da ocupação que acontecia no prédio da Rua Álvaro de Carvalho (hoje conhecida como Ocupação 9 de Julho), e viram a necessidade de organização e melhor articulação das famílias e pessoas sem moradia, e desde então, lutam pelo direito fundamental à moradia. Porém, para o movimento, esse não se resume a um teto, mas também a vida familiar, segurança, saúde, educação, mobilidade, isso tudo através da convivência comunitária. Atualmente o movimento atende mais de duas

mil pessoas, são famílias, jovens, adultos e crianças, através da coordenação de cinco ocupações: Ocupação José Bonifácio, Ocupação Casarão, Ocupação 9 de Julho, Ocupação Rio Branco, Ocupação São Francisco; e um empreendimento, esse último sendo o Residencial Cambridge, que passou de ocupação para empreendimento financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Hoje o movimento foi formalizado, tem CNPJ e presta contas, para que seja possível acesso a recursos públicos, apresenta estatuto e regimento interno reconhecidos em cartório e todas as decisões tomadas são debatidas e aprovadas por meio de assembleias.

Uma das maiores líderes do movimento, Carmem Silva, mulher negra, nordestina e mãe de oito filhos, foi também uma das fundadoras do movimento, e estava na primeira Ocupação que aconteceu na 9 de Julho. Vinda da Bahia em busca de uma vida melhor chega em SP em 1990, sofreu com os problemas habitacionais da cidade, onde ter um salário não era garantia de moradia digna, dormiu em albergues, na rua, até que conheceu a luta das ocupações, e assim fez parte do grupo que ocupou, em 1997, a atual Ocupação 9 de Julho. Carmem começou na luta por moradia apenas em busca de um lugar melhor para viver e hoje é considerada uma das maiores ativistas que luta pela habitação do país, ajudando assim outras famílias que buscam melhores condições habitacionais e de vida.

A ativista, em entrevista ao Podcast Hackeando a Cidade fala um pouco sobre o movimento:

Nós fazemos a reforma dos imóveis que a gente ocupa. Temos a nossa própria assessoria técnica, em parceria com as escolas de arquitetura. Ganhamos dois editais da CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), onde temos 60 arquitetos contratados, atuando nas ocupações e em outros projetos onde damos assessoria. Temos uma portaria, uma equipe administrativa e uma equipe técnica, composta por assistentes sociais, psicólogos. Temos também um técnico jurídico e um técnico contábil. E o escritório administrativo do MSTC. Temos

um regimento interno e tudo é decidido na assembleia. Cada morador, durante um período, é o mediador no andar em que ele mora. Eu sou muito legalista. Progressista e legalista. Todo mundo tem que cumprir a lei. A educação para nós também é muito importante, tanto que a gente tem reforço escolar, aulas de artes. Temos o projeto da cozinha. Na Ocupação 9 de julho estamos com projetos para mulheres, temos um projeto para refugiadas para disseminar a cultura de onde elas vêm e para geração de renda. E todo domingo temos o projeto Lute como Quem Cuida, de delivery de comida, e para cada almoço comprado um outro é doado para uma comunidade carente. (CARMEM SILVA, PODCAST HACKEANDO A CIDADE, 2021)

Outra mulher, ativista do movimento, é a Preta Ferreira, filha de Carmem, e grande nome dentro do ativismo habitacional. Preta chegou até mesmo a ser presa, como conta em seu livro “Minha carne: Diário de uma Prisão”, onde fala ter sido uma presa política em decorrência do seu ativismo dentro do movimento de luta por moradia e ainda escreve sobre as violências sofridas durante o cárcere e as históricas das mulheres que conheceu lá dentro. Em vídeo para o canal no Youtube do MSTC, Preta, responde à pergunta: O que é MSTC?

O MSTC cria recomeços, ele dá uma nova história para famílias de baixa renda, ele traz esperança para pessoas que nem sabiam que tinham um papel na sociedade. O MSTC, ele não é só em busca de moradia, ele transfere o cidadão de bem e de baixa renda para a sociedade, ele faz com que esse cidadão entenda que além de deveres a serem cumpridos, existem também deveres que o governo tem que cumprir para eles. Uma moradia digna, é um lar, é ter uma casa para chamar de sua, e tudo isso a gente não quer de graça, a gente quer pagar, mas pagar um preço que caiba no bolso desse cidadão, porque não adianta dar um local para ele morar se ele não pode pagar ou se ele vai deixar de comer, então tudo isso tem que estar englobado, a educação, a cultura, o lazer. Então, o MSTC, ele ressocializa as famílias e mostra que elas têm um papel fundamental dentro da cidade de São Paulo. Esse é o MSTC que eu conheço. (PRETA FERREIRA, CANAL MSTC YOUTUBE 2021)

Em entrevista para o LabJor FAAP, Laboratório do curso de Jornalismo, Carmem Silva fala sobre os primeiros passos de uma ocupação: começa através de grupos de base que dão apoio às pessoas com toda a documentação necessária e colhem relatórios sobre as necessidades dos que recorrem ao movimento em busca de ajuda, assim eles iniciam as negociações com os órgãos competentes. Com toda

parte documental já estruturada, o MSTC faz uma busca por prédios abandonados e que tem grandes dívidas de IPTU e assim é dado início a ocupação. A ativista ainda acrescenta e reforça a seriedade da luta, a importância da documentação correta e ainda fala sobre o espólio devedor do Estado de São Paulo, que chega a 162 milhões de IPTU e ISS. “Muitas vezes quando entramos nesses prédios abandonados as pessoas chamam a polícia e nos chamam de vagabundos, mas não somos nós que estamos fora da lei.” (CARMEM SILVA, LABJOR FAAP, 2022)

A líder do MSTC, ainda responde, durante a entrevista citada acima, o porquê de morar no centro, de acordo com ela não é uma questão apenas de endereço, mas de vários fatores: proximidade ao trabalho, infraestrutura, ela cita especificamente o saneamento já presente na área e enfatiza a acessibilidade de locomoção, de ter próximo creche, escola, faculdade, e até mesmo estar perto dos meios de lazer, e afirma que acesso à cultura é fundamental. Carmen discute um ponto já abordado ao longo do texto, o acesso aos bens de serviço da cidade, e como a área central é o lugar mais bem servido desses, em conjunto com a existências de imóveis vazios, se tornando um ambiente perfeito para promoção de políticas habitacionais.

Os edifícios ocupados hoje no Centro de SP, de acordo com a Comissão de Estudos sobre Habitação na área Central (2001), são em sua grande maioria de propriedade do governo do estado ou de bancos e estão desocupados há vários anos. A mudança de órgãos públicos e centros financeiros para outras áreas da cidade, acompanhando o movimento das elites para o setor sudoeste da cidade; a mudança nas necessidades de empresas e bancos; a não utilização de imóveis que foram recebidos como pagamento de dívidas, são alguns dos motivos que contribuíram para o abandono desses prédios.

Por fim, é inegável o potencial do Centro quando se fala de políticas habitacionais, uma possível aliança entre o poder público, os movimentos sociais organizados e acessórias técnicas trariam um diferencial para o planejamento desse espaço, promovendo uma reabilitação do Centro que leve em consideração as questões sociais, evitando gentrificação e segregação. Estreitar os laços com os movimentos sociais, os enxergando como aliados seria de grande ajuda no desenvolvimento de projetos habitacionais. Com o tempo esses movimentos vêm se aprimorando e sendo mais incisivos em suas colocações, inicialmente ocupavam prédios vazios e posteriormente os negociavam financeiramente, lutavam por moradia; atualmente esses movimentos vão além, discutem, apresentam e formulam propostas de programas e mudanças na legislação, e muitas vezes fazem pelo Centro de São Paulo mais do que muitos governos já fizeram para mantê-lo vivo e pulsante.

O problema habitacional entre nós não tem solução rápida nem simples, mas necessita de “vontade política” em um conjunto de medidas que demonstra maior sensibilidade aos anseios da maioria. Enquanto persistirem atuações de caráter paliativo ou oportunista, ficaram ao desabrigo parcelas consideráveis dos trabalhadores. Na verdade, toda a atuação do Estado coexistiu com os deslocamentos espaciais da população: migrantes, favelados, encortiçados, inquilinos, ocupantes, “invasores”, moradores de loteamentos clandestinos. Em pelo raiair do século XXI, observamos nômades urbanos. (CARDOSO, 2008, p. 321)

4. OCUPAÇÃO 9 DE JULHO

Há pouca discordância na interpretação dos movimentos e associações populares. Os pressupostos, nem sempre explícitos, que guiaram os interesses por estas novas formas de participação têm suas raízes no desamparo teórico com que enfrentamos as vitórias do autoritarismo nos países latino-americanos. No Brasil, os estudos sobre o populismo se tornaram importantes depois de 1964, quando teve início nossa mais recente experiência de governos autoritários e antipopulares. Foi o desejo de compreender os impasses e as derrotas da democracia tal como era praticada que trouxe à baila uma visão crítica do período intermediário entre o Estado Novo e o regime militar atual. Foi olhando para trás que o tema da eterna exclusão das classes populares tomou corpo e forneceu o ponto de partida para interpretar sua nova presença. A desilusão com os últimos governos mobilizadores e o inesperado sucesso do golpe de 1964 recolocam

em pauta os temas da democracia e da participação-cooptação dos trabalhadores. (CARDOSO, 2008, p. 321)

Muitas dinâmicas acontecem no Centro de São Paulo, uma delas são as lutas por moradia travadas pelos movimentos sociais urbanos. Para Castells (1983) essas organizações são expressões da luta de classe que têm como palco a cidade. Carlos (2007) explora a maior autonomia que esses movimentos têm, uma vez que se desprendem da racionalidade do Estado, transformando a cidade por meio das demandas sociais, negando as necessidades do mercado, isso através de medidas que:

- 1) Questionam o Estado autoritário, obrigando a uma democratização;
- 2) Fazem reconhecer a presença dos oprimidos;
- 3) Como novos atores políticos, colocam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, porque têm a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças.” (CARDOSO, 2008, p. 327)

Atualmente existem muitas ocupações no Centro de SP, porém a presente dissertação irá focar na 9 de Julho, ocupação que deu origem ao Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), localizada da rua R. Álvaro de Carvalho, número 427, no bairro Bela Vista. De acordo com reportagem da Revista Veja, inicialmente o prédio foi construído pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), que ficou no edifício entre 1940 e 1943, e atualmente pertence ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que saiu do local em 1976 (há 48 anos). O Edifício é alvo de conflitos desde 1997, quando se deu sua primeira ocupação, em vídeo documental no canal do Youtube do MSTC, Carmem Silva, ativista pela luta à moradia e líder do movimento conta um pouco dessa história: em 1997 o prédio do INSS foi ocupado e os moradores se estabeleceram no local por seis anos, após promessa do governo da época eles saírem com a certeza de que

voltariam em 2004 com o prédio reformado e preparado para morar, porém isso nunca se cumpriu, então em 2016 houve sua reocupação, situação que se estende até hoje. O vídeo ainda mostra essa retomada do edifício “estamos retornando para nossa casa”, diz Carmem, que faz um discurso que descreve bem a luta por moradia ao entrar na ocupação:

Aqui nós somos uma pessoa só, o nosso intuito aqui é o seguinte: dizer para os governantes que nós estamos cansados de tanta corrupção, nós estamos cansados que nesse bolo todo só quem é atingido é nós, que somos trabalhadores de baixa renda. Esse é nosso grito. (...) É nós. Nós somos cidadãos brasileiros e como cidadãos brasileiros o que a gente está cansado é de ter nossos direitos violados todos os dias. (CARMEM SILVA, CANAL YOUTUBE MSTC, 2020)

Em entrevista para o LabJor FAAP, Carmem Silva explica como se começa uma ocupação:

“Primeiramente nós formamos grupos de base para as pessoas entenderem que não somos a solução, nem uma imobiliária. Nós estamos ali em uma briga política, que é a efetivação da política pública habitacional, então tem toda a parte burocrática e de documentação. A primeira coisa que nós fazemos é a ressocialização, é mostrar às pessoas que temos de ter documentos. Nisso vamos colhendo um relatório de todas as necessidades de quem chega até nós e vamos abrindo negociações com os órgãos competentes.” Com a parte documental resolvida, o MSTC vai atrás de prédios abandonados e com grandes dívidas de IPTU. Segundo ela, o Estado de São Paulo tem um espólio devedor de R\$162 bilhões de IPTU e ISS. “Muitas vezes quando entramos nesses prédios abandonados as pessoas chamam a polícia e nos chamam de vagabundos, mas não somos nós que estamos fora da lei”, afirma. (LABJOR FAAP, 2022)

Ainda segundo a entrevista, a formalização da ocupação só se dá após a chegada da polícia que leva as lideranças do movimento para a delegacia onde é feito o boletim de ocorrência e se aguarda o pedido de reintegração de posse. Enquanto isso, o movimento orienta as pessoas a irem se estabelecendo naquele novo território: fazendo um cartão na Unidade Básica de Saúde (UBS) da região, matriculando as crianças nas creches e escolas do entorno etc. Outra importante ação que é feita é a

limpeza do local, Claudete Lindoso, ativista do movimento explica um pouco desse processo em entrevista para o canal do Youtube Alma Preta Jornalismo: ao entrarem no prédio os novos moradores fazem a limpeza do térreo e ali se estabelecem, eles levam comida, colchões, barracas e itens de higiene básica, pois é necessário a permanência e resistência no local por alguns dias até que a polícia saia da frente do prédio, enquanto isso arquitetos que fazem assessoria para o movimento fazem uma vistoria para determinar se a infraestrutura do local é seguro e adequada, só depois as famílias são distribuídas e é feito um mutirão para limpeza e reparação de toda a construção.

É possível acompanhar a ocupação feita em 2016 na 9 de Julho em vídeos do canal do Youtube do movimento, e entender melhor como se deu esse processo. Walcir Félix, coordenador do MSTC, conta que foram retirados desse local 38 caminhões de lixo e entulho e que foi necessário pintar todo o local com óxido de cálcio (cal) para acabar com os fungos que cresciam nas paredes do prédio. O morador, Alex dos Santos, conta que quase desistiu da ocupação, devido a quantidade de entulho, mas que com o tempo e a limpeza o espaço foi ficando bonito. Para manutenção do espaço, Carmem conta que é cobrado mensalmente a cada família o valor de R\$220, tanto para limpeza inicial e para a manutenção e conservação do edifício, esse valor ainda engloba a água, luz, portaria 24 horas, câmeras de segurança, extintores e alarme de incêndio.

As ocupações são reações à espoliação sofrida por esses grupos sociais, marcados pelo problema habitacional na cidade, que tem aproximadamente 25% de sua população vivendo em condições precárias de habitabilidade (...). As ocupações, segundo as lideranças, têm os seguintes objetivos: implementação de políticas habitacionais de interesse social na área central, melhoria na localização das habitações de interesse social, ampliação do atendimento a famílias de renda familiar entre um e três salários mínimos e maior participação dos movimentos sociais no direcionamento das políticas habitacionais (GFAU,2002). Indiretamente, essas ações procuram garantir a

participação desses grupos no processo de reabilitação da área central. (BOMFIM, 2004, p. 42)

E por que ocupar o Centro? Maricato (2015) respondeu esse questionamento ao contrapor o morador da favela com o do cortiço, e elucidar que a vantagem do segundo é sua localização, estar inserido na área central da cidade. Em entrevista para o canal do Youtube da Rede Brasil Atual, moradores da 9 de Julho concordam com a autora, e afirmam que as vantagens de se morar na área central está em estar perto das infraestruturas urbanas e dos bens de serviço, além da questão da moradia digna com custo acessível.

Quando eu vim morar aqui (...), não tinha condição de morar para pagar aluguel caro, eu morava no fundo de uma sapataria que eu pagava 250 reais, aí surgiu essa oportunidade de eu vir morar aqui. (...). E a importância de morar aqui no centro, é muito legal, tudo aqui é perto, supermercado, até para trabalhar. (ALEX DOS SANTOS, REDE BRASIL ATUAL, 2019).

No movimento eu estou há 6 anos, eu ocupei o Cambridge (hoje empreendimento financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida), na época que ocupou o Cambridge, e a gente veio. Eu morava na zona sul de aluguel e estava ficando complicado, difícil, caro, a despesa era grande. (...) O salário não dá, não acompanha a despesa que a gente tem. Porque a gente que tem família e trabalha recebendo, as vezes o salário, talvez, um pouquinho mais, não sei, depende de passagem, você depende, esse salário tem que dar para aluguel, para remédio, para alimento, para vestir, para tudo, enfim, para tudo que uma família consome. (MARIA DAS NEVES, REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Para Cardoso (2008), quando grupos sociais desprivilegiados tomam consciência dos seus direitos e passam a acreditar que podem alcançar uma justiça social, isso os afasta das garras do Estado e os torna menos passíveis de controle. A oferta de ajuda para suprir as carências faz com que as organizações populares se tornem mais fortes. No momento que se sentem mais acolhidos e têm suas necessidades garantidas, esses grupos se sentem pertencentes e mais à vontade para expressar sua identidade. O MSTC, compactua com essa alegação, ao suprir necessidades básicas como: direito à moradia e a cidade. O movimento, dentro da

ocupação 9 de Julho, promove atividades que levam os moradores a se abrirem para novas perspectivas. De acordo com dados recolhidos pelo Laboratório de Jornalismo da FAAP em junho de 2022, o prédio abriga 124 famílias, 500 pessoas no total que estão distribuídas em 14 andares, e ainda conta com brechó, cozinha e refeitório coletivo, biblioteca, brinquedoteca, galeria de arte, ateliê, quadra, horta comunitária, estacionamento etc.

Além disso, todos os serviços no edifício são possíveis por causa da rede de ativistas e voluntários que se mobiliza: o Aparelhamento organizou a cozinha comunitária, a Uneafro abriu um núcleo de cursinho pré-vestibular, a Unidade Básica de Saúde (UBS) República atende os moradores dentro da ocupação, o Projeto Pipa e a Equipe Redemoinho levam aulas e atividades para as crianças (...). Parte do trabalho desenvolvido na 9 de Julho é também feito nas outras quatro ocupações do MSTC no centro. A política do movimento é a de manter as portas sempre abertas, o que resulta em um constante vaivém de pessoas na ocupação. Porque não se pode viver isolado da sociedade. Pelo contrário, deve-se compor com ela. (BETIM, JORNAL EL PAÍS, 2019)

Figura 22 - ESPAÇOS OCUPAÇÃO 9 DE JULHO



Fonte: Instagram e Facebook Movimento Sem Teto no Centro (MSTC)

As atividades e eventos dentro da ocupação também se estendem para as demais pessoas da sociedade, não se restringindo aos moradores e pessoas de dentro do movimento. Com uma simples visita as redes sociais do MSTC é possível encontrar uma série de eventos promovidos dentro da ocupação, o convite para que a população no geral ultrapasse os muros e faça parte daquele espaço é feito com recorrência, esses promovem a gastronomia, a música, a arte popular, a cultura, além da luta por moradia. Na imagem abaixo (Figura 23), folders de divulgação, se tem exemplos de eventos promovidos dentro da 9 de Julho. Eventos esses em sua maioria gratuitos, onde se apresentam artistas locais, regionais e até mesmo conhecidos nacionalmente, nomes como: Chico César, Mariana Aydar, Maria Gadú, Ava Rocha, Ana Cañas, Criolo, Gaby Amarantos, Francisco, el hombre etc.

Figura 23 - FOLDERS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MSTC



Fonte: Instagram MSTC (Movimento Sem Teto no Centro (MSTC))

Além dos eventos que acontecem ocasionalmente, a ocupação ainda conta com um almoço semanal, aos domingos, esse já se tornou tradicional e conta até mesmo com Instagram próprio para divulgação. A comida é feita pelos próprios moradores da ocupação e voluntários, além de receber chefes de renome, como: Paola Carosella, Helena Rizzo, Bela Gil etc. Os pratos mudam a cada semana e fazem referência a diversas comidas tradicionais da cultura de vários estados brasileiros e são feitos com produtos orgânicos. O preço do prato sai a R\$35,00 e conta com opção vegana/vegetariana; além de ser consumido no local, a quentinha, assim como é chamada pelo movimento, eles ainda trabalham com opção de entrega. Todas essas informações e datas dos eventos podem ser conferidas nas redes sociais do movimento, assim como no Instagram e site oficial da Cozinha 9 de Julho. Durante o almoço ainda acontece uma feira onde são vendidos produtos de moda, livros, arte e ainda cerveja produzida dentro da própria ocupação. A cozinha esteve presente na 35° Bienal de São Paulo, que aconteceu entre os dias 06 de setembro e 10 de dezembro de 2013.

Figura 24 - LOGO COZINHA 9 DE JULHO



Fonte: Instagram do Cozinha Ocupação 9 de Julho

Durante as pesquisas e análises das entrevistas feitas por outros meios, questões e curiosidades ainda ficaram em aberto, com isso houve uma tentativa de saná-las, através de entrevista própria, elaborada para o presente estudo. O contato foi feito com líderes do MSTC e da ocupação 9 de Junho, e até mesmo com moradores, porém esses contatos não foram bem sucedidos, encontros foram marcados, mas esses não se concretizaram. Deixando assim sem solução alguns questionamentos acerca da infraestrutura da ocupação; da sua administração e organização; do perfil dos moradores, um pouco de suas histórias e de como chegaram até o movimento; dos eventos que ali são organizados e atividades que são oferecidas; a relação da ocupação com o entorno; e da maior participação feminina no movimento. O roteiro elaborado para a entrevista se encontra no apêndice deste trabalho.

Existe um estigma de marginalização das ocupações e a criminalização dos movimentos sociais de moradia. Porém, para Júnior (2022), se trata de uma luta legítima, com justificativas expressivas, sendo as ocupações estratégias dos movimentos. Essas não são estruturas perfeitas, uma vez que se trata de conjuntos que abrigam pessoas diferentes, com trajetórias e características distintas. No filme elaborado pela Eliane Caffé, *Era o Hotel Cambridge*, onde ficção e realidade se misturam, é mostrado o dia a dia dos moradores da Ocupação Cambridge, hoje empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida, onde eles passam por diversos conflitos, o medo de reapropriação e expulsão, problemas internos entre moradores, de infraestrutura etc. Porém um diálogo desperta muitas reflexões, em uma discussão entre moradores, um refugiado palestino é alvo de críticas vinda de uma outra moradora, por ser estrangeiro, e esse responde “Eu sou refugiado palestino. Vocês são refugiados brasileiros no Brasil.” e a líder da ocupação, Carmem

Silva, sana o conflito: “Brasileiro, estrangeiro... somos todos refugiados, refugiados da falta dos nossos direitos.”. Apesar do caráter ficcional da obra, é possível entender um pouco das realidades dos moradores de uma ocupação, são pessoas que tiveram direitos negados por toda uma vida, tendo que conviver com a insegurança social a todo tempo. A ocupação é apenas um meio que esse indivíduo encontra de se aproximar desses direitos, pode ter seus problemas e conflitos, porém é o que mais se aproxima atualmente de uma política de inclusão no que diz respeito ao direito à cidade.

Véras (2010) discute novas formas de se pensar e planejar cidade, que ela chama de cidades mais “sustentáveis, ou seja, com crescimento ordenado, minimizando riscos ambientais, econômicos, sociais, resgatando a qualidade de vida e melhorando o relacionamento entre o homem e a cidade.” (VÉRAS, 2010, 43). Com isso, ela elenca alguns pontos para essa transformação, entre eles: a diversidade de moradores, o convívio entre diferentes perfis de indivíduos, assim reduzindo a segregação de usos e da população; o senso de comunidade, promovendo o sentimento de pertencimento, a identificação com o espaço e a inclusão dos moradores com a cidade; e construções mais sustentáveis. Todos esses moldes são encontrados nas ocupações, que inserem indivíduos na cidade, em espaços aos quais eles não conseguem custear e dão uso a imóveis já existentes que se encontram em desuso, evitando a construção de novos.

Essas formas de tornar as cidades mais humanas, sustentáveis, justas, necessitam superar as tendências presentes no momento atual do capitalismo tecnológico e globalizado de moldarem os espaços urbanos para a acumulação. Para essa transformação está sendo esperada atuação efetiva de vários segmentos, das classes trabalhadoras, e, sem dúvida, dos movimentos sociais, de setores progressistas do Estado, se a gestão for comprometida com a qualidade de vida da maioria da população. Transformação essa tão ampla, pois transformar a cidade é transformar a sociedade, que extrapola a consciência profissional das várias categorias

envolvidas como as dos arquitetos, sociólogos, economistas, geógrafos, psicólogos sociais, urbanistas, enfim. Contudo, sem esse começo, nada será conseguido. É um bom primeiro passo de longa caminhada, como alguém já disse um dia. (VÉRAS, 2010, p. 45)

As ocupações e todo movimento de luta por moradia, não são mecanismos perfeitos e tem suas disparidades, seus conflitos e desafios, porém eles fazem o papel de evidenciar um modelo de planejamento urbano que cria cidades segregadas e excludentes, que afasta uma parcela da população que se vê a margem e não consegue ter uma conexão e se sentir pertencente à cidade, ficando desamparada e tem seus direitos negados. As ocupações no Centro de São Paulo aproximam essas pessoas da cidade, dão espaço e visibilidade para suas reivindicações, no mínimo causando um incômodo daqueles que são mais privilegiados.

As cidades devem reconhecer como interlocutores diretos as organizações e movimentos sociais que reivindicam e trabalham para tornar efetivos os direitos vinculados à moradia contidos nesta carta. Atenção muito especial, impulso e apoio deverão ser dados às organizações de pessoas vulneráveis em situação de exclusão, garantindo em todos os casos a preservação de sua autonomia. (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2005, p. 13)

De acordo com o trecho acima, retirado da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, a cidade deve atuar como ouvinte e colaboradora dos grupos que lutam por habitação e pelo direito à cidade. Deve ser dado mais apoio e atenção às organizações que ajudam pessoas vulneráveis e excluídas, respeitando seus valores, independência, crenças e necessidades. “O enfrentamento da questão habitacional na renovação dos centros urbanos enfrenta um problema social: a expulsão da população originalmente moradora é quase uma regra “natural” do mercado, devido à valorização imobiliária.” (MARICATO, 1994, p. 131). Porém, ainda de acordo com a autora, alguns projetos mostram que esse movimento segregativo pode ser amenizado. O incentivo aos movimentos poderia contribuir com as intenções de manter o Centro vivo todos os

dias, ao longo de todos os seus períodos, e isso exige que a moradia seja garantida e incentivada. Maricato diz que, sem um programa habitacional qualquer plano de revitalização da área central tem poucas chances de dar certo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do desenvolvimento desta dissertação exploramos o tema das dificuldades de habitar a cidade, especialmente em suas áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos sociais, o que se apresenta em suas diversas facetas, envolvendo a noção de segregação, de mercantilização da terra e assim capitalização dos recursos e bens de serviço da cidade. Esse conjunto respalda a ideia de espoliação social de camadas empobrecidas em favor do capital financeiro, ocasionando cidades desiguais. A crise urbana destaca as disparidades sociais, desencadeando conflitos acerca do uso da terra, fruto da comercialização do espaço habitacional, priorizando o valor de troca em detrimento do valor de uso. A negação do direito à cidade nutre o sentimento de mudança, a busca por melhores condições de vida, de se sentir parte da cidade faz com que camadas desfavorecidas busquem meios que as aproximem de seus direitos, dado que tanto o Estado quanto o capital os negligenciam.

Desde sua fundação e, especialmente a partir do século XIX, com o ciclo econômico do café, São Paulo tem exibido um notável potencial de crescimento e desenvolvimento, uma realidade que não passou despercebida pelo olhar do capital financeiro, o qual exerce influência sobre o planejamento urbano desde o seu começo. Este legado se reflete em uma cidade marcada por inúmeras disparidades e desigualdades. A população menos favorecida se vê obrigada a lidar com as consequências dessa herança lutando para se inserir nas brechas da cidade, buscando sobreviver em locais periféricos que insistem em excluí-los. Nessas áreas esquecidas pelo poder público, onde a infraestrutura é precária e os serviços básicos são escassos.

A análise da distribuição de infraestrutura urbana e bens de serviços na cidade de São Paulo revela uma marcante disparidade entre o centro e a periferia. Embora haja algumas exceções, o Centro da cidade é notavelmente bem servido, oferecendo acesso a serviços essenciais, como cultura, lazer, saúde, educação e saneamento básico. Em contraste, as regiões periféricas enfrentam uma carência significativa de infraestrutura e recursos, notadamente agravando as condições de transporte coletivo, deixando seus habitantes desassistidos e sem perspectivas de melhoria em suas condições de vida. Esse desequilíbrio reflete não apenas na questão geográfica, mas também amplia as desigualdades sociais, privando os residentes das áreas periféricas de oportunidades fundamentais de desenvolvimento e qualidade de vida.

O Centro, como ponto inicial da cidade, foi beneficiado de vantagens significativas no planejamento urbano, recebendo recursos substanciais e sendo uma prioridade nos estágios iniciais de desenvolvimento. Além disso, sendo o primeiro Centro comercial, atraiu investimentos consideráveis do setor privado, abrindo espaço para inúmeras empresas. Porém, esse espaço começa a declinar à medida que o desenvolvimento e expansão da cidade demandam o surgimento de novas centralidades. Em busca de instalações mais modernas, as empresas que ali residiam migram para essas novas regiões comerciais, levando consigo outros setores relacionados e a população mais abastada que ali habitava, deixando para trás inúmeros prédios abandonados e vazios. Apesar de possuir infraestrutura urbana de qualidade e ser parte importante da história e cultura da cidade, a área sofre com a deterioração e abandono pelo setor privado e público. Planos e projetos foram propostos para solucionar e reverter esses problemas na região, porém o pouco que foi colocado em prática foi insuficiente para mudar a realidade no local. Consequentemente, a região está sendo ocupada cada vez mais por uma camada

empobrecida da população, que busca melhores condições de vida e acesso à cidade através de movimentos de luta por moradia e ocupações.

Diversos movimentos atuam no Centro de São Paulo na luta por moradia. Entre os mais significativos, selecionamos o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) para uma pesquisa mais aprofundada. Surgido em 2000, o MSTC vem crescendo desde então, ocupando um grande espaço na luta pelo direito à moradia e à cidade, uma vez que defende que um direito não é possível sem o outro. A moradia digna vai além de simplesmente ter um teto, abrangendo também o acesso aos serviços e infraestrutura urbana, lazer, cultura, educação, mobilidade, saúde, entre outros. Além de administrar ocupações, o MSTC promove eventos e debates que defendem o direito à cidade, incluindo festivais, feiras, aulas, shows e almoços, muitos dos quais abertos ao público externo. Apoiados por medidas como a função social do espaço, edificação compulsória, IPTU progressivo predial ou territorial e desapropriação, buscam reivindicar espaços e imóveis vazios no Centro, visando mitigar os diversos problemas habitacionais enfrentados pela cidade.

Em uma tentativa de aprofundar nas dinâmicas do movimento e abordar questões que surgiram durante o processo de pesquisa, foram realizadas diversas tentativas de entrevistas com líderes do movimento, moradores e voluntários. Contudo, todas elas foram frustradas. O MSTC, assim como outros movimentos dedicados à causa da moradia, enfrenta diariamente perseguições e preconceitos. Alguns líderes do movimento até mesmo foram presos sob a acusação de cobrar aluguéis em ocupações. O receio e a insegurança em abordar assuntos sensíveis ligados ao movimento, que poderiam agravar sua imagem pública, possivelmente contribuíram para esse silêncio por parte dos integrantes.

O MSTC atualmente lidera cinco ocupações e um empreendimento, com destaque para a ocupação 9 de Julho, reconhecida como um modelo exemplar. É lá que a maioria dos eventos promovidos pelo movimento ocorre, incluindo um almoço aberto ao público todos os domingos. Além de oferecer moradia, essa ocupação possui horta comunitária, brinquedoteca, quadra esportiva, ateliês e uma variedade de cursos no local. Essas características diferenciam essa ocupação das outras, sendo inclusive vista com mais tolerância pelo público em geral. Tanto que foi convidada a participar da 35ª Bienal de São Paulo com sua cozinha.

A ocupação 9 de Julho vai além do seu papel de espaço residencial alternativo. Hoje, é visto como um local de interesse para o público mais diversificado e eclético. Nesse espaço acontecem inúmeros eventos culturais, desde shows de música até exposições de arte, que tem como atração até mesmo artistas renomados nacionalmente, atraindo uma ampla gama de indivíduos de diversas camadas sociais. Assim, a ocupação 9 de Julho se consolida como um dos principais destinos alternativos dentro da cidade.

Todos os temas discutidos foram pesquisados a fim de elucidar a questão, por que morar no Centro? Como entender o motivo dos movimentos de luta por habitação estarem concentrados na área central da cidade? No caso da cidade de São Paulo, respaldando-nos no planejamento excludente que deu origem a um conjunto dividido, segregado, onde a população mais pobre foi jogada às margens e sofre com seus direitos negados, a relação centro *versus* periferia evidencia bem essa desigualdade, a área central sendo provida de infraestrutura urbana e bens de serviço, em detrimento das áreas periféricas, que sofrem com sua escassez ou ausência. Aliado à questão do esvaziamento dos locais centralizados, o número de imóveis vazios sem uso na

área reforça ainda mais a importância de se incentivar a moradia no local. Os movimentos de luta por habitação identificam esse potencial no local e o reivindicam através das ocupações. Todos esses argumentos oferecem bem a resposta para a pergunta central desta pesquisa.

Morar no centro é uma questão de direito à cidade, de se sentir parte integrante e pertencente. É uma questão de direito à saúde, educação, lazer, cultura, mobilidade, saneamento básico etc. O Centro de São Paulo é o coração pulsante da metrópole, elemento vital para seu funcionamento, e como tal, merece ser mantido ativo e vibrante. Isso só será possível através de projetos que incentivem a habitação no local, priorizando o valor de uso sobre o valor de troca. Um Centro verdadeiramente popular é um espaço onde a vida acontece, acolhedor, inclusivo e diverso. Portanto, é necessário que o poder público alinhe seus projetos às demandas dos movimentos sociais, adotando políticas que promovam a inclusão de diferentes grupos sociais, respaldados pela função social, combatendo a especulação imobiliária, colocando à frente os valores sociais. Somente assim será possível retomar a vivacidade do Centro, dando o real significado que esse espaço merece, preservando sua história e cultura.

Destacando e relevando o direito à cidade, podemos ampliar as discussões, em uma série de questões que acompanham a problemática: a aplicação efetiva da função social, apesar de ser respaldada, enfrenta desafios, especialmente diante da constatação de uma considerável quantidade de imóveis que a descumprem; a degradação e esvaziamento do Centro como uma consequência do desenvolvimento das cidades ou um fenômeno da cidade de São Paulo, questionando seu caráter isolado ou generalizado.

Em especial, sobressaem os aspectos que diferenciam a ocupação 9 de Julho das demais, pois, enquanto outras ocupações são estigmatizadas, esta é vista como um local atrativo e cultural. Dessa forma, a continuidade do sentimento de comunidade após a consolidação de uma ocupação, a possível permanência do espírito de coletividade torna-se o grande desafio caso seja desfeito após a regularização e garantia de estabilidade no local. Essas questões mostram a complexidade das dinâmicas urbanas, habitacionais e acerca das ocupações, tornando sugestiva a continuidade de pesquisas sobre os temas aqui apresentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARA LER

ARANTES, Pedro Fiori. **Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do Centro de São Paulo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

AZEVEDO, Aroldo (org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de geografia urbana (3 vols.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

AZEVEDO, Sérgio. **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. In: CARDOSO, A. L. (Org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Finep/CEF, 2007, p. (12 - 41).

_____. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH**. *Revista de Administração Pública*, n. 4, out.-dez. 1988, p. (107 - 119).

ALMEIDA, André Moraes de. **URBANISMO TÁTICO: da experiência do fazer a um urbanismo afetivo**. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Urbano, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27630/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Andr%C3%A9%20Moraes%20de%20Almeida%20.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

BARBOSA, Eunice. **Evolução do uso do solo residencial na área central do município de São Paulo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2001. doi: 10.11606/D.3.2001.tde-29052003-051458. Acesso em: 01 de jun. 2023.

BETIM, Felipe. **Ocupação 9 de julho pende entre apoio de vizinhos abastados e perseguição do Estado**. *El País*, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562304011_256672.html. Acesso em: 30 maio 2023.

BÓGUS, Lúcia; WANDERLEY, Luiz Eduardo. **A luta pela cidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez Editora; 1992.

BÓGUS, L. M. M. e PASTERNAK, S. (2012). **São Paulo, o espaço da desigualdade**. In: BAPTISTA, D. T. e GAGLIARDI, C. (orgs.). *Intervenções em Centros Históricos, Brasil e Itália em discussão*. São Paulo, Educ.

BOMFIM, Valéria Cusinato. **O Centro Histórico de São Paulo: a vacância imobiliária, as ocupações e os processos de reabilitação urbana.** Cadernos Metrôpoles: desigualdade e governança, São Paulo, v. 12, p. 27-48, set. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8808/6529>. Acesso em: 31 maio 2023.

BONDUKI, Nabil. **Origens do problema da habitação popular em São Paulo 1886-1918.** Espaço & Debates, n.º 5, São Paulo, 1994.

_____. **Origens da habitação social no Brasil (1930-1945): o caso de São Paulo.** 1995. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. doi:10.11606/T.16.1995.tde-17052022-100206. Acesso em: 01 de jun. 2023.

_____. **Origem da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade.** Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 29 de maio 2023.

BRENNER, Neil. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** Trad. Pedro Paulo Machado Bastos. e-metropolis, Rio de Janeiro, ano 7, n. 27, p. 6-18, dez. 2016. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522. Acesso em: 28 de set. 2023.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado e SOUSA, Antonio Miguel Lopes. **Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas.** In: Cadernos Metrôpoles. São Paulo, Educ, 2016.

BÓGUS, Lúcia Maria e LIMA, Matheus. **A Expansão Imobiliária no Centro da Cidade de São Paulo: Especulação, Valorização e Gentrificação.** Cidades e Políticas Públicas. São Paulo: Unidade do Ensino Médio e Técnico. Cetec Capacitações, 2021.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CARDOSO, Ruth. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico.** In SORJ, B.; ALMEIDA, MHT. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARTA Mundial do Direito à Cidade. Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004; Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Setembro 2004; V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – Janeiro 2005. Disponível em: https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta_mundial_direito_cidade.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CICLOVIVO, Redação (org.). **Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho ganha mini cisternas.** 2022. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/arq-urb/urbanismo/horta-comunitaria-da-ocupacao-9-de-julho-ganha-mini-cisternas/>. Acesso em: 30 maio 2023.

Cidade de São Paulo, 2023. **São Paulo viva tudo isso.** Disponível em: cidadedesapaulo.com. Acesso em: 29 de maio 2023.

COMISSÃO de estudos da Câmara Municipal. **Relatório Final sobre Habitação na área central.** São Paulo, Câmara Municipal, 2001.

COTELO, Fernando Cardoso. **Análise crítica do “Programa morar no centro” da Prefeitura de São Paulo (2001-2004).** Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2009.

DIAS, André Luiz Freitas; MIGLIARI, Wellington. **O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no Município de São Paulo?** Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. André Luiz Freitas Dias, Wellington Migliari. – Belo Horizonte: Marginália Editora, 2022. p. 107.

FERREIRA, Preta. **Minha Carne: Diário de uma Prisão.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. 224 p.

Fórum Social Mundial. (2006). **Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006.** Diversas cidades ao redor do mundo.

FRÚGOLI, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetória, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.

Gestão Urbana - Prefeitura Municipal de São Paulo. **20 Perguntas e Respostas sobre Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios - PEUC**. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/20-perguntas-e-respostas-sobre-parcelamento-edificacao-e-utilizacao-compulsorios-peuc>>. Acesso em: 31 de maio 2023.

Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2024.

GOHN, Maria da Gloria. (1997), **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 12 ed. São Paulo: Loyola Edições.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.

GROSTEIN, Marta Dora. **SÃO PAULO – CENTRO XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO**. São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 11–15. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório, 1994.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente**. Data de referência: 01 de julho de 2023.

_____. **Divisão Territorial Brasileira - DTB 2021**.

_____. **Censos Demográficos**.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

JÚNIOR, Altivo Ovando. **Habitação no centro de São Paulo: da ocupação à moradia**. 2022. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-19092022-165504. Acesso em: 01 jun. 2023.

KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole**. Cadernos Metrôpoles: desigualdade e governança, São Paulo, v. 14, n. 28 p. 463-48, jul/dez 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14818/10805>. Acesso em: 31 maio 2023.

KOWARICK, LÚCIO (org.). **Escritos Urbanos**. São Paulo: editora 34, 2000.

_____. **Áreas Centrais de São Paulo**: Dinamismo Econômico, Pobreza e Políticas. Fórum Centro Vivo. 2007. São Paulo, dezembro.

_____. **Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público**. São Paulo em Perspectiva, v. 5, n. abr./ju 1991, p. 2-8, 1991 Tradução. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n02/v05n02_01.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. **O direito à cidade**. Rio de Janeiro: Centauro, 2008.

LORES, Raul Juste. **Prédio do INSS na Nove de Julho está abandonado há 42 anos**. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/sao-paulo-nas-alturas/predio-do-inss-na-nove-de-julho-esta-abandonado-ha-42-anos>. Acesso em: 30 maio 2023.

MAGALHÃES, LUÍS FELIPE AIRES; BÓGUS, Lúcia Maria Machado (Org.). **Cidades e Políticas Públicas**. 1. ed. São Paulo - SP: Editora do Centro Paula Souza - Governo do Estado de São Paulo, 2019. v. 1. 107p.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido! Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Tradução. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. Acesso em: 11 out. 2023.

_____. **SÃO PAULO – CENTRO XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO**. São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 127–131. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório, 1994.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora do Senac, 2005, 324 pp.

MEYER, Regina M. Proserpi. **SÃO PAULO – CENTRO XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO**, São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 06–10. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 241-263, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9935>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade.** 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ifmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2023.

NEGRÃO, Beatriz. **Por dentro da Ocupação 9 de Julho, um símbolo da luta habitacional em SP.** 2022. Disponível em: <https://medium.com/labjorfaap/por-dentro-da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-9-de-julho-um-s%C3%ADmbolo-da-luta-habitacional-em-sp-76efd16c39a8>. Acesso em: 30 maio 2023.

OSELLO, Marcos Antonio. **Planejamento Urbano em São Paulo (1899 – 1961): Introdução ao estudo dos planos e realizações.** São Paulo, EAESP/FGV, 1993, 289p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação da EAESP/FGV, Área de concentração: Administração em Planejamento Urbano).

Pasternak, Suzana; Machado Bógus, Lucia Maria. **HABITAÇÃO DE ALUGUEL NO BRASIL E EM SÃO PAULO.** Caderno CRH, vol. 27, núm. 71, junho-agosto, 2014, pp. 235-254 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil

_____. **Moradia e segregação na cidade de São Paulo.** Territórios, núm. 12, julho, 2004, pp. 79-107 Universidad del Rosario Bogotá, Colombia

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. **Lutas urbanas por moradia: o centro de São Paulo.** 2012. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012. doi:10.11606/T.18.2012.tde-01102012-111218. Acesso em: 31 de maio de 23.

POLIS. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Áreas centrais do Município de São Paulo: análise da Legislação urbanística.** São Paulo, POLIS, 2002.

Prefeitura Municipal de São Paulo. (2014). **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.** São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

_____. SEHAB. 2004. **Programa morar no centro.** São Paulo, março.

_____. **São Paulo Informações e Consulta,** 2023. Disponível em: <www.prefeiturasp.org>. Acesso em: 29 de maio 2023.

PROCENTRO. **Reconstruir o Centro: Reconstruir a cidade e a cidadania,** Prefeitura do Município de São Paulo, 2001.

REDE NOSSA SÃO PAULO (São Paulo). **Mapa da desigualdade 2022.** São Paulo, 2022. 84 p. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **O que é Cidade** / Raquel Rolnik – São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção primeiros passos; 203.)

_____. **SÃO PAULO – CENTRO XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO**. São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 116–118. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório, 1994.

SANTOS, Milton. **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**. SÃO PAULO: EDUSP, 2005.

_____. **O Espaço do Cidadão**. – 7. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Pobreza Urbana**. Coleção Estudos Urbanos, São Paulo, Recife: Editora Hucitec, UFPE, CNPU, 1978. Vol. 1. 120 pp.

SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. GeoSampa. 2017. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em: 19 de out. de 2023.

_____. 2023. São Paulo Governo do Estado. Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento. **Olhar São Paulo**: Contrastes Urbanos. São Paulo 2007. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/contrastes_urbanos/. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Censo 2021**: População em Situação de Rua. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWE4MTE5MGltZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtdNDZIYS1iMmE4LTlnInjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. 2004.

SILVA, Helena Menna Barreto. (2007). **Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo**. Lincoln Institute of Land Policy. Retrived from. Disponível em: http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/silva_oportlimites_prodhabsocial.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2023.

_____. 2000. **Habitação no centro de SP**: como viabilizar essa idéia. São Paulo: LABHAB/FAU-USP/Caixa Econômica Federal/ Fupam/Metrô. Agosto.

_____. 2001. **O centro de São Paulo**: que futuro para a habitação? São Paulo: LAB-HAB/FAU-USP/Caixa Econômica Federal/ Fupam/Metrô. Setembro.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

TINEU, Rogério. **Centro e Centralidade**: conceitos e aproximações à cidade de São Paulo. Revista Belas Artes, v. 1, p. 01-10, 2012.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. (1995). **A nov(a) (c)idade do gelo**: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE.

_____. (1980). **A vida em conjunto, um estudo da Política de Habitação Popular em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

_____. **Cidade, vulnerabilidade e território**. Revista Ponto e vírgula, v. 7, 2010.

_____. **Dimensões sociais das desigualdades urbanas**: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. Revista Brasileira de Sociologia - Rbs, [S.L.], v. 4, n. 7, p. 175-210, 1 jul. 2016. Sociedade Brasileira de Sociologia. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.154>. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/185/88>. Acesso em: 01 jun. 2023.

_____. (1997). **Novos olhares sobre São Paulo**, notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. Revista Margem, n. 6.

_____. (1987). **Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI**. Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, n. 1.

_____. **SOCIEDADE URBANA**: desigualdade e exclusão sociais. Caderno CRH, n. 38, p. 79-114, jan./jun. 2003. Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil

_____. 1999. **Territórios de exclusão em São Paulo**: cortiços como espaços de alternativa e de segregação. São Paulo: PUC, 2 v. Concurso para Titular do Departamento de Sociologia, mimeo.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**, São Paulo, Studio Nobel, 1998.

_____. SÃO PAULO – CENTRO XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO (1994), São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 38–41. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597>. Acesso em: 16 de abr. 2024.

VIVAOCENTRO. Associação Viva o Centro. Disponível em: www.vivaocentro.org.br. Acesso em: 31 maio de 2023.

PARA OUVIR

HACKEANDO A CIDADE: **A moradia como uma escola de cidadania**. Entrevistada: Carmem Silva. Entrevistadores: Denize Bacoccina e Clayton Melo. [S. l.]: Spotify, 16 agosto 2021. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1wJqDcl7UD5rvGeX3UWkpk?si=qFL5BN90S_6mpozz2PWXqw. Acesso em: 30 maio 2023.

PARA VER

Alma Preta Jornalismo. **Alma Preta / Ocupação 9 de Julho**. YouTube, 04 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Bt5JSwH9NM>. Acesso em: 30 maio de 2023.

ERA O Hotel Cambridge. Direção de Eliane Caffé. Brasil. 2017. (99 min.)

MSTC - Movimento Sem Teto do Centro. **Ocupação 9 de Julho - Início**, 26 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=51pzNa_CX70. Acesso em: 30/05/2023.

MSTC, 2022. Movimento Sem Teto do Centro. Disponível em: movimentosemtetodocentro.com.br. Acesso em: 20 julho 2022.

Movimento Sem Teto do Centro - @movimentomstc. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentomstc?igsh=MWd1bWRtNnY4MWprag==>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

Cozinha Ocupação 9 de Julho - @cozinhaocupacao9dejulho. Instagram. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/cozinhaocupacao9dejulho?igsh=MTd2ajRxYWo3bGxuNg==>>. Acesso em: 16 abril de 2024.

Rede Brasil Atual. **Moradores da Ocupação 9 de julho do MSTC contam suas histórias de vida luta.** YouTube, 05 de julho de 2019. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=rI73WPRNbbE0>>. Acesso em: 30 maio 2023.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

1. Nome:
2. Qual o seu papel dentro do Movimento/Ocupação?
3. Com a ocupação do prédio, quais melhorias e reformas foram necessárias?
4. Como acontece a parte elétrica e hidráulica?
5. Como funciona a organização, divisão de tarefas e administração da ocupação?
6. Atualmente, quantas pessoas vivem na ocupação e quais os perfis (casais, famílias com filhos, pessoas solteiras...)?
7. Como essas pessoas chegaram até a ocupação?
8. Os moradores são de São Paulo ou existem imigrantes de outros estados?
9. Anteriormente, quais eram suas condições de moradia?
10. Como é feita a escolha/seleção dos moradores da ocupação?
11. Muitos eventos são organizados pela ocupação, qual a importância desses para o cenário cultural da região?
12. Esses eventos são organizados integralmente pela ocupação ou se tem parcerias?
13. O dinheiro arrecadado é destinado a ocupação ou se estende a outros projetos?
14. Muitas atividades são feitas na ocupação (horta comunitária, aulas, artesanato...), você poderia falar sobre elas?
15. Como é a relação da ocupação com a população do entorno?
16. Durante minhas pesquisas pude perceber que o movimento é feminino. Você tem uma opinião sobre por que isso acontece?
17. E por fim, por que ocupar o centro?